



A C A C E 8 7 1 3 1 / 7 5

S E C

3 / 5

ARG-SC 9
N.º 16.11/15

141



AC/ARDE/FL

6.00
PORTUGAL

Taxi Aéreo Pratini, Ltda
Aeroporto Sals. Fº

PORTO ALEGRE

R.S.

BRASIL



6.00
PORTUGAL

Fruta Feroviária Taxi Aéreo, Ltda
Av. P. Ares, n.º 3059

PORTO ALEGRE

R.S.

BRASIL

Antônio José da Costa Pais
Pauas-de-Porto Alegre

Beira Alta

Portugal

Pioto Portugal
AC/ent.

Paris, 1 de Julho 1975

Finez Dames,

Com os meus melhores cumprimentos seja feita presente a V. Exas. o meu "curriculum vitae" pedindo o fim do seu interesse das formalidades que tenho de cumprir na empresa.

Agradeço desde já a vossa resposta, com uma elevada estima e consideração

Do V. Exas.
Muito Sinceramente

António C. Reis

Luiz de Portugal
Sen. Mte.
Portugal

Nome: António José da Costa Pais

Idade: 24 anos

Nacionalidade: Português

Estado Civil: Casado

Experiências: - Curso de NATO de Técnico Aeroespacial tirado no
Escola de Técnicos e Técnicos no Base Aérea n.º 2
na OTA

- 6 anos de experiência como mecânico em tripulações
trabalhando com:

Dornier
Harvard
Miral Atlas
Dornier

- 4 anos de mecânica de bordo de Dornier e Harvard

- 2 anos, em regime de part-time, na Engenharia de Têxteis
Aéreas (Heraçol) em Loures

- Piloto TPA .. Superando-me actualmente para o
Comércio.

CONFIDENCIAL

AC/ARGE/FL. 144



PRESIDENCIA DA REPUBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
013781 21.7.75
PROTOCOLO

ENCAMINHAMENTO Nº 202 30 APA 75

DATA : 16 JUL 75
ASSUNTO : PORTUGAL
- ROGÉRIO MARQUES DA CRUZ
ORIGEM : SC3/435/APA/75
DIFUSÃO : AC/SNI
ANEXO : Cópia xerox de carta

87131

1. Estamos encaminhando em ANEXO cópia xerox de cartas datadas de 04 JUL 75, enviadas por ROGÉRIO MARQUES DA CRUZ de ODIVEJAS/PORTUGAL aos Moinhos Cruzeiro do Sul, Moinhos Germinal - 3/A, SAMRIG S/A Moinhos Riograndenses, Cargill Agricola, - Secretaria da Agricultura/Rs, Federação da Agricultura/Rs, - Purina do Brasil Alimentos, Victor Camazzato & Cia. Ltda. , e Tondo S/A - Indústria e Comércio.
2. ROGÉRIO, Médico Veterinário especialista em nutrição animal e sistemas de criação intensiva, solicita emprego nas empresas acima mencionadas e remete curriculum vitae.
3. O nominado não possui antecedentes nesta Agência.

* * * * *



CONFIDENCIAL

ATENÇÃO:

O original deste documento (com 1 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

AC/EMI
Rogério Marques da Cruz
-Médico Veterinário-
Travessa Alves Cardoso nº 3-4º
O d i v e r s a - Portugal

AC/ARGE/FL. 145

ARO-SCS
N.º 145/14/71

A
CARGO AGRICOLA
Rua da Igreja Cas
PORTUGAL E - R

1193 - 8/71

Lisboa, 4 Julho 1975

Exmos. Senhores,

Seguindo orientação que me foi dada na Embaixada do Brasil, em Lisboa, tomo a liberdade de dirigir a V. Exas. solicitando-lhes informações detalhadas e orientação no sentido de obter colocação como emigrante, dentro do ramo de actividade para que me encontro habilitado e especializado.

a) Sou licenciado em Medicina Veterinária, pela Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa - Universidade Técnica.

b) Há cerca de oito anos que me dedico a nutrição animal, especialmente no campo de alimentos compostos completos (para sistemas de criação intensiva). Em todos estes anos adquiri prática de formulação e de gestão de stocks.

c) Também já fiz estudos económicos para a implantação de novas unidades industriais, quer no sector zootécnico quer no sector da nutrição, isto é, conjugação dos recursos das granjas com as melhores normas para a exploração intensiva.

d) Trabalhei no sector de nutrição animal de uma Empresa produtora de antibióticos, com a finalidade de encontrar escoamento para os subprodutos resultantes da fermentação dos antibióticos.

e) Fui assistente durante três anos das cadeiras de Farmacologia, Propedêutica Médica e Patologia Clínica da Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa.

f) Presentemente mantenho-me como técnico de uma Companhia Químico-Farmacêutica.

g) Em função das habilitações que atrás ficaram referenciadas, solicitava a V. Exas. informações sobre possibilidades de colocação noutro país, indicação de eventuais interessados nos meus serviços, níveis de remuneração, condições de contratos e todos os demais elementos que V. Exas. achem por bem fornecer-me e me sejam úteis para o prosseguimento dos fins que tenho em vista.

Agradecendo antecipadamente a colaboração que me for dada, subscrevo-me com a maior consideração

Do V. Exas.,
Muito Afetadamente


-R. Marques da Cruz-

Rogério Marques da Cruz
Médico Veterinário
Travessa Alves Cardoso nº 3-4º Esq
Odiveias - PORTUGAL

RC/ARGE/EL. V. 146

146

MOINHOS CRUZETRO DO SUL S/A
Rua Herman da Fonseca 898
Vila Rio Branco
Caixa Postal nº 147
CANOAS R/S

BRASIL

Rogério Marques da Cruz
Médico Veterinário
Travessa Alves Cardoso nº 3-4º Esq
Odiveias - PORTUGAL



MOINHOS GERMINAI'S/A
Rua 7 de Abril 419
Caixa Postal 1049
PORTO ALEGRE - R/S

BRASIL

Rogério Marques da Cruz
Médico Veterinário
Trav. Alves Cardoso nº 3-4º Esq
Odiveias - Portugal



SANRIG - S/A MOINHOS RIOGRANDENSES
Rua da Conceição nº 195
Caixa Postal nº 614
PORTO ALEGRE R/S

BRASIL

Rogério Marques da Cruz
-Médico Veterinário
Trav. Alves Cardoso nº 3-4º Esq
Odiveiras - PORTUGAL

AC7ARBE/FL. 11

147

Secretaria de Estado da Agricultura do Estado
do Rio Grande do Sul
Supervisão da Produção Animal
AV. Cotúlio Vargas, 997 ap 203
PORTO ALEGRE - R/S
BRASIL

Rogério Marques da Cruz
Médico Veterinário
Travessa Alves Cardoso nº 3-4º Esq
Odiveiras - PORTUGAL



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO
DE RIO GRANDE DO SUL
Av. Borges de Medeiros 541
Caixa Postal 1114
PORTO ALEGRE R/S
BRASIL

Rogério Marques da Cruz
Médico Veterinário
Trav. Alves Cardoso nº 3-4º Esq
Odiveiras - PORTUGAL



PURINA DO BRASIL ALIMENTOS LTDA
Rua Guilherme Shell, S/nº
Caixa Postal 356
CANGAS R/S
BRASIL

AC/ARGE/EL 149

CONFIDENCIAL

AC/ARGE/EL 149



S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
013782 21.7.75
PROTOCOLO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

INFORMAÇÃO Nº 204 30 APA 75

87131

DATA : 18 JUL 75

ASSUNTO : PORTUGAL
- AMÉRICO SARAIVA DA COSTA

ORIGEM : SC3/437/APA/75

REFERÊNCIA : INFÃO nº 196/30/APA/75

DIFUSÃO : AC/SNI - E2/IIIº EX - DPF/RS - DCI/SSP/RS -

ANEXO : Cópia xerox de recortes de jornais Portugueses



1. AMÉRICO SARAIVA DA COSTA de COIMBRA/PORTUGAL enviou carta datada de 27 JUN 75 a MARIA DE FÁTIMA TAVARES COSTA, residente a Rua Marechal Deodoro nº 1012, em PELOTAS/RS, onde faz os seguintes comentários:

- a." Querida filha. Tivemos esta semana a independência de MOÇAMBIQUE. Certamente os meios reacionários brasileiros estavam esperando qualquer anormalidade durante os festejos, mas o SAMORA, que é um dos grandes vultos da atualidade, mentalizou aquele povo para o trabalho e fraternidade."
- b." Lamentavelmente o BRASIL não foi convidado para as festas da independência de MOÇAMBIQUE, porque o SAMORA disse que - no tempo de SALAZAR e CAETANO, o BRASIL nada fez por eles. E que afinal o BRASIL é um país racista e perguntou para um jornalista brasileiro presente as comemorações, quais os negros que ocupavam postos de importância no atual governo - brasileiro. Em compensação, convidou uma delegação do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO no exílio para representar o BRASIL. Quero crer que a continuar essa política o SAMORA é capaz de pedir sanções a UNIÃO AFRICANA."
- c." Temos aqui o PATO e outro colega, ambos são da UEC e o outro colega esteve há dias em PARIS e conversou com líderes

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

150

(Continuação da Informação Nº 204./30./AFA/.75, 18 JUL. 75...)

brasileiros do PCB, e êles dizem que a coisa por ai está mais próxima do que se imagina."

d." O DR. CIRNE, coitado, não sabe o que quer, mas eu dou-lhe duro para valer. Ele em última carta disse que ia renunciar ao cargo de VICE-CONSUL, porque o governo brasileiro está pressionando para êle não ser CONSUL visto estar naturalizado brasileiro. Eu lhe disse que considerava isso uma covardia da parte dêle, pois com essa atitude êle ia prejudicar os patricios que precisam do consulado."

- 2. AMÉRICO, motivo da INFÃO da referência, junto com a carta, enviou recortes de jornais portugueses contendo críticas ao regime brasileiro (ANEXO).
- 3. MARIA FÁTIMA TAVARES COSTA é filha de AMÉRICO SARAIVA DA COSTA e está residindo em casa de sua tia BEATRIZ SARAIVA DA COSTA. A epigrafada não registra antecedentes nesta Agência.



CONFIDENCIAL

Jornalista brasileiro denuncia campanha contra Portugal NA IMPRENSA SOB CENSURA

RIO DE JANEIRO, 26 — Uma centena de profissionais da Informação, reunidos em Porto Alegre, na Décima Conferência Nacional de Jornalistas, pediram a inexistência da censura oficial nos Órgãos de Comunicação Social onde ela existe. A censura prévia ainda é exercida na «Tribuna de Imprensa» (Diário Carioca) e nos semanários, «Opinião», «Veja» e «Crítica».

Recorda-se que, semanas atrás, numa reunião efectuada no Rio de Janeiro, no Teatro «Casa Grande», incluída num Ciclo de Debates sobre vários problemas da vida cultural brasileira, um jornalista do semanário «Visão» protestou contra a deturpação que a grande Imprensa brasileira faz sobre a Revolução Portuguesa, definindo-a como uma verdadeira «campanha contra Portugal».

Entretanto, ainda relativamente ao documento agora

aprovado em Porto Alegre, e conhecido por «declaração de Porto Alegre», os jornalistas brasileiros, que estiveram reunidos durante quatro dias, denunciaram «o mau uso da liberdade e informação levada a

efeito por alguns veículos de Comunicação Social, procurando a veracidade dos factos, ao serviço de grupos e interesses contrários às mais legítimas e autênticas aspirações do povo brasileiro. — ANI.

Os erros brasileiros para com as antigas colónias portuguesas

RIO DE JANEIRO, 26 — Um jornal brasileiro afirmou ontem em editorial que o Brasil fez muitos erros durante a sua antiga política para com as colónias portuguesas de África.

O «Jornal do Brasil», do Rio de Janeiro, escreve que no passado o Governo brasileiro teve relações especiais com o Portugal colonialista... e agora que a nossa política externa é muito mais ocidental, o Brasil perdeu o contacto com as antigas colónias portuguesas.

E acrescenta o jornal: «A despeito da mesma língua, nenhuma delegação oficial brasileira foi enviada para representar o nosso país nas comemorações da independência de Moçambique».

Segundo o diário, é muito triste ver uma delegação camabista não oficial representar o Brasil em Moçambique.

E conclui o periódico: «O Brasil precisa de uma acção na sua política diplomática nos países africanos e pode começar essa nova política com Angola». — AP — ANI

152

A censura continua no Brasil

Nos últimos meses têm-se multiplicado declarações de meios governamentais, políticos e diplomáticos, assegurando que já não existe censura à imprensa no Brasil. Tal como os desmentidos, as denúncias de prática sistemática de censura, pelas esferas de representação política do regime, e a sua total inoperabilidade no desaparecimento de dezenas de jornais paulistas, as afirmações sobre o fim da censura à imprensa no Brasil são pura e simplesmente mentiras.

De a algum tempo a censura prévia estralou sobre o ultra mar, quando o estado de São Paulo foi efectivamente levantado, passando o material a um não menos eficaz sistema de autocensuras, ele continua a ser solenemente praticado nos órgãos informativos que não oferecem as garantias do «Espelho». O semanário político «Opinião», o órgão oficial da Igreja Católica, «O São Paulo», a revista «Vejas» e o respeitável «A Tribuna da Imprensa», continuam a ser submetidos à censura prévia. Naturalmente, a excessiva falta de rigoroso controlo é exercido na maioria das emissoras de rádio e TV.

Foi uma carta enviada ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o director do correspondente semanário «Opinião» da uma nota bastante precisa dos métodos e critérios dos censuradores que «controlam a sua publicação. ...Somos obrigados a enviar todos os nossos textos, fotos, desenhos, capas e anúncios na segunda-feira a noite para Brasília, a fim de que eles estejam em poder da censura as 11 horas da manhã do terça-feira», afirma Gasparian. Mas adiante salienta: «A Polícia Federal do Rio continua fiscalizando a obediência à censura do Brasília, comparecendo na gráfica onde o jornal é impresso».

Segundo Gasparian, os critérios adoptados para censurar textos podem ser divididos em dois tipos: a censura cáctica e a censura previsível.

Sobre o primeiro afirma: *Uma censura cáctica, aparentemente sem sentido algum nem dada qualquer manifestação que contraria céticas, mesmo por analogia, tanto a aspectos secundários do regime vigente como a aspectos do que parecerá ser um estatuto padrão de pensamento cultural, económico e político dos órgãos da repressão.* Sobre aquilo que define como «censura previsível» o director do «Opinião» comenta: *«Toda sei de uma censura (...) que impedia tanto uma posição de crítica aberta a certos actos do governo no campo económico, político e cultural, como quaisquer críticas aos mecanismos estruturais de funcionamento do regime (...) e política de favorecimento do capital estrangeiro (...) e, evidentemente a censura, as torturas e outros actos de arbitrio».*

Segundo Gasparian, a denúncia da censura sofrida pelo seu semanário, do governo do general Médica para o do general Goulart, resume-se na redução da chamada «censura cáctica» e a uma manutenção quase inalterada da «censura previsível». Isto, naturalmente, é coerente com toda a política de «amplificação» da ditadura, posta em prática pelo governo Goulart.

É neste contexto de quebra e de supressão das liberdades, que surge o novo semanário democrático «Movimento», que deverá tentar, juntamente com a «Opinião» e outros poucos órgãos de imprensa independentes, permitir a filtragem, por entre as equívocas brechas da censura, de um mínimo de informação verdadeira e análise crítica para os seus leitores.

Um dos aspectos em torno do qual se tem dado a desigual batalha entre a grande imprensa controlada pelos monopólios brasileiros e estrangeiros, subserviente servidora da ditadura, e um punhado de publicações democráticas cercadas pelo olho vigilante da censura, é o processo revolucionário em curso em Portugal.

Este punhado de publicações tem procurado, dentro das próprias limitações que sofre, dar um mínimo de informação verdadeira sobre o processo português totalmente distorcido e escurado pela grande imprensa e pelos austeros fiscalizadores capitalistas rebojados no país. A partir as publicações clandestinas das forças democráticas e revolucionárias, elas são, no que concerne a Portugal, as únicas vezes que chegam de alguma vez para os portugueses activos do internacionalismo socialista.

Marcelo Dias

Brasil

Novo semanário democrático

-Dirigido por um conselho eleito pela redacção, lecto com o trabalho e o dinheiro de mais de 300 pessoas, entre as quais mais de 100 jornalistas, nasce um jornal, semanal, democrático, em São Paulo, - o «Movimento» - cujo primeiro número sairá no próximo dia 7 de Julho.

O conselho editorial do «Movimento» é formado por conhecidos opositores do regime brasileiro, como o cantor Chico Buarque de Holanda; o deputado federal do MDB, Alenias Furtado, presidente da comissão parlamentar de inquérito que investiga a acção das multinacionais no Brasil; O sergista, etnólogo, escritor, Orlando Villas-Bôas, o presidente do sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Audilio Dantas, o ex-deputado federal Francisco Pinto, que perdeu o mandato de deputado por criticar Pinochet, o actor e teatrológico, Fernando Peixoto, o sociólogo e economista, Fernando Henrique Cardoso, o deputado federal Cassado e professor universitário, Edgar de Godoi da Mata Machado, folclorista, romancista e professor universitário, Herminio

Borba Carvalho, além de outras personalidades brasileiras.

O jornal, que terá como editor o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, apresenta como objectivos principais a luta pelas liberdades democráticas, pela melhoria da qualidade de vida da população, pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo e contra a exploração do país por interesses estrangeiros.

O que acontecerá com «Movimento» em relação à censura? Responde o futuro semanário: Os meios da imprensa honesta e independente não são destruídos facilmente. Eles estão associados aos profundos interesses das comunidades; os indivíduos isoladamente precisam da liberdade de expressão e mesmo para pensar correctamente.

CONFIDENCIAL

AC/ARGE/FL 153



PRESIDENCIA DA REPUBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
013824 22.7.75
PROTOCOLO

INFORMAÇÃO Nº 150 / 60 APA 75

87131

DATA : 21 JUL 75
ASSUNTO : ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE PORTUGUESES
OPIGEM : IIIº EX
DIF ANTERIOR : CIE - LISTA "A" - DPF/RS - SNI/APA
DIFUSÃO : AC/SNI
ANEXO : CÓPIA XEROX DE INFO



Esta Agência recebeu e difunde à AC/SNI a Informação constante da cópia xerox em anexo, versando sobre o assunto em epígrafe.

* * *
* * *
*

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

AC/ARGL/FL. 154

MINISTÉRIO DO EXERCITO
 III EXERCITO
 COMANDO
 ESTADO MAIOR - 2.ª SEÇÃO

Porto Alegre, RS. 11 JUL. 1975

INFORMAÇÃO N.º 1326 M26 E2/75.-

1. ASSUNTO: ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE PORTUGUESES
2. ORIGEM: III Ex
3. AVALIAÇÃO: -
4. DIFUSÃO: CIE - Lista "A" - DPF/RS - SNI/APA
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERENCIA:
7. ANEXO:

Com a vitória dos comunistas em PORTUGAL e o consequente controle de órgãos da administração daquele país por parte de elementos de esquerda, intensa atividade de portugueses ligados à subversão vem sendo registrada no BRASIL. Esta atividade é desenvolvida não só por elementos isolados, que para cá se deslocam, a fim de realizar contatos, como também, principalmente, por elementos ligados ao Governo daquele país e que aqui vêm, com a finalidade de atuar sobre a colônia portuguesa.

No mês de abril de 1975, estive no BRASIL, o Secretário de Emigração de PORTUGAL, que, em seguidos contatos com setores representativos da colônia portuguesa, procurou pressioná-los no sentido de obter apoio para o regime instaurado naquele país. Nessa mesma oportunidade, aquele elemento, em entrevista numa emissora de TV brasileira, fez críticas à falta de liberdade existente no nosso país.

Seguidos informes nos dão conta de outra atividades, como sejam: preparação de elementos em cursos de capacitação política para serem enviados ao BRASIL; aliciamiento, por firma especializada em hotelaria, de portugueses para virem trabalhar no setor turismo no País; agentes do MFA têm vindo ao BRASIL, particularmente a SÃO PAULO, para realizar contatos.

Além disso, PORTUGAL se transformou no grande abrigo para os subversivos e terroristas brasileiros que desenvolvem intenso trabalho com vistas à implantação do comunismo no BRASIL, atividades estas apoiadas pelo governo português.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

AC/ARGE/FL. 132

15

(Cont. da Info 1326 M26 E2/75 - III Ex - -Fl. 2)

As principais organizações terroristas brasileiras instaladas em PORTUGAL, já começaram a enviar elementos para atuação no país. Assim, informe de boa fonte, registra a vinda ao BRASIL de subversivos portugueses militantes da "ação Libertadora Nacional - ALN", para atuarem, em breve, na Guerrilha Urbana.

Por outro lado, elementos esquerdistas da colônia portuguesa no BRASIL, realizam um grande trabalho de conscientização através do jornal "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" - que prega abertamente a subversão do regime - e tentam atualmente negociar a compra do seminário "VOZ DE PORTUGAL".

O jornalista PAULO DE CASTRO, que se intitula /adido cultural do Governo Português no BRASIL, atua vigorosamente na difusão das idéias e objetivos do novo regime português, tendo realizado recentemente, na FUC/RJ, palestra sobre o assunto, quando foi intensamente aplaudido pelos estudantes.

Permanecendo inalterado este panorama, é possível a curto prazo, uma intensificação dessas atividades que beneficiarão diretamente as ações subversivas das várias organizações terroristas, assim como, ao trabalho de massa que vem sendo conduzido pelo PCB.

Não se dando oportunidade à colônia portuguesa de reagir a essa pregação, nem possibilitando o apoio para que se defenda da infiltração e das pressões de que vem sendo vítima, é possível que este processo de comunização da imensa colônia portuguesa, particularmente em SÃO PAULO, seja exacerbado, com sérias consequências no âmbito da segurança interna. =/=/=



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

AC/ARGE/FL. 153

Ficha 005/CISA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

C I S A

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL

21 JUL 1975

19

013880 22.7.75

PROTOCOLO

- 1 - ASSUNTO "JORNAL PORTUGUÊS DE ECONOMIA E FINANÇAS"
- 2 - DIFUSÃO SNI/AC - CIE - CENIMAR
- 3 - DIFUSÃO ANTERIOR + + + + + + + + + + + + + + + + +
- 4 - ANEXO 1 (um) exemplar em xerox.



NUMERAÇÃO	
M Aer	PNI

ENCAMINHAMENTO Nº 0162 /CISA-RJ

Para conhecimento, encaminhamos cópia xerox da revista quinzenal "Jornal Português de Economia e Finanças", nº 338, referente à quinzena de 01 a 15 Jul 75, que é uma das poucas publicações portuguesas, ainda não comunicadas.//
 //////////////////////////////////////
 //////////////////////////////////////

87131

O DESTINATÁRIO E RESPONSÁVEL
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA
 DOCUMENTO, (Art. 62 - Dec. n.º 60.417/87.
 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos
 Sigilosos).

CONFIDENCIAL



PENTA

TUDO A POSTOS

Cumprimos objectivos. Vivemos a hora actual. Somos uma realidade: O mais moderno e um dos maiores estaleiros navais do mundo! A nossa força é a força da nossa tecnologia, do trabalho dos nossos homens unidos na construção dum País novo. Anunciamos o início da reparação do 1.º navio nos nossos estaleiros: Um petroleiro da Soponata.

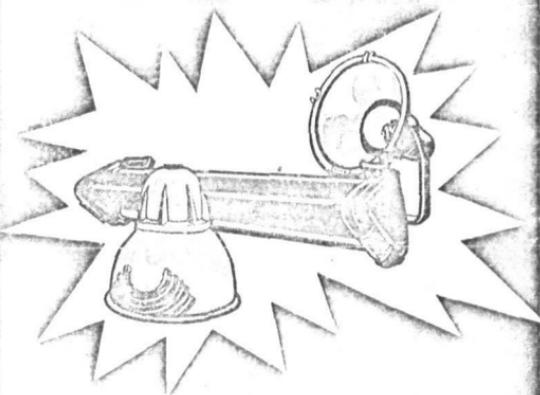
**SETENAVE
MAIS UM PASSO EM FRENTE**



setenave

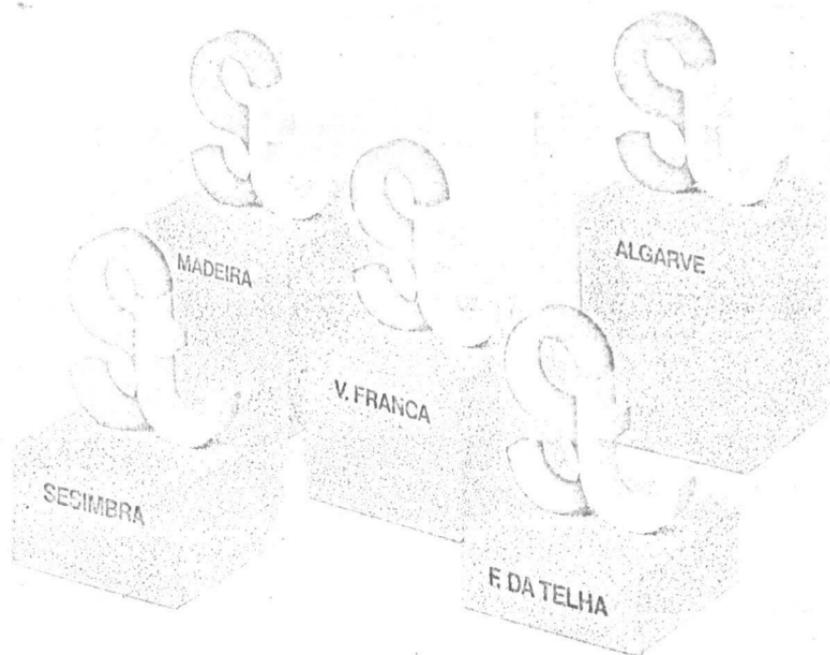
ESTALEIROS NAVAIS DE SETÚBAL, S.A.R.L.

**APARELHOS
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
E INDUSTRIAL**



SCHARIBER STAHL

CARNAÍBA TEL. 249067



SOTERRA
presente nos grandes
empreendimentos imobiliários



(mediadora autorizada)

SOTERRA, LDA.

Rua Rodrigues Sampaio, 52, 2.º e 3.º - Telef. 57 5796 PPCA (5 linhas) - LISBOA 2

EDIÇÃO VIA AÉREA

Journal Português de
ECONOMIA & FINANÇAS

Redacção e Administração
R. AGUILES MONTEVERDE, 32, 3.º D.
Telefones 52 30 47-55 64 72
LISBOA 1

Ano XXII

Director
A. VALDEZ DOS SANTOS

N.º 338

Número avulso 15500; avião 23900
Assinatura anual:
Metrópole, Ultramar, Espanha e
Brasil: 300500; Avião: Ilhas Adj.
300500; Ultramar 440500; Espanha
350500; Europa 400500; Brasil 450500
e restantes países 480500.

PROPRIEDADE DA SOCIEDADE DE PUBLICAÇÕES "ECONOMIA & FINANÇAS", LDA.

1975

1 a 15 de JULHO

PUBLICAÇÃO

QUINZENAL

Execução
de «contra-revolucionários» na Guiné

NOVAS
PERSPECTIVAS POLÍTICAS

O futuro
da construção naval no nosso país

O momento presente da vida portuguesa

DA nota pastoral do Episcopado, recentemente publicada, extraímos os seguintes passos:

CLIMA SOCIAL

«Uma observação atenta da presente situação político-social revela-nos uma preocupante degradação de valores, que consideramos essenciais à dignidade da pessoa humana e à recta ordenação da vida comunitária que a deve servir no conjunto das suas dimensões constitutivas. Compreendemos que não se possa construir uma sociedade nova sem desbravar terreno, mas não se pode continuar indefinidamente o processo de desmantelamento daquelas estruturas e instituições fundamentais cujo desaparecimento implica um retrocesso histórico e um empobrecimento de civilização.

Este desfazer anárquico de estruturas e instituições deixa campo aberto ao aparecimento de grupos que se arrogam uma autoridade, que, por vezes, se substitui à do Estado ou a ela se contrapõe. Difunde-se assim entre os portugueses um clima de insegurança pessoal, de intimidação e de inquietação sobre o futuro, que a paralisia do exercício da autoridade, nos momentos em que mais tinha obrigação de intervir, contribui para avolumar.

O afrouxamento das disciplinas colectivas e o domínio do dinâmico sobre os direitos definidos ou adquiridos levam à afloração do que há de menos nobre, quer no foro das consciências menos adultas quer no foro social. O Povo português aspira e pede cada vez mais uma ordem legal e administrativa em que possa exercer a sua liberdade, no conhecimento suficientemente antecipado dos seus direitos e deveres clara-

mente promulgados. Não pode ignorar-se que o realismo amoral do facto consumado marcou sempre o passo de marcha de todas as tiranias. Já teremos, aliás, esquecido que, entre nós, há uns cinquenta anos, foi a consciência geral de anarquia, naturalmente sentida e ressentida por uns e artificialmente empolada por outros, que levou à traumatização da sensibilidade colectiva e ao clamor universal — haja quem nos governe! — de que nasceu então a ditadura?

O estabelecimento de uma ordem legal e administrativa é o voto do coração do nosso Povo, voto expresso da forma mais civicamente consciente e responsável nas eleições de 25 de Abril último, traduzido agora em anseio de esperança pela sua concretização na nova Constituição, como esperada Carta das suas franquias, dignidade, personalidade e liberdade. A essas esperanças e anseios nos associamos em nome das nossas Igrejas e em comunhão com o sentir da Igreja universal.

Causou-nos profunda inquietação o conhecimento de recentes orientações, já divulgadas na imprensa emanadas da entidade superiormente encarregada da dinamização cultural, orientações que não só exprimem um conceito falsamente restritivo do que é o Povo, mas propõem, como modelos de estruturação social, os regimes totalitários comunistas do Leste europeu.»

PRISÕES E SANEAMENTOS

«Outro ponto que desejamos salientar é o carácter arbitrário de numerosas prisões que têm sido feitas. Algumas escandalosamente efectuadas por grupos políticos e inexplicavelmente coonestadas por certas autoridades militares. Outras têm-se baseado em denúncias gratuitas, sem que previamente haja o cuidado de investigar a idoneidade do denunciante. Em vários casos, estas prisões prolongam-se por tempo indefinido sem culpa formada nem real investigação.

Fazemos um veemente apelo à consciência de cada um, às autoridades e à opinião pública para que assumam a sua responsabilidade e auto-domínio, facultem e favoreçam a efectivação tão pronta quanto possível de uma discriminação entre presumíveis culpados e os não suspeitos de culpas pessoais e possibilitem finalmente a realização de um julgamento imparcial, segundo a legalidade vigente ao tempo das culpas eventualmente cometidas e em tribunal ordinário, como exige a fidelidade ao Programa do Movimento das Forças Armadas, daqueles que possam e devam ser acusados e julgados.

SUMÁRIO

Editorial	3
O momento presente da vida portuguesa	4
Novas perspectivas políticas	7
Ecos:	
Execução de «contra-revolucionários» na Guiné; Os dois conceitos de democracia; Ainda a entrevista; O «caso Renascença»; ... e o caso «Repúblicas»; Auxílio aos países em vias de desenvolvimento; O «controle operário da produção»	11
Informação Económica e Financeira:	
O futuro da construção naval no nosso país	19
Breves notas políticas:	
Democracia, democracias populares e poder popular	25
O dilema do P.C.I.	26
Itália. Quem ganhou as eleições	27
Grécia. A desagregação das esquerdas	28
Madagáscar. Que socialismo?	29
O documento «secreto» publicado no «jornal do caso República»	30
Pequenas Notícias	31
Final	34

Editorial

LIBERDADE não é coincidente com legalidade. Mas sem legalidade não é possível haver liberdade. Quem não tem os seus direitos definidos e assegurados, não pode sentir-se livre. Na insegurança e na incerteza não há liberdade; apenas pode haver licença. Mas desde que o Mundo é Mundo, é na licença das massas que assenta o caos.

Onde os direitos do homem são ignorados e negados os direitos de propriedade o homem é, com efeito, bem pouca coisa. A sua vida não tem valor nem significado. Vive, apenas para viver, como e enquanto o deixarem viver.

É certo que, numa revolução, a ordem jurídica, a braços com uma profunda mutação da sociedade, sofre, naturalmente, violentas transformações. O grande trabalho da vida, dizia Maeterlink, é o da destruição. Porém, uma revolução que tem por fim a dignificação e o progresso do seu país, só destrói o que está seguro de reconstruir melhor.

Não cria o caos nem consente que à sombra de um vago e mal definido princípio de «legalidade revolucionária» se destruam as bases em que, até então, assentava a vida da sociedade. Sem dúvida uma revolução tem de criar a sua própria ordem jurídica de harmonia com os fins que prossegue. Mas nem esses fins nem a «legalidade revolucionária» justificam a ausência de um Estado de direito.

As leis em vigor devem ser respeitadas enquanto não forem derrogadas. Porque sem esse respeito não há liberdade. E uma vez feitas novas leis, cessa, quanto às matérias a que respeitam, a «legalidade revolucionária». A menos que se queira, fazendo uma revolução todos os dias, cair na desordem.

Desordem, incerteza, confusão e insegurança, podem ser termos revolucionários, podem definir certas etapas da revolução. Mas necessariamente por pouco tempo e relativos a períodos muito breves.

DIZER «A revolução não respeita as leis; fá-las» é e não é exacto. Uma revolução faz novas leis, sem dúvida, mas não consente que as leis que aceitou, conservando-as, e as leis que fez, sejam desrespeitadas. O que não é, exactamente, o que está a acontecer entre nós: nem quanto às leis velhas nem quanto às leis novas.

O Lopes que tinha ido à Rússia, por quinze dias, numa excursão turística, regressou à terra quinze anos depois. Grande surpresa, grandes festas e muitas interrogações. «Porque é que ficaste por lá tanto tempo?» O Lopes, ficou muito sério e disse: «Azares da vida.» Mas, a pedido de todos, contou o que lhe acontecera.

QUANDO cheguei a Moscú fui visitar o túmulo de Lenine. O guia da Inturist, logo à saída do hotel, começou a explicar-me o que era e o que significava o mausoleu. Disse-me quantos metros tinha de altura e quantos tinha de comprimento, quantos anos tinha Lenine quando morreu e quantos milhões de visitantes já por lá tinham passado. Quando cheguei à Praça Vermelha, e vi o túmulo de Lenine, este pareceu-me realmente imponente. «Caramba», disse eu cheio de entusiasmo, «aqui cabiam os comunistas todos». O guia embeberrou e não disse mais nada. Mas à saída dois «gentlemen» da K.G.B. levaram-me para a prisão. Apanhei cinco anos.

NA prisão aprendi russo e um «camarada», muito vivo, aconselhou-me, ao regressar a Moscú, a entrar para o partido comunista porque, de contrário, dizia ele, não saíria da Rússia. Assim fiz e fiquei muito contente porque passei a frequentar todas as reuniões do partido onde se diziam coisas muito interessantes. Um dia estava constipado e não fui. Por pouca sorte minha loge no dia seguinte encontrei o chefe da minha célula que me perguntou: «Porque é que não foste à última reunião do partido?» «Eu não sabia que era a última...» respondi ingenuamente. O homem embeberrou, também, e desapareceu sem me dizer mais nada. Mas ao voltar a esquina dei de cara com os dois «gentlemen» da K.G.B. Apanhei outros cinco anos.

JUREI a mim próprio safar-me de vez da Rússia logo que saísse da prisão. Aconselharom-me a fingir de fanático activista e assim fiz. Aluguei uma «isba» perto de Moscú e cobri-a, por dentro e por fora, de retratos de todos os chefes comunistas. Estavam lá todos e, ao que parece, um que já não era. Um dia foi lá um inspector do partido, atraído pelo relato que lhe faziam do meu entusiasmo partidário. Apertou-me a mão, muito agradado, e começou a olhar para os retratos, mas, de repente, exclamou enfurecido: «O que faz ali aquele malandro?» «Qual deles?» perguntei eu na melhor das boas-fés. O inspector embeberrou — como de costume — e foi-se embora sem me responder. Quando eu, atrás dele, ia a fechar a porta encontrei os habituais dois «gentlemen» da K.G.B. Apanhei mais cinco anos.

«E depois desses cinco anos como é que conseguiste regressar?» perguntaram os amigos cheios de curiosidade. É que nunca mais abri a boca. Ficou-me da emenda. E aqui estou.»

Sentimos também o problema que tem sido suscitado pelos saneamentos. Sabemos que, se uma parte deles foi exigida por motivos justificáveis, outra parte, e não pequena infelizmente, tem sido de saneamentos selvagens, quantas vezes à margem das autoridades, com base em critérios reprováveis e por simples motivo de políticas partidárias, quando não de vinganças pessoais, sentimentos de ódio e razões de oportunismo. O que tem contribuído, como não se ignora, para que o País se veja privado de quadros e técnicos competentes, cujo contributo faz falta ao crescimento da comunidade nacional. Diversos desses técnicos viram-se obrigados a procurar em terra alheia, para si e para os seus, o pão que na Pátria lhes foi negado. O País, que já tinha sofrido e ainda sofre o depauperamento provocado pela emigração maciça e desordenada de preciosas forças de trabalho e energias espirituais (são sobretudo gerações em plena vitalidade criadora que constituem a maioria dessa emigração), ainda mais se empobrece agora, com a saída de tantos portugueses altamente qualificados sob o aspecto intelectual e profissional.

Somos particularmente sensíveis à situação das famílias que, por efeito destas prisões e saneamentos, se vêem publicamente infamadas e privadas de meios de subsistência.»

LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

«Também é de referir o monolitismo da informação, com especial incidência nos meios de comunicação social de maior alcance, como sejam a televisão, a rádio e grande parte dos jornais diários. Este monolitismo é abertamente incompatível com o pluralismo que sempre se tem anunciado e é tanto mais deplorável quanto é certo que muitos desses órgãos pertencem directa ou indirectamente ao Estado e são, portanto, pagos por uma população cuja maioria já inequivocamente demonstrou não aceitar a ideologia por eles veiculada.

A este aspecto já nos referimos no nosso último comunicado. Mas, desde então para cá, a tendência monopolista aí denunciada tem-se agravado ainda mais. Raros são já os órgãos de grande informação verdadeiramente independentes e os poucos que restam vão sendo, com especiosos pretextos laborais ou de existência de conflitos internos, lentamente dominados. Haja em vista o que se passa na Rádio Renascença, cuja liberdade continuamos firmemente a reclamar.

Acresce que o aumento substancial de encargos administrativos e, muito recentemente, o pesado agravamento das taxas postais pro-

vocaram já a suspensão de vários periódicos da Província e estão em risco de provocar o desaparecimento de muitos outros, deixando assim a imprensa regional impossibilitada de continuar a cumprir o seu papel de informação objectiva e livre, dentro de uma sociedade de e para homens igualmente livres. O subsídio governamental que se promete à imprensa pode vir a constituir, em certas circunstâncias, uma forma de controlo estatal.»

APELO E CONCLUSÃO

«... Não ignoramos nem queremos minorar o valor da intuição no desencadear e desenrolar dos processos históricos. Mas isso não dispensa, de forma alguma, antes pelo contrário deve reforçar a exigência da consciência, estudo e previsão, por parte dos que assumem a condução e administração do processo, precisamente para se evitar a irresponsabilidade colectiva, com a violação das consciências pessoais.

Com isto e para além disto, devem os responsáveis usar da necessária pedagogia social, que tem de começar pela verificação e reconhecimento da inteligência do educando colectivo. E, em tudo e sempre, contar com o tempo, já que uma cultura e civilização ou sociedade que levou séculos a elaborar e que contém a sabedoria de milénios, não pode nem deve eliminar-se como corpo estranho. Não vale esquecer que o tempo sempre se encarrega de desfazer, e no geral rapidamente, aquilo que foi feito sem ele. Tão pouco seria de esquecer-se a grande e permanente lição da história de que, assim como o corpo individual gera anticorpos, exactamente para a defesa da vida, assim o corpo social e pela mesma razão: é sempre a revolução, não se sabendo medir nem limitar, que gera a contra-revolução.

Finalmente, com o nosso apelo pastoral à justiça comutativa, penal e legal e com a nossa exortação à amizade cívica, fraternidade, força espiritual e temperança moral, recomendamos aos nossos fiéis que tenham bem alta e viva, na inteligência e no coração, a chama da Fé em que o Espírito de Deus, Espírito de Amor, preside às contingências e vicissitudes da história humana, as quais sempre faz cooperar, no fundo, para o bem e para o progresso humano; e que, nessa Fé viva e iluminante, façam ver ao maior número possível dos nossos irmãos em humanidade que todos devemos colaborar na criação de um mundo cada vez mais correspondente ao projecto do Criador, presente e actuante no Redentor «que vem» em cada novo acontecimento da história.»

161

que impregna todos os estratos sociais, mesmo os mais «progressistas», as revoluções estão sempre votadas ao insucesso. Votar no comunismo teria sido, para certos sectores do eleitorado, votar pela revolução.

Mas enquanto os votos comunistas, de não comunistas, podem, presumivelmente, ser contados em milhares pelos dedos de uma mão, os votos socialistas de não socialistas talvez se elevem a centenas de milhares, e no caso do P.P.D., dada a sua falta de raízes na consciência popular, talvez ainda mais.

A imprensa comunista considera a atracção que o P.S. exerceu nas eleições sobre não socialistas, como um aspecto negativo da posição do partido. Não considera, porém, que essa polarização eleitoral revela uma grande capacidade, por parte do P.S., de captação das massas. Reformado o seu programa num sentido mais consentâneo com a verdadeira vontade do povo e estruturada uma organização eficaz à escala nacional, com células e funcionários do partido em número correspondente à sua verdadeira influência, o P.S. pode, não marginalizar o P.C.P. — o que, aliás, não está nos seus desígnios — mas limitar o seu domínio político sobre a vida portuguesa, sujeitando as suas clientelas políticas a uma erosão constante.

A enorme diferença de votos entre o P.S. e o P.C.P., por certo fez reflectir os dirigentes dos dois partidos quanto às possibilidades de uma nova consulta eleitoral. Para o P.S. a maioria absoluta está ao seu alcance; para o P.C.P. não é de afastar a eventualidade de um recuo.

Ainda que a imprensa e a rádio comunistas se abstenham de comentários desta natureza, o povo pressente as realidades. Apercebe-se de que os socialistas em liberdade têm a maioria absoluta ao seu alcance desde que se adaptem melhor à verdadeira vontade das massas nacionais e ponham de pé estruturas compatíveis com as suas responsabilidades. E apercebe-se, também, que o comunismo, com escassos doze por cento dos votos entrados nas urnas em Abril, está mais perante o risco de uma redução significativa do número de votantes do que a caninhão de um reforço da sua posição.

A atitude triunfalista do P.C.P. nestas condições, joga contra o seu futuro eleitoral. Tanto em relação ao M.F.A. como em face do País que julga e condena, mais

do que o aplaude, as suas atitudes de quem tem a verdade nua e crua na algibeira.

A questão está em saber se o futuro político do nosso país assentará, ou não, nas próximas eleições marcadas inicialmente para o Outono que vem e, depois, adiadas, não se sabe porquê, para a Primavera do ano próximo.

As respostas às interrogações que esta questão suscita, dependem de um outro elemento fundamental da situação política portuguesa: o das relações M.F.A./P.C.P.

A coligação governamental não tem base eleitoralista nem, de qualquer modo, pretende respeitar as indicações dadas pela consulta popular de 25 de Abril último. A tal ponto se entende dever ser completa a separação existente entre o Governo e as correntes de opinião expressas nas urnas, que nenhuma remodelação ministerial foi feita, ou sequer encarada, posteriormente às eleições e por força dos seus resultados.

E todavia, a situação económica e cambial do país justificava uma remodelação que visasse reforçar a política de austeridade.

É nas nacionalizações, nas ocupações feitas sem nexos, e nos saneamentos selvagens dos quadros técnicos, que devem procurar-se as razões do desequilíbrio muito acentuado da balança de pagamentos (saldo negativo previsto para este ano de 30 milhões de contos), do desemprego crescente (270.000 unidades, representando 8 % da população activa com perspectivas de 350.000 a 400.000 para o próximo Outono) e da baixa de produção interna (greves, pontes sucessivas, menos de quarenta horas efectivas — em cinco dias — de trabalho semanal).

As condições de trabalho e o clima político criado pela satisfação dos pontos fundamentais do programa do P.C.P., afastaram do nosso país os turistas que, nos meses de Verão, eram, simultaneamente, fonte de receita em divisas e ocupação para uma centena de milhares de trabalhadores, e os capitais, nacionais ou estrangeiros, que buscavam investimento. Todos os planos de desenvolvimento económico, públicos ou privados, foram cancelados; não se estabeleceram, entre nós, novas indústrias, não se ampliaram as existentes, suspendeu-se a construção civil por toda a parte.

Novas perspectivas políticas

PODERÁ dizer-se que o futuro político do nosso país está definitivamente estabelecido no sentido de um socialismo marxista sem liberdade? Tomando em consideração, apenas, as palavras do secretário-geral do P.C.P. dir-se-ia que sim. Mas os dados fundamentais da nossa evolução política não parecem apontar nesse sentido.

O P.C.P. não é um fenómeno que possa ser considerado isoladamente no contexto político do nosso país ou no do chamado Mundo Ocidental. Deve ser contemplado face às responsabilidades que tem perante o País e às limitações impostas pela política dos grandes blocos mundiais.

E se desse enquadramento ressalta a grande posição de força, do P.C.P., dela resultam, também, as suas enormes fraquezas. Tão grandes que podem fazer com que o P.C.P. não obtenha no futuro o que não alcançou no passado.

As análises da situação política portuguesa, feitas depois das últimas eleições, pecam pelo excesso de atenção às árvores em prejuízo da que foi dada à floresta. Atendeu-se de mais aos números e pormenores eleitorais sem considerar que a política portuguesa tem, actualmente, de se entender em função de dois problemas fundamentais — a rápida degradação da nossa economia e a posição do P.C.P. face ao país e face ao M.F.A.

O P.C.P., com a experiência e apoio — não se dirá sem limites mas, sem dúvida, muito forte — do mais monolítico partido de todos os partidos políticos do Mundo, tinha, naturalmente, de prevalecer, em termos de manobra, sobre os restantes

partidos da panóplia política portuguesa. Mais decididos, mais determinados, mais habituados do que os outros a aceitar riscos, os comunistas depressa transformaram essa prevalência em predomínio, exercido directamente, em nome próprio, ou por intermédio de partidos ou organizações satélites.

Essa situação dominante, que o P.C.P. ainda hoje incontestavelmente mantém, embora mais contestada do que no período que medeou entre o 11 de Março e as eleições, não esconde a deterioração das suas relações com o M.F.A., por um lado, e com o País, por outro.

Os socialistas mostraram ser, nas últimas eleições, o partido de maior implantação popular. Uma situação de força política que deve, contudo, ser encarada com certas reservas e sem deixar de ter em atenção a posição do P.C.P. Sem o comunismo o número de eleitores que se orientou para o P.S. seria, por certo, muito menor.

No passado dia 25 de Abril, a opção eleitoral estabeleceu-se efectivamente — directa ou indirectamente — entre comunistas e não comunistas. As razões de escolha do partido não comunista em que os eleitores materializaram a sua opção, não tinha fronteiras bem definidas. As esquerdas inclinaram-se para o P.S., o centro e as direitas para o P.P.D. e o C.D.S.

Nos votos obtidos por estes três partidos, muitos têm mais significado de «não comunismo» do que de adesão aos partidos a que foram dados.

É possível que muitos não comunistas tivessem votado no P.C.P., seduzidos pela capacidade de organização do partido. Sem uma organização capaz de substituir a estabelecida em função de uma tradição

liferação das grandes fábricas de automóveis e electrodomésticos — o que está a suceder na Rússia.

Foi o programa político do P.C.P. que provocou a modificação total do panorama económico nacional. Primeiro como ameaça, depois como realidade.

Assim, se a posição dominante do P.C.P. no processo político, foi, sem dúvida alguma, para os comunistas, um factor positivo, teve também, os seus inconvenientes. Ligou o partido à descolonização — que, no futuro, por certo, terá ainda muitas sequelas — e ao empobrecimento do País.

Quem receia o desemprego mostra-se, necessariamente, hostil àqueles que responsabiliza por essa terrível ameaça. E neste momento, e com justa razão, os trabalhadores começam a perguntar a si próprios se as exigências ideológicas do P.C.P. não contribuíram, de forma sensível, para a criação do clima de descalabro económico em que o País se encontra.

E como sem uma identificação M.F.A./P.C.P., que parece hoje bem mais distante do que já esteve, só um terceiro golpe de Praga, que não se presume viável, pode impedir a implantação, no nosso país, de um socialismo pluralista recentemente afir-

mado pelo Conselho da Revolução — as eleições para a Legislativa devem ter-se por certas.

«Eleições» é uma palavra que o P.C.P. não gosta de ouvir e, com a coragem que o caracteriza, não se cansa de o proclamar. «As eleições, para mim», teria afirmado recentemente o secretário-geral do P.C.P. a uma revista italiana, «não têm qualquer importância. Nenhuma mesmo.»

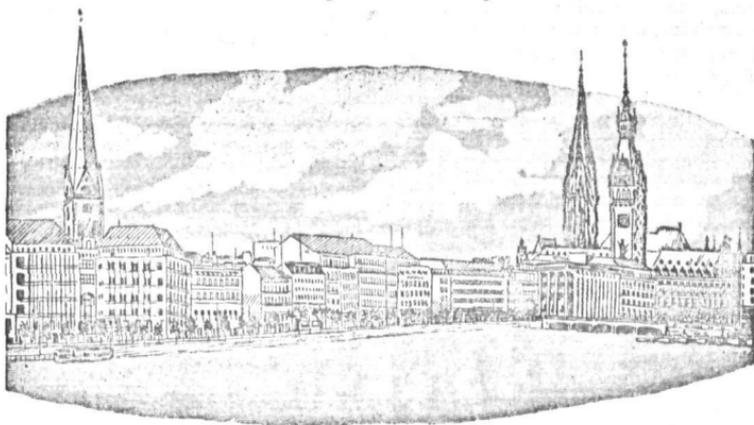
Têm, porém, para o M.F.A. que é, hoje, o único poder político forte no nosso país. E têm para mais de cinco sextos da população portuguesa, que fazem dessa opção a trave mestra da sua posição política.

COMO é que o eleitorado tratará o P.C.P. nas eleições da Primavera que vem. A questão não é prematura. O país está a oito ou nove meses da próxima consulta eleitoral. Não é demais começar, desde já, a preparar a sua realização. O país precisa ser elucidado sobre a gravidade dos seus problemas e viabilidade das soluções propostas.

E nessa elucidação ou o P.C.P. tem todos os meios de comunicação nas mãos ou sai, necessariamente, mal ferido.

WARNHOLTZ GEBRUEDER

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO



TROSTBRUECKE I — HAMBURGO — ALEMANHA

O povo, que se pretende que seja quem mais ordena, começa a aperceber-se — ainda que os meios de comunicação social lho não digam — que foi sacrificado friamente, pelo P.C.P., às exigências ideológicas de Moscou e a uma certa estratégia de conquista do poder. Nos períodos de crise económica o P.C., com as armas poderosas de que dispõe (possibilidade de criar saneamentos selvagens e possibilidades de facultar empregos), tem um campo de manobra muito mais vasto do que nos períodos de prosperidade em que são os chamados monopolistas e latifundiários que, mais do que ninguém, podem despedir (o que numa época de sobreemprego não provoca temores a ninguém) e admitir empregados, assegurando, pela sua diversidade, uma garantia de trabalho que, presentemente, ninguém tem.

Seria de mais supor que o P.C.P. não deu conta do risco que corre por se ter arvorado em campeão de um programa económico que trouxe às classes trabalhadoras — de que se diz «ponta de lança» — aquilo que elas, em qualquer altura e em qualquer parte, mais temem: o desemprego.

Na imprensa do Estado — que compreende quase todos os jornais diários de Lisboa e do Porto — debalde se procurarão duas ou três linhas sobre as causas da presente situação económica do nosso país. E quando a medo, aqui e ali, se diz que estamos à beira da ruína, logo se invoca, como justificação, a «pesada herança» do fascismo, que se verifica, sem dúvida, no campo político, mas não no económico.

A carência de organização do partido socialista e a debilidade da sua cúpula, deu ao P.C.P. uma posição de primeiro plano dentro da coligação governamental. O partido que exige maior governação partidária tornou-se, assim, o aliado natural do M.F.A. e, embora este se defina e considere apertadário, criou certas ambiguidades ideológicas que levam a supor identificações de pontos de vista e de objectivos onde estas efectivamente não existem.

O País atribui grande parte das dificuldades que enfrenta — desequilíbrio alarmante da balança de pagamentos, baixa de produção, desemprego — à linha política seguida defendida com energia, e até violência, pelo P.C.P.

O sistema capitalista que o P.C.P. fez questão de destruir, oferecia perspectivas satisfatórias de concretização das reivindi-

cações das massas. Nos países da Europa Ocidental tem-se verificado que as reivindicações salariais são utilizadas como instrumento de correcção das tendências de estagnação económica. Os acordos de Grenelle, em Junho de 1968, não condenaram a França, como se chegou a temer, a uma recessão, porque, face às exigências salariais, se conservaram de pé as estruturas capitalistas que teriam de as satisfazer.

No nosso país, sob o impulso do P.C.P., quis-se, ao mesmo tempo, destruir a sociedade capitalista, em obediência às exigências ideológicas de Moscou, e elevar o nível de vida dos trabalhadores em satisfação ao estabelecido no programa do M.F.A.

Esta dupla exigência é, naturalmente, contraditória. A destruição das estruturas capitalistas limitou a nossa capacidade produtiva e anulou, a curto prazo, as possibilidades de crescimento económico.

Nos primeiros meses do ano passado o país estava empenhado num vasto programa de aceleração do nosso crescimento económico. Encontrava-se em conclusão o estaleiro da Setenave, o complexo de Sines ganhava forma, a C.U.F. tinha dado início a vastos projectos no capítulo das fibras artificiais, o complexo químico de Estarreja dava os primeiros passos, a Siderurgia do Norte, concluídas as terraplanagens, preparava-se para iniciar as construções, e nas obras de ampliação da Sacor dava-se a última demão. Rara era a semana em que não se conclua ou se não iniciava a construção de uma nova fábrica.

Se a estes empreendimentos — cuja existência parece difícil negar — se somar o crescente aumento de extracção de petróleo em Cabinda e o início da laboração da gigantesca central de Cabora Bassa, é lícito supor que o nosso país caminhava firme e decididamente para um grande bem-estar material.

O nível económico europeu estava ao nosso alcance. É certo que seria um nível económico burguês; mas o povo, que colheria dessa alta do nível de vida inegáveis benefícios — embora, talvez, não tantos quantos os que devesse colher — por certo perdoaria o «pecado original» que inquinava o aumento dos seus réditos.

Aliás o objectivo então confessado da administração era o aburguesamento do proletariado. Dar, se não a todos, pelo menos ao maior número possível, as condições básicas da vida burguesa. Mais ou menos o que hoje se verifica — com a pro-

15/10/1976

163

Seriam mais uma lenda nublada do que uma realidade.

O que vai suceder — se é que não sucedeu já — na nossa antiga província de Moçambique? Que «lendas» sangrentas se não terão criado por lá? Seja o que for uma coisa parece certa — o país não será informado. Não é crível que haja mais desabafos desta natureza. Nem de chefes civis nem de chefes militares.

Os dois conceitos de democracia

O «Plano de acção política» do Conselho da Revolução, mereceu ao doutor Freitas do Amaral, presidente do C.D.S., numa entrevista dada ao semanário «Tempo» os seguintes comentários:

«O primeiro (dos aspectos a considerar) consiste nas dúvidas de fundo suscitadas quanto ao tipo de democracia política desejada pelo M.F.A. Fala-se, é certo, em democracia, em pluralismo partidário, e em partido de oposição.

Mas toda a gente sabe que o pluralismo partidário e a admissão de partidos de oposição não são suficientes para que se possa dizer que existe uma democracia autêntica. Basta pensar em que nalguns países do Leste europeu há mais do que um partido e que no Brasil funciona um partido de oposição.

A questão que se levanta é, portanto, a de saber se, no entender do M.F.A., qualquer dos partidos legalizados pode, amanhã, exercer o poder, se a isso tiver direito em resultado das eleições.

Se a resposta for positiva, se em Portugal os que são hoje oposição, puderem amanhã ser governo, muito bem. Caso contrário, isto é, se alguns estão destinados a ser sempre governo e outros sempre oposição, então não haverá democracia.

O facto do M.F.A., estranhamente, ter resolvido qualificar-se a si próprio como movimento de libertação nacional, de carácter suprapartidário, constitui a esse respeito, no entender do C.D.S., um mau augúrio.»

Não parece que o ponto de vista defendido pelo doutor Freitas do Amaral, como presidente do C.D.S., colida com os conceitos ocidentais de democracia.

É contrário, porém, aos conceitos moscovitas. E por isso um jornal atento aos ventos que sopram de Leste comentou:

«... o Centro Democrático Social é um partido reaccionário que teve a frequência de vir dizer-nos que esta democracia não lhe convém. Quanto a nós, supomos ter chegado a altura de dizer que o C.D.S. não convém a esta democracia.»

PORQUE? Será que esse jornal pretende que se governe sem oposição? Nesse caso onde estaria a democracia? No povo, claro. Mas se é assim, se a vontade popular é soberana, respeite esse jornal a vontade do povo expressa nas urnas. Porque — bom é dizê-lo e repeti-lo — a vontade do povo, a verdadeira vontade do povo, expressa-se nas urnas e não nas ruas ou nas encruzilhadas dos caminhos.

As manifestações e, mais ainda, as milícias, nada representam se não o partido ao serviço de quem actuam ou se colocam, em regra — para não dizer sempre — contra os verdadeiros interesses do país.

Sem dúvida os partidos são necessários mas, em democracia, os partidos, na sua diversidade, são apenas meios pelos quais, o povo expressa primeiro as suas opções e, depois, as concretiza no poder.

Ainda a «entrevista»

TRATA-SE, necessariamente, da entrevista dada pelo Dr. Alvaro Cunhal ao «Europeo». Uma entrevista famosa que o «Match» reproduziu no fim do passado mês de Junho, prestando ao P.C.P. um péssimo serviço.

Porque, se há coisas que mais vale não dizer, estas, uma vez ditas, é melhor não as reproduzir. Toda a gente sabe, entre nós, que o P.C.P. «não aceita o jogo das eleições». Quer governar — naturalmente — mas não está disposto, para isso, a esperar que o povo o chame ao governo. Confia na «dinâmica revolucionária» para lhe abrir caminho. Como bem disse o Dr. Alvaro Cunhal: «o voto passivo não deve ser confundido com a força militante».

De que valem dois ou três milhões de votos em presença de vinte ou trinta mil militantes decididos a tudo? Nada, evidentemente. Ora o P.C.P. não tem os dois ou três milhões de votos, mas tem os vinte ou trinta mil militantes decididos.

Há que ser realista. E no nosso país, com a experiência política dos últimos tempos, só

Execução de «contra-revolucionários» na Guiné

NEM os jornais, nem a rádio, nem a TV deram qualquer informação a respeito de execuções em massa na Guiné. Corriam, é certo, persistentes rumores a esse respeito. Nada, porém, de concreto.

Mas nos meados de Junho último uma personalidade de primeiro plano do actual regime, falou franco e claro. O P.A.I.G.C., após a independência, executou «dezenas e dezenas» de contra-revolucionários.

As coisas vistas a meses de distância perdem muito do seu poder emotivo. Os pavos não sentem os grandes dramas da história. A execução infante «meses atrás», de «dezenas e dezenas» de indivíduos inocentes, passa, sem custo, despercebida hoje. Que fazer? Ninguém ressuscita os mortos.

Mas os mortos, essas «dezenas e dezenas» de contra-revolucionários que o P.A.I.G.C. executou, eram os guinéus leais. Valentes soldados africanos que combateram o P.A.I.G.C. lado a lado com as nossas tropas, e élités que, em todas as condições da vida, alinhavam com a nossa administração, patenteando um portugalismo de que nada os afastou. Eram leais guinéus que confiaram em Portugal, no seu povo e nos seus governantes.

O que é que o nosso país fez para salvar essas «dezenas e dezenas» de guinéus que pagaram com a vida uma lealdade e confiança que nós subemos conquistar mas provámos não merecer? Como reagimos a essas execuções? Que indignados protestos teríamos feito?

A individualidade em questão não informou o país das medidas que o Governo tomou em defesa desses valentes portugueses. Dada a sua posição na nossa vida política, por certo dispõe de elementos de grande interesse a esse respeito que todos teríamos curiosidade em conhecer. Achou por bem, contudo, não os facultar a quem tanto gostaria de os conhecer.

Seja como for, algo por certo se fez. Seria de mais admitir que o Governo português pu-

desse ver com indiferença a execução, pelo P.A.I.G.C. daqueles que, na Guiné, tinham sido, no campo militar e na administração, os suportes da nossa presença.

Por mais que se procurasse mascarar a execução desses bravos guinéus com a acusação de contra-revolucionários, ninguém, nor certo, tomou como verdadeiro o descabelado pretexto com que foram assassinados. Na Guiné não havia nem revolução nem contra-revolução; havia, sim, uma revolta contra a administração portuguesa e uma administração portuguesa que se defendia.

Por razões de ordem vária que, mais tarde ou mais cedo, terão, necessariamente, de ser examinadas em pormenor e em todos os seus aspectos, o Governo de Lisboa resolveu entregar a Guiné àqueles que conduziam a revolta contra a nossa soberania.

Não se teria pensado, quando se fez essa entrega, na defesa da vida daqueles que haviam aceitado a civilização portuguesa, a mentalidade portuguesa e a nacionalidade portuguesa? Será que também deixaríamos, sem protesto, que fosse executada essa figura gloriosa da nossa história que foi Honório Barreto que, modestamente, confessava ser um «escuro e obscuro português»?

SE as coisas se passaram assim, na Guiné, como vão passar-se em Cabo Verde, onde a quase totalidade da população é e se sente portuguesa? E como estarão a passar-se em Moçambique?

De Cabo Verde vieram algumas personalidades que o P.A.I.G.C. tinha medo na prisão, enquanto as não podia executar. Mas, para além destes — que são, apenas, umas escassas dezenas — quantas centenas e centenas, quando não milhares, de cabo-verdianos não estão em perigo de morte violenta só porque foram bons e leais portugueses?

Um dos males da política portuguesa é a incerteza e desconhecimento que paira sobre grande número das suas questões fundamentais. Sem o desabafo de um dos chefes militares do país, as execuções na Guiné teriam caído no esquecimento. Dentro de um ou dois anos ninguém ousaria sustentar que tinham sido feitas.

favam à manifestação da U.D.P. o acesso ao Patriarcado — na maioria mulheres e homens já de uma certa idade — forçando-os, para fugir às violências de que estavam a ser vítimas, a entrar no edifício. Cerca de mil pessoas, algumas das quais feridas, ficaram, assim, bloqueadas no Patriarcado.

Começaram, então, as negociações para a sua evacuação. Os manifestantes exigiam a identificação de todos aqueles que se tinham colocado ao lado do seu Bispo na defesa do que, fora de qualquer questão, representava os legítimos direitos da Igreja. Os homens, para esse efeito, deveriam ser conduzidos a uma unidade militar.

Como ninguém aceitou essas exigências, os manifestantes renunciaram à identificação. Exigiram, porém, que a evacuação se fizesse em vitórias descobertas, o que sujeitou os evacuados aos maiores vexames e insultos. Só por volta de uma hora da tarde do dia 19 de Junho saíram do Patriarcado as últimas pessoas.

O incidente da manifestação e contramanifestação no Campo de Santana, ao Patriarcado — que terá o Patriarcado com o «caso Renascença»? — considera-se encerrado. Mas estará, na realidade? Não parece que esteja.

Portugal é um país católico em que mesmo os não católicos estão impregnados da filosofia cristã. O «caso Renascença» e os incidentes das manifestações do Campo de Santana, por certo alertarão crentes e não crentes. Estará o nosso país a caminho das perseguições religiosas que, por toda a parte, caracterizaram a instalação de regimes comunistas? Um caso e uma manifestação não justificam generalizações. Mas o país, o verdadeiro país, sente-se alarmado.

... e o caso «República»

O caso «República» está longe de se poder considerar resolvido. No dia 18 do passado mês de Junho procedeu-se à desselagem e abertura das instalações. Não, porém, às 11 horas, como parece ter ficado estabelecido, mas às 8.40 horas, na ausência da administração, para ser entregue à chamada «Comissão de Trabalhadores» com a qual se misturaram elementos estranhos ao jornal.

Esta é, pelo menos, a versão categórica da administração e dos jornalistas da «República». Contra as declarações do Presidente da Repú-

blica, em França, e contra a decisão do Conselho da Revolução, o jornal «República» — que nunca escondeu a sua posição favorável ao P.S. — foi entregue a uma «Comissão de Trabalhadores» de inequívocas convicções comunistas.

Sobre a situação criada pelos últimos acontecimentos, foram publicados vários comunicados.

O primeiro comunicado — dir-se-ia articulado em causa judicial — foi o da Copcon, em que se relata a reabertura simbólica do jornal «República», no dia 16 de Junho, às 16,55 horas.

Marcado o dia e hora da desselagem da «República» compareceram no local elementos da Copcon e um administrador do jornal. «A administração dizendo não acreditar nas garantias dadas pelo Copcon», afirma-se no comunicado, «declarou não aceitar a desselagem, negando-se a cumprir o determinado pelo C.R.»

As 18.45 horas, segundo o mesmo comunicado, «foi entregue ao comando do Copcon uma carta da administração, na qual esta não autorizava (!) a desselagem do jornal, contrariando tudo o que anteriormente fora combinado e desrespeitando o parecer do C.R.»

Em consequência, «às 19 horas foi a «República» aberta simbolicamente, como garantia do direito ao trabalho, tendo sido fechada de imediato atendendo ao horário de encerramento habitual.» As chaves foram entregues, simbolicamente, «a um representante da administração, e outra à comissão de trabalhadores, tendo também o representante do Copcon ficado com um exemplar».

As instalações foram novamente seladas «para garantia de que nelas não penetrem elementos durante a noite» convencionando-se que seriam desseladas, em princípio, às 8 horas do dia 17.

A este comunicado contestaram os jornalista da «República» dizendo que «reabrir a porta e lavar as mãos do assunto, não é fazer cumprir a Lei de Imprensa. É, pelo contrário, permitir a sua violação. É fazer com que tudo volte à situação do dia 19 de Maio, ou seja, à situação de ilegalidade e anarquia que os inimigos da liberdade de expressão querem criar».

Os jornalistas da «República» referiram que a administração, direcção e redacção do jornal, após terem verificado que os «trabalhadores» se preparavam para fazer entrar no edifício indivíduos que já ali não trabalhavam, entregaram ao chefe do Estado-Maior do Copcon um memorandum em que «expunham as garantias necessárias à abertura legal da República». Estas compreendiam — naturalmente — a proi-

não é realista quem não o quer ser. É duvidoso, porém, que, para o P.C.P., pôr assim o preto no branco, possa ser vantajoso. Porque, ao fim e ao cabo, na base da campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa, o P.C.P. terá, necessariamente, de colocar a defesa da democracia e da liberdade.

Que democracia e que liberdade? O Dr. Alvaro Cunhal elucidou o eleitorado português. Democracia é a destruição dos monopólios e dos latifúndios. A democracia não é pluralismo, não é liberdade de pensamento, não respeita as eleições nem assegura, a todos os partidos, o direito de se apresentar ao eleitorado. É a «liquidação do capitalismo». Sobre liberdade, o Dr. Alvaro Cunhal não se pronunciou; mas calcula-se, facilmente, o que o secretário-geral do P.C.P. pensará a esse respeito.

Há sem dúvida que ser honesto e realista. Isso está fora de questão. Mas reconhecer que a direita ganhou as eleições — será que os socialistas, por defenderem a liberdade, também são, para o P.C.P., um partido da direita? — e pretender contra a vontade popular livremente expressa nas urnas, impor ao país «uma forte-democracia comunista», não parece forma de ajudar o P.C.P. a ganhar muitos votos nas próximas eleições.

Também não ajudará a ganhar muitos votos a confissão, sem ambages, de que o Partido Democrata-Cristão foi eliminado das eleições porque o P.C.P. o considerava reaccionário. Era «um jovem partido reaccionário que não tinha sequer base católica e que — tiens! — já tinha tentado uma revolução».

O Dr. Alvaro Cunhal não o diz, mas é fácil de imaginar — poderia pactuar com tudo, menos com a falta de base católica do P.D.C. Sem essa base, nada feito. Não podia concorrer às eleições.

Não se compreende bem porquê, é certo. Mas uma coisa são os factos outra a sua interpretação. Se o Dr. Alvaro Cunhal confessa, com uma «candide ferocité», que o P.C.P. não esperou «pelo resultado das eleições para mudar as estruturas e destruir o passado» e não aceita o jogo eleitoral, que diferença lhe fazia o P.D.C. e o M.K.P.P. na liça? Princípios são princípios, responderia o Dr. Alvaro Cunhal se Oriana Fallaci lhe fizesse essa pergunta. Mas não fez.

SERÁ que o secretário-geral do P.C.P. está seguro de que não haverá eleições para a Assembleia Legislativa? Dir-se-ia que sim, mas bem pode acontecer que se engane.

QUEM destruiu ou desviou o equipamento dos hospitais de São Paulo e Universitário, em Luanda? Este último, que era um dos mais bem montados do continente africano, ficou quase inutilizável. Quem é, ou quem são, os responsáveis pelo vandalismo com que foi destruído o equipamento caríssimo desses dois hospitais?

A resposta a esta interrogação é fácil. São os brancos reaccionários. É uma resposta fácil e cómoda. Mas não foram. Toda a gente sabe que não foram.

O «caso Renascença»

FEZ um mês que Rádio Renascença foi ocupada por 19 «trabalhadores» que esqueceram e combateram os direitos dos restantes 80 empregados daquela estação. Mas o «caso Renascença» vinha de longe — de meados de Setembro do ano passado quando esses mesmos «trabalhadores» fabricaram um incidente a que procuraram, sem sucesso, dar uma cor laboral.

Para comemorar um mês de ocupação das instalações foi marcada uma manifestação de apoio à luta dos 19 «trabalhadores» dos estúdios de Lisboa e do centro emissor de Benfica da Rádio Renascença, para quarta-feira, dia 18 de Junho, em frente do Patriarcado de Lisboa.

Na reunião habitual do clero da cidade de Lisboa, realizada terça-feira, dia 17, os padres resolveram colocar-se ao lado do seu Bispo enquanto durasse a manifestação. Entretanto muitos cristãos haviam tomado a iniciativa de promover uma afirmação de apoio à posição assumida, na questão «Renascença» pelo Patriarcado e Conferência Episcopal.

Assim, frente ao Patriarcado, juntaram-se, de um lado, cristãos solidários com o seu Bispo, e de outros, simpatizantes e aderentes com a U.D.P. que liderava a manifestação. Presentes também a Polícia Militar e a P.S.P.

Enquanto os manifestantes de apoio ao Patriarcado se mantinham passivos e silenciosos, os manifestantes de apoio aos «trabalhadores» manifestaram, ruidosamente, os seus sentimentos de animosidade para com aqueles. Ao cair da noite, com a chegada ao Campo de Santana dos manifestantes do «caso República», a situação tornou-se crítica para aqueles que bar-

Dr. Alvaro Cunhal a Oriana Fallaci, «nã se respeitam as leis; fazem-se novas leis». Mas uma vez feitas necessariamente que se devem aproveitar.

Auxílio aos países em vias de desenvolvimento

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) fixou em 1 % do P.N.B. dos países doadores, o auxílio a prestar aos países em vias de desenvolvimento. Esta percentagem nunca, até hoje, foi atingida por qualquer país do Ocidente e, muito menos, pelos de Leste.

No período 1956/58 as entregas do Ocidente, com excepção dos capitais privados, atingiram, em média, conforme elementos publicados pela O.T.A.N., um montante anual de \$8.000 milhões. Nesse mesmo período as entregas de países do Leste não foram além de \$265 milhões.

O auxílio oficial do Ocidente, em 1970, foi de 0,32 % do produto nacional bruto enquanto o da Rússia foi de 0,05 %. Em números absolutos vários pequenos países europeus deram, aos países em vias de desenvolvimento, mais do que a grande e poderosa U.R.S.S. Em 1973 — último ano cujos números são conhecidos — a situação não é diferente: auxílio russo de \$320 milhões e dos países da Europa de Leste de \$100 milhões, enquanto o Ocidente contribuiu com \$9.400 milhões. Em números relativos — auxílio do mundo não comunista 96 %, do mundo comunista 4 %.

Acresce que o auxílio ocidental é, fundamentalmente liberal, permitindo grande mobilidade na utilização das verbas atribuídas a esse fim, enquanto o auxílio russo e o das «democracias populares» está, em regra, ligado a «compras» quando não a «projectos» a estudar e a realizar pelos técnicos soviéticos.

Os países comunistas preferem o processo de ligar o auxílio a países em vias de desenvolvimento a «compras» para que, deste modo, a sua balança de pagamentos não sofra com os dispêndios feitos para esse fim. Em qualquer dos casos, aliás, essa ligação directa entre as somas atribuídas ao auxílio a países em vias de desenvolvimento e as «compras» existiria sempre dado que o rublo não é livremente convertível em divisas ocidentais.

Pelos cálculos realizados pelos peritos financeiros o auxílio feito nestas condições sofre uma

desvalorização do seu montante real em cerca de 20 a 30 %.

Vistas as coisas sob outro aspecto, a ligação do auxílio aos países em vias de desenvolvimento às «compras» e «projectos» permite um muito maior impacto da propaganda. É o caso da barragem de Assuão que se tornou conhecida no Terceiro Mundo, como uma prova flagrante de boa vontade russa para com os países em vias de desenvolvimento.

O auxílio russo e dos países de Leste é, ainda, consideravelmente mais baixo. Enquanto o Ocidente atribuiu para esse fim uma verba correspondente a cerca de \$5.800 milhões não reembolsáveis, o auxílio russo e dos países do Leste, reveste-se, na quase totalidade, da forma de empréstimos de oito a doze anos ainda que a juros baixos (2 1/2 a 3 %). Mesmo a remessa para a Índia de dois milhões de toneladas de cereais, para ajudar o país a evitar uma fome de consequências catastróficas, foi feita a título de empréstimo reembolsável em sete anos.

Estes reembolsos começam a provocar dificuldades financeiras dos países que os contraíram. Em 1973 representaram, sensivelmente, montante igual ao recebido em novo auxílio. Mas num futuro próximo — se não já este ano — provocarão um afluxo de capitais dos países em vias de desenvolvimento para a Rússia e países de Leste. Uma espécie de «auxílio» negativo.

ESTES factos — que não parecem ser susceptíveis de contradição — devem fazer meditar aqueles que vêem na Rússia a possível fonte da ampla ajuda financeira de que o nosso país, fora de questão, necessita com urgência.

A Rússia concede apoio ideológico e revolucionário a todos os países do Mundo, no campo teórico como no das realizações práticas. Mas mais nada. Cada um dá o que tem e ela não tem dinheiro.

O «controle operário da produção»

PARALELAMENTE à «batalha da produção», fala-se do «controle operário da produção».

Trata-se, de sugerir aos trabalhadores que se vigiem uns aos outros a fim de que cada um deles aplique o melhor do seu esforço na produção?

Há quem interprete assim essa expressão. Vigiam com todo o cuidado o rigoroso cum-

bição da entrada no jornal dos «funcionários que, anteriormente, se haviam voluntariamente afastado».

A este memorandum, porém, — sempre de harmonia com o comunicado dos jornalistas da «República» — não foi dada qualquer resposta.

Aliás, não era a única pretensão da administração, direcção e redacção da «República». Dada a linha legalista que vinham assumindo, pretendiam, quanto a salários, «submeter-se ao que as leis em vigor determinarem».

Terminam afirmando a sua disposição de contribuir de forma activa para o «cumprimento da legalidade revolucionária».

Entretanto deu-se a desselagem do jornal. Não, porém, como a administração pretendia. «Passando por cima da decisão do Conselho da Revolução, violando a Lei da Imprensa, cujo cumprimento o Conselho da Revolução se comprometeu a garantir» e desrespeitando os compromissos tomados, a Copcon procedeu à desselagem às 8.45 horas em vez de a fazer às 11 horas «tal como estava combinado» — diz-se em novo comunicado dos jornalistas da «República».

«A Revolução está ameaçada porque a liberdade está em perigo.» É interrogam-se: «Quem manda neste país?» «Quem garante o cumprimento da legalidade revolucionária?»

O tom dos articulados subiu. Se a contestação da administração e jornalistas da «República» foi vigorosa, a réplica da Copcon foi de arrasar.

«Os inimigos da liberdade de expressão são aqueles que não respeitam a opinião pública, deturpando ou seleccionando a informação de acordo com os seus interesses partidários que põem acima dos interesses das classes trabalhadoras.»

«A luta dos trabalhadores do «República» é uma luta desencadeada por aqueles que estão interessados em evitar que um jornal tradicionalmente antifascista e independente se vincule cada vez mais a uma linha partidária.»

Trata-se é certo de um partido legal e que, nas últimas eleições foi o mais votado de todos os partidos e com uma larga margem de superioridade sobre qualquer outro. E também se pode dizer que, por esse país fora, não faltam jornais vinculados ao P.C.P.

Seja como for, ainda que a Copcon manifeste, nesse comunicado, o seu «intenso desejo de participar na construção de uma sociedade socialista não totalitária em Portugal» a sua posição contrária à orientação socialista da «República» foi mais de uma vez afirmada:

«O respeito pela opinião pública não se consegue passando-lhe gato por lebre, isto é,

servindo-lhe como jornal independente um órgão de imprensa descaradamente partidário.»

Os jornalistas da «República» responderam com novo comunicado. Não muito mais calmo e, como os anteriores, muito firme na defesa dos seus pontos de vista.

Principia por referir que o director comercial adjunto do «República» ganha 18.500\$00 mensais, o chefe dos serviços administrativos 18.000\$00 e os linotipistas 11.800\$00. «Como é que se poderá falar nestes casos específicos de classe operária mais explorada?» perguntam os jornalistas. A avaliar pelos ordenados indicados dir-se-ia não se justificar a designação dada aos «trabalhadores da República» de «trabalhadores não privilegiados da empresa».

No C.G.T. francesa Georget Séguéy e os secretários ganham mais ou menos 3.000 francos — tanto como o director comercial adjunto e o chefe dos serviços administrativos — e os restantes empregados, em média 1.600 francos — cerca de dez contos. E ninguém se considera explorado nem «não privilegiado».

Postas as coisas no seu lugar quanto à exploração e aos não privilégios, o comunicado repete a versão dada, anteriormente, quanto às negociações entre a administração e jornalistas de um lado, e Copcon de outro, acusando esta última de distorção da verdade.

«Mais uma vez os representantes do Copcon distorcem a verdade ao afirmar que o jornal foi desselado com conhecimento da administração.» E acusam: entregues a chaves do «República» à «Comissão dos Trabalhadores» e tendo com estes entrado na sede do jornal indivíduos que não eram, ou já tinham deixado de ser, «trabalhadores do República», à administração e jornalistas foi proibida a entrada. Só quatro o podiam fazer!

Uma revista francesa publicou uma fotografia elucidativa. Um tipógrafo da «Comissão dos Trabalhadores», rodeado por três soldados, exhibe sorridente uma chave. «La clef de «República».

O caso «República» está a tomar o caminho do caso «Renascença». Uma situação ilegal, que todos reconhecem, mas que prevalece. Só que, quanto ao «República» há uma afirmação do Presidente da República, feita no estrangeiro e uma decisão, terminante, do Conselho da Revolução.

E há, na opinião pública internacional, uma grande curiosidade sobre a forma e quando, será resolvida a crise do jornal «República».

Crise de quê? E de que origem? Laboral não. Política sem dúvida. E fora de questão — grave. «No processo revolucionário» disse o

A BANCA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DOS AÇORES

Terminaram no passado dia 24 as reuniões de trabalho que decorreram em Ponta Delgada, presididas pelo Secretário de Estado do Tesouro, Dr. Mário Brandão e em que participaram os Drs. José Marigueza e Tavares da Cruz, da administração do Banco de Portugal, e outros técnicos deste Banco Central, gestores das instituições de crédito, elementos do grupo de especialistas encarregados de preparar um relatório sobre a situação bancária no arquipélago açoriano, autoridades locais e responsáveis das instituições de crédito locais.

Da ampla análise das necessidades das estruturas económicas açorianas no domínio do apoio bancário foram retiradas importantes conclusões que irão permitir uma política creditícia mais adequada às urgentes necessidades da vida do arquipélago.

Na reunião em que participaram autoridades locais e representantes, a nível oficial, dos diversos sectores económicos, foram estudados, pormenorizadamente, os actualis condicionais que influenciam determinantemente os sectores da agricultura e pecuária e, em especial, no que se reporta à criação, abate e comercialização do gado bovino e de produtos derivados, como o leite; à conquista e desenvolvimento dos mercados externos. Também os sectores das madeiras, da construção civil, das conservas de peixe e da pesca e a crise que actualmente atravessam foram objecto de cuidada análise bem como o modo mais adequado de apoio por parte da Banca.

Das intervenções que se verificaram no decurso das reuniões que se prolongaram por três dias, merece destaque a do Comandante Militar dos Açores, General Altino Pinto de Magalhães, que apresentou um desenvolvido esquema dos problemas que, presentemente, mais preocupam a vida sócio-económica local. Designadamente, salientou a urgente necessidade de apoiar a actividade agro-pecuária tendo em atenção, principalmente, a produção do leite e da carne e respectiva comercialização; de dinamizar o crédito agrícola de emergência; de estudar a organização de cooperativas; de fomentar a construção civil, orientada essencialmente para a construção de características sociais; de estudar e planificar a conquista de mercados externos.

Sobre a questão agro-pecuária também o Dr. Luis Sequeira, Intendente da Pecuária, fez desenvolvidas considerações de ordem técnica. A propósito dos sectores das madeiras, das conservas de peixe, da pesca, das instalações portuárias e de redes de frio e comercialização da produção, os Eng.º Hernâni Abrantes dos Santos, director dos Serviços Florestais, e Orlando Quaresma, do Instituto das Conservas de Peixe, expuseram, pormenorizadamente, o leque das principais preocupações e necessidades.

AS INTERVENÇÕES

DO SECRETARIO DE ESTADO DO TESOUREO

Do conjunto de intervenções que, no decorrer das reuniões, o Dr. Mário Brandão levou a efeito, alguns pontos assumem importância relevante pela classificação do papel que cabe à intervenção da Banca no desenrolar de todo o processo sócio-económico dos Açores.

Aquele membro do Governo salientou, designadamente, competir à Banca uma função, no apoio financeiro, efectivamente importante de modo a tornar viável a concretização de iniciativas orientadas não só no sentido de solucionar as actualis dificuldades da economia local como ainda garantir o seu desenvolvimento imediato participando decisivamente na manutenção e criação de novos postos de trabalho.

O Dr. Mário Brandão, salientou, contudo, que não obstante caber à Banca um papel fundamental em todo este processo, ele não lhe é exclusivo porquanto deverá efectivamente pertencer a outros organismos ligados aos sectores económicos e à iniciativa privada o arranque e a dinamização das actividades consideradas de interesse.

O Secretário de Estado do Tesouro acentuou ainda, a este propósito, constituir firme intenção do Governo apoiar de modo efectivo, através das instituições de crédito, todos os empreendimentos que possam, por um lado, desbloquear situações de dificuldade imediata e, por outro,

garantir a implantação, continuidade e valorização de unidades de produção.

Esquemas de soluções para casos mais prementes foram referidos pelo Dr. Mário Brandão que afirmou estar em o Governo e a Banca perfeitamente habilitados a darem, em termos de financiamento, o seu contributo imediato de modo a possibilitar a resolução dos mais urgentes problemas de sectores como o das madeiras, das conservas de peixe e da construção civil. Salientou ainda que esta determinação do Governo está na sequência de recentes medidas já tomadas em Conselho de Ministros e, por conseguinte, em fase executória.

Referiu, relativamente a este assunto, o caso dos pagamentos em atraso nos produtores de leite e do escoamento da produção leiteira.

O Secretário de Estado do Tesouro, considerando o interesse em reforçar a actuação coordenada da actividade bancária, anunciou ter resolvido constituir de imediato um secretariado regional da Banca, sediado nos Açores.

Acerca da competência e das atribuições deste secretariado, o Dr. José Marigueza, administrador do Banco de Portugal, deu em seguida uma desenvolvida explicação, pondo em evidência o facto de caber a esse secretariado uma função criadora de novas estruturas que ganham a adequada e oportuna coordenação do sector bancário com os órgãos regionais de planeamento e dinamização económica.

O Dr. Marigueza pôs ainda em destaque outra atribuição do secretariado: actuar como meio eficiente de ligações entre o Banco de Portugal e as instituições creditícias açorianas.

Por sua vez, o Dr. Tavares da Cruz, também administrador do Banco Central, reforçou a ideia de que o secretariado regional constitui uma resposta à necessidade de acelerar toda a dinâmica das relações entre a Banca e os sectores de produção públicos e privados.

Na sequência das matérias objecto dos trabalhos, um elemento da Direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa, Moura Lopes, expôs a posição dos trabalhadores bancários acerca de alguns dos temas tratados nas reuniões, merecendo referência especial a criação do secretariado regional, considerado como contributo válido para facilitar a resolução de alguns problemas urgentes. Aquele dirigente sindical afirmou, nomeadamente, que os critérios de tratamento do crédito terão de ser uniformizados de forma a possibilitar, por um lado, um apoio mais eficaz a actividades de produção como, a título de exemplo, os casos da agricultura, dos lactínicos e da pesca; por outro lado, tendo em vista também a manutenção e criação de postos de trabalho.

Mereceram ainda desenvolvida referência a função formativa e informativa que deve assumir a actividade dos prospectores, a racionalização dos serviços bancários, a criação de grupos de trabalho, a reformulação dos critérios de cobertura bancária do arquipélago e o empenhamento da estrutura sindical e dos trabalhadores bancários em colocar a Banca, efectivamente, ao serviço do povo para a construção de uma «sociedade mais justa que ponha termo à exploração do homem pelo homem».

Na fase final dos trabalhos, o Secretário de Estado do Tesouro, Dr. Mário Brandão, insistiu em vincar algumas facetas da actividade bancária que considerou basilares no desenvolvimento regional e referiu, em especial, o facto da acção da Banca traduzir uma orientação do Governo visando acelerar o aumento da produção, contribuindo para a real independência económica do País e valorização das populações, principalmente das classes mais desfavorecidas.

A CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE TRABALHOS

O programa da visita de trabalho do Secretário de Estado do Tesouro aos Açores teve o seu epílogo numa reunião com o General Altino Pinto de Magalhães, Comandante-Chefe dos Açores.

Em seguida o Dr. Mário Brandão trabalhou ainda com elementos do Banco, tendo sido tratados assuntos respeitantes ao crédito, ao investimento e à posição particular da Caixa Geral de Depósitos e do Banco de Fomento Nacional no esquema de apoio dentro das respectivas atribuições.

A noite, o Secretário de Estado do Tesouro e os técnicos que o acompanhavam assistiram a uma reunião de trabalhadores bancários.

166

primento dos horários e a assinatura do livro de ponto — até por aqueles cujo trabalho se não situa dentro de horários nem é medido por assinaturas. Vigilância acima de tudo? Mas é evidente que não é esse o significado que se quer dar ao «controle operário da produção».

A vigilância sobre a incompetência de muitos e a competência — tantas vezes mal aproveitada — de muito poucos não conduz a nada. E a nada conduz a vigilância sobre aqueles que, nunca se tendo mostrado competentes e trabalhadores, ascendem agora facilmente a lugares com ordenados de ministro (ou perto disso), mercê do saneamento de quem os ocupava por valor próprio e por menores salários. Abaixo os salários de fome viva a fome de salários — é o seu lema.

O «controle operário da produção» foi um eufemismo usado por aqueles a quem então se dava o nome de bolchevistas, para designar a transferência da gestão das empresas, que tinham escapado à apropriação do Estado, das mãos dos seus legítimos proprietários para as mãos dos operários. É certo que em Portugal ainda não existe um regime comunista, e se está apenas a construir um socialismo indefinido que, por muito que pese a certos sectores, será por certo pluralista. No entanto, o processo é o mesmo.

É um processo que em 1917, na Rússia, as próprias esquerdas, diziam ser «vago e algo suspeito» no sentido de que não se tratava daquilo que parecia ser nem é aquilo que pretendia ser.

Não é fiscalização nem vigilância — e, obviamente, não é participação. É antes expropriação in nomine. Porque, na prática os trabalhadores não passam a dominar a produção, nem a fiscalizá-la. O Estado intervém a curto prazo e os administradores e os empregados vigilantes são substituídos por burocratas do partido.

É fácil de calcular o que sucede quanto ao controle operário russo. Ninguém sabia como aplicar o equipamento e as matérias-primas; os técnicos tinham desaparecido e os operários só obedeciam aos seus chefes políticos. Consequentemente, as mais das vezes produzia-se o que não devia ser produzido, e não se produzia o que fazia falta. Os patrões, os vendedores e os comissionistas, foram considerados elementos parasitários, o contacto com os mercados tinha-se perdido, em parte alguma havia dinheiro. Para fugir a essa situação só havia um recurso: chamar o Estado ou abrir-lhe a porta para ele entrar quando quisesse.

O que se está a aconselhar entre nós é um «controle» operário descontrolado que, neces-

sariamente, irá prejudicar a batalha da produção carecida de disciplina e de planificação. Mas que importância tem isso! O que importa para certos sectores políticos que começam a ser conhecidos do país, é — enquanto há dinheiro para importar alimentos — o rápido avanço do processo revolucionário. Depois se verá, e já se calcula o que é que se vai ver.

Como a cópia da revolução bolchevista é completa, é legítimo esperar que as consequências sejam iguais. Na Rússia o poder dos trabalhadores foi rapidamente esmagado. Record-se a revolta operária de 1921. As empresas verdadeiramente autogeridas tiveram uma vida menos que efémera e as cooperativas viram, rapidamente, a sua actividade limitada.

Em Portugal, é certo, ainda não se determinou que só o Estado pode ser o detentor e o orientador dos meios de produção. Mas na prática já assim é. Ora tal como o «controle operário da produção» foi uma maneira de subtrair as empresas àqueles que as tinham criado ou que tinham assegurado a sua sobrevivência, a falta de disciplina, de planificação, de competência e de apoio técnico (e financeiro) irá, por certo, abrir a porta à declaração, por parte do Estado, da incapacidade das várias formas de gestão directa feita por aqueles trabalhadores que, voluntariamente, não entreguem as empresas ao Estado.

Depois do que o ciclo voltará ao princípio — e o trabalho será de novo realizado para um patrão — o Estado — sob as ordens dos burocratas, seus onnipotentes representantes.

PARA se chegar a tal ponto, haverá que destruir duas vezes a economia. Tendo em consideração os interesses do partido — que partido? — não parece que seja muito.

Primeiro é a fase — entre nós já muito adiantada — das dificuldades provocadas aos empresários, com reivindicações impossíveis de satisfazer. Depois, é a fase das dificuldades que os trabalhadores encontram, pela sua inexperience de gestão. Por último o Estado e os burocratas — ninguém deve esquecer-se deles — surgem como salvadores e desse papel ninguém os arredará. Serão salvadores até à eternidade!

A Rússia suportou estas duas fases porque dispunha de imensas reservas de matérias-primas e de um enorme potencial humano. Portugal, é, agora, pequeno e pobre — em recursos naturais e em recursos humanos. Poderá, também, suportar essa dupla destruição da sua economia?

Há quem afirme que essa questão é secundária. Mas há, também, quem sustente que, ao invés, é essa a questão que importa resolver.

167

✦ A «reprise» que se faz sentir em certas indústrias alemãs não é, ainda, suficientemente forte para provocar uma mutação da tendência geral da economia do país — segundo afirma o Bundsbank no seu último relatório mensal. A Alemanha Ocidental, diz-se nesse relatório, não saiu, ainda, da fase de recessão.

FRANÇA

✦ A França entrará na «serpiente» — que abandonou em 19 de Janeiro de 1974 — o mais tardar até ao dia 10 de Julho. O franco já há muitas semanas, regressou, na prática, ao seio do clube das moedas que mantêm entre si uma margem de flutuação de 2,25 %.

✦ A balança comercial francesa registou em Abril um saldo positivo de 260 milhões de francos e em Maio de 1.211 milhões. As exportações sofreram uma redução de 14,3 % em relação a Abril e de 9,8 % em relação a Maio de 1974; mas as importações baixaram, respectivamente, 16,3 % e 25,3 %.

ESTADOS UNIDOS

✦ A balança de base dos Estados Unidos — que inclui os movimentos da balança comercial, da balança dos invisíveis e o saldo dos movimentos de capitais a longo prazo — fechou no primeiro trimestre deste ano com o saldo negativo de \$475 milhões (contra \$6.570 milhões no último trimestre do ano passado).

✦ A falência do National Bank, de San Diego, e do Franklin National Bank, de Nova York, a primeira em Novembro de 1973 e a segunda em Junho de 1974, provocaram o alarme, nos Estados Unidos, em relação à solidez dos bancos de segundo plano. Na Alemanha Federal a falência do Banco Herstatt, que se verificou a meados do ano passado, teve enorme influência nas operações entre bancos internacionais que, transitariamente, sofreram uma suspensão. As perdas sofridas por grandes bancos ingleses e suíços provocaram severas medidas de defesa por parte das autoridades destes dois países, em paralelo com as já tomadas na Alemanha Ocidental e Estados Unidos. Em face da depressão dos anos 1972/73, os balanços de 1974 são francamente optimistas; ainda que deixando ver os efeitos da crise não anunciam o período de dificuldades bancárias que se temia.

Mas é aí que surge o primeiro problema: a nossa indústria de construção naval não está voltada para a produção em série. Poderá dizer-se que os estaleiros da Setenave, na Mitrena, foram concebidos com esse fim; a verdade, porém, é que essa concepção visava um tipo especial de navios, que parece não ser, agora, tão procurado como se previa, e que nem era pequeno nem era de pesca. A construção em série exige — naturalmente — instalações adaptadas ou adaptáveis ao tipo de navio a produzir. Não é o que sucede nos nossos grandes estaleiros, que não parecem adaptados nem adaptáveis, quer técnica quer economicamente, a este tipo de construção, nem nos pequenos estaleiros, que são demasiado pequenos e nem todos estão disponíveis. Veja-se o que aconteceu aos Estaleiros Navais do Mondego, que receberam a garantia da adjudicação de um contrato vantajoso com o governo da Líbia, para a construção de seis rebocadores de alto mar no valor total de dez milhões de dólares. Apesar de se tratar apenas de meia dúzia de pequenas unidades, tiveram de subcontratar metade da encomenda aos estaleiros da Argibay, em Alverca.

O maior volume da encomenda polaca terá, necessariamente, de se dirigir à Setenave, apesar da sua ocupação actual no fabrico do casco de um petroleiro de 316.000 tdw para a Sopotina. Mas, como de resto foi sublinhado, outras empresas receberão quotas de trabalho, que deverão ser satisfeitas em prazos que irão de poucas semanas a três anos.

É aí que surge outro problema: o da planificação. A indústria portuguesa — toda a indústria — tem sido rebelde a hábitos de rigorosa planificação. O número de horas e dias de trabalho perdidos no nosso país, porque esta ou aquela empresa não entregou, na altura estabelecida, o material indispensável para o andamento de uma obra ou de uma encomenda, é, por certo, muito elevado. Este mal, que não é de hoje nem de ontem, está, no sector em consideração, e tanto quanto parece, pode estar em vias de eliminação com a criação de um comissariado para a meta-omecânica pesada, dirigido por dois representantes do Ministério da Indústria e Tecnologia e dois delegados das comissões coordenadoras das comissões de trabalhadores das empresas abrangidas — a Cometna, a Construtora Moderna, a Equimetal, a Efacec, a Mague, a Sepsa, a Sorefame, a Setenave e a Lisnave.

Dir-se-á que se trata de uma solução lógica, pois que permite, simultaneamente, gerir todas as empresas ligadas a um sector económico e conhecer das possibilidades práticas da execução das medidas sugeridas, num sistema de co-gestão a nível estatal. Não se deve esquecer, contudo, que as comissões de trabalhadores são de formação recente e carecem de experiência e estabilidade. Além do que a sua motivação tem sido — por razões de mais conhecidas — conduzida no sentido das reivindicações sociais e salariais, e só, muito recentemente, foi orientada para o aumento da produção.

A compreensão dos interesses nacionais por certo vai sobrepor-se — em plena consciência — à dos interesses de classe e, muito mais, aos interesses pessoais. Mas por ora não é seguro que assim seja. Não é segredo para ninguém que o comportamento dos trabalhadores na indústria pesada está longe de trazer uma identidade de opiniões e uma plena identificação com o poder político, ou mesmo com as directrizes partidárias.

Esses factos são muito importantes na medida em que, muito embora o salário mínimo nos mais importantes estaleiros nacio-

INFORMAÇÃO

ECONÓMICA E FINANCEIRA

BANCOS E CÂMBIOS

OURO

✦ O stock mundial de ouro é de 79.000 toneladas, o que representa o correspondente a setenta e cinco anos de produção mundial, ao ritmo de 1974. Nestes stocks, a parte das reservas oficiais dos Bancos centrais de há trinta anos para cá. Passaram de 64% em 1948 para 45% hoje. O stock privado, aumentou, assim, muito mais rapidamente do que o stock público. O preço do ouro tem variado em função da irregularidade dos abastecimentos e da estabilidade das moedas. No que respeita ao abastecimento do mercado a posição do bloco comunista é dominante em face da sua irregularidade: em 1974 a Rússia teve uma intervenção muito activa no mercado, dado que as cotações eram elevadas; no ano corrente, como as cotações baixaram, a Rússia retirou-se do mercado.

ALEMANHA OCIDENTAL

✦ A «reprise» económica dos Estados Unidos verificar-se-á no terceiro trimestre deste ano? Os industriais alemães desejam que assim seja. Só um impulso desta envergadura, dizem, pode tirar a Alemanha da estagnação em que se encontra. Mas se, por um lado, a «reprise» norte-americana deve ter resultados benéficos sobre a economia alemã, por outro constituirá, por certo, uma grave ameaça dado que os industriais norte-americanos, armados com um «dólar de combates», fortemente desvalorizado, podem tornar-se inimigos invencíveis dos seus rivais alemães.

O futuro da construção naval no nosso país

UMA encomenda polaca de 68 navios, sendo nove navios graneleiros de 32.000 toneladas, quatro porta-contentores de 16.000 toneladas, 50 barcos de pesca de 33 metros, cinco arrastões de 500 toneladas e três cascos de semi-porta-contentores, de 16.000 a 17.000 toneladas, foi recebida com geral satisfação que fez esquecer todos os exageros de que certos interesses políticos imediatamente a rodearam.

Poder-se-á perguntar se a própria encomenda não terá, antes de mais, objectivos políticos, uma vez que a Polónia, possuindo actualmente um forte saldo negativo na balança do comércio externo, teria todo o interesse em construir esses navios para o que dispõe de indústria com capacidade quantitativa e qualitativa.

Mas essa pergunta não tem resposta fácil — uma vez que não se conhece o grau de utilização actual dos seus recursos, nem a real urgência do fornecimento, nem, sequer, os preços e as condições da construção encomendada — não tem para nós importância de maior. O que importa é a construção dos navios.

É certo que os navios, ora encomendados a Portugal, não pertencem aos tipos cuja construção é mais rentável. Trata-se de navios relativamente pequenos — cinquenta são simples traineiras. As operações necessárias para construir um navio pequeno são, como é do conhecimento comum, praticamente as mesmas exigidas pela construção de um navio grande, ainda que o custo deste último seja, necessariamente, muito menor. O que pode significar que a ocupação dos estaleiros com tais navios não é desejável, quando ela se faz em detrimento da construção, já encomendada, de navios maiores.

Para a Polónia — e para a Rússia, num futuro próximo, «directamente ou através da Polónia» — entregar os trabalhos de menor importância e menor rendimento à indústria de outro país, mais necessitado, é, sem dúvida, um acto de boa administração. Mas a aceitação dessas encomendas, por parte de um país, que tenha os estaleiros vazios, também o é. A navio encomendado, nessas condições, não se olha a tamanho.

De resto, se a construção dos navios for bem planificada — nomeadamente a das cinquenta traineiras, de modo a poder ser feita com métodos de produção em série — o rendimento deve deixar de ser marginal e bem pode tornar-se aceitável.

- + Ponderação das diferentes moedas na composição dos D.S.E.: dólar norte-americano 33 %, DM 12,5 %, libra 9 %, franco 7,5 %, yen 7,5 %, dólar canadiano 6 %, lira 6 %, florin 4,5 %, franco belga 3,5 %, dólar australiano 1,5 %, peseta 1,5 %, coroa sueca 2,5 %, coroa dinamarquesa 1,5 %, coroa norueguesa 1,5 %, shilling 1 %, rand 1 %.
- + Variação das moedas em relação ao D.S.E., de 1-7-74 para cá: para mais franco francês 15 %, florin 6,5 %, DM 6,5 %, franco belga 5 %; para menos lira 2,5 %, dólar 3,5 %, yen 3,5 %, libra 5 %.

MERCADORIAS

ACÇO

- A C.E.E. recomendou à indústria siderúrgica dos nove países que a constituem, uma redução voluntária de 15 % no período Junho/Setembro do ano corrente, em relação à produção de igual período do ano passado. A Comissão que formulou este pedido justificou-o pela redução da procura e pela baixa dos preços que, no mercado comunitário oscilam entre 25 % e 35 %.
- A British Steel Corporativa vai modular as suas tarifas de vendas, fazendo abatimentos temporários que vão de 8 % a 13 % sobre certos produtos, a fim de recuperar mercados onde a sua perda de posições atingiu 50 %. Paralelamente, vai aumentar o preço de outros produtos de 10 % a 24 % sobre outros produtos em que a procura ultrapassa as possibilidades da indústria.

AGÜCAR

- As cotações de açúcar mantêm-se em baixa. Depois de uma breve recuperação nas primeiras semanas de Junho, o mercado voltou à sua anterior tendência depressiva resultado de uma sensível contracção da procura mundial.

ARROZ

- A colheita mundial de arroz na Campanha 1974-75 deve, segundo se julga, sofrer uma ligeira quebra de dois milhões de toneladas (0,6 %) passando de 325 milhões de toneladas para 323 milhões. A China, todavia, acusa um aumento de produção passando de 109 milhões de toneladas para 112 milhões; a Índia, porém, prevê apenas uma colheita de 60 milhões de toneladas contra 65,6 em 1973-74.

para o que a Lisnave teve não só de aumentar o seu pessoal como de fazer investimentos da ordem dos 600.000 contos. A Eriksberg pretende, agora, anular o contrato — e nota que, se não o fizer, entrará em falência, o que terá o mesmo efeito.

O problema — que foi apresentado entre nós como de natureza política mas, obviamente, não o é — não está resolvido (as sugestões para a sua discussão a nível governamental não foram admitidas), e é bem provável que, para além da perda de uma encomenda de três milhões de contos, a Lisnave tenha de suportar o prejuízo das despesas já feitas e da manutenção de uma mão-de-obra que terá muita dificuldade em aplicar noutros fins, uma vez que, como se disse, o caso da Eriksberg não pode ser considerado de uma maneira isolada, mas sim como uma primeira consequência de uma crise generalizada.

O entusiasmo provocado pela encomenda polaca — aliás justificado — querará significar que, para além de todos esses factos, estamos perante um problema de inadequação da nossa indústria? A nossa indústria de construção naval desenvolveu-se no sentido do fabrico e reparação de grandes navios, em números necessariamente pequenos, quando a tendência actual é para a construção de navios mais pequenos (e principalmente de navios muito pequenos) em números maiores. Tudo indica que, de momento, a construção naval no nosso país não está perante dias prometedores. Mas os dados do problema ainda não estão bem estabilizados e podem alterar-se em qualquer momento. A mais ligeira ameaça de conflito militar entre as grandes potências modificaria, em escassos dias, a situação actual.

O desenvolvimento espectacular da indústria de construção naval no nosso país foi devido, principalmente, a causas muito circunstanciais — encerramento do canal de Suez, crescimento súbito do consumo de petróleo, desenvolvimento de técnicas de autocomando e telecomando que permitiram reduzir fortemente o número de tripulantes dos grandes petroleiros e, logo, os respectivos encargos. Essas causas não deixaram de existir nem deixaram de ser significativas; apenas sucede que por outras causas, também muito circunstanciais, deixaram de se fazer sentir tão fortemente como dantes.

Aliás a nossa construção naval só atingiu um nível economicamente significativo no plano interno, sem ter chegado, todavia, a tornar-se numa actividade fundamental. No plano externo — quer ao nível mundial, quer ao nível europeu, apenas está a dar os primeiros passos. As suas dimensões são, por isso, de nível modesto. Comparem-se as dezenas de milhares de toneladas da nossa produção anual, e o número dígito de unidades que a ela, por norma correspondem, com as 239 unidades começadas em Espanha em 1974 e as 239 unidades entregues no mesmo período, ou com as exportações respectivas, que em 1974 atingiram 325 milhões de dólares, com uma carteira de pedidos correspondente a 2.633.901 tdw. Mas, fora de questão que a grandeza dos estaleiros da Lisnave e Setenave nos permite grandes esperanças.

Esperanças que a encomenda polaca veio alimentar.

PARA sobreviver, a nossa indústria de construção naval terá de fazer grandes sacrifícios? É preferível dizer que terá de trabalhar. Terá de mobilizar todos os seus recursos técnicos, por-

✦ A «prime rate» fixou-se em 7% depois de uma semana muito agitada nos meados de Junho, em que as taxas oscilaram entre 7 1/4 e 6 3/4 %.

INGLATERRA

✦ O problema para o governo trabalhista britânico não é o de saber se a «prime» se verificará ainda este ano ou não, mas sim se a inflação e a depreciação da libra podem ser sustados. Em relação a 1970 a quebra do valor da libra é de 27% representando para os exportadores um «dumping» e para os importadores uma, por vezes, intransponível barreira. Não obstante a situação económica inglesa é má e o desemprego mantém-se muito elevado.

✦ No mês de Maio a alta dos preços a retalho, em Inglaterra, foi de 4,2%. Inflação tipo Weimar? perguntam os ingleses. Talvez não. A alta do mês de Maio não se repetirá. Mas se assim não for a inflação destruir-se-á a si próprio, criando as suas próprias defesas deflacionistas.

✦ O Chanceler do Tesouro britânico declarou que, para a Inglaterra baixar a sua taxa de inflação para 10%, até Setembro do ano que vem, será necessário um novo «contracto social muito mais duro» do que o actual e que seja efectivamente respeitado. Paralelamente o Governo deverá levar a cabo «uma política conservadora» a fim de restringir as despesas do Estado.

JAPÃO

✦ A taxa de desconto baixou de 8,5% para 8%. Em 16 de Abril verificara-se uma anterior baixa, também de 1/2%, de 9% para 8,5%. Segundo o Banco do Japão, o principal objectivo destas baixas da taxa de desconto, é a redução da pressão que o alto custo do dinheiro exerce sobre a produção.

D. S. E.

✦ A utilização dos direitos de saque especiais para determinar os preços do petróleo, acentuou a baixa da libra e do dólar. O petróleo continuará, naturalmente, a ser liquidado em dólares mas a um câmbio assente nos D.S.E. em face da divisa norte-americana. A fraqueza do dólar repercutiu-se sobre a libra anulando a recuperação desta divisa nas últimas semanas.

nais seja da ordem dos 7.000\$00, o que representa 75 por cento acima do salário mínimo nacional, tudo faz supor que novas reivindicações salariais surgirão, à medida que o processo inflacionário se vá desenvolvendo. Recorde-se que isso aconteceu na própria Polónia — nos estaleiros de Gdynia — e que essa foi a causa da substituição de Gomulka (que advogava o sacrifício dos interesses pessoais, em favor dos nacionais), por Gierek, defensor de um atitude mais flexível.

Mas, por tradição, os contratos dos estaleiros são feitos a preço fixo. Não se sabe se o acordo ora estabelecido com a Polónia quanto à encomenda referida, segue esse princípio. Nada faz crer, porém, que tenha constituído uma excepção.

De resto, há que recordar que não se trata de um fornecimento de tecnologia, mas apenas de mão-de-obra, através da transformação de materiais — chapa de aço, metais, etc. — e da montagem de componentes — motores, máquinas, equipamento hidráulico e electrónico — previamente importados da Polónia. Tratando-se de um país socialista, este contrato não visa, de modo algum, a explorar a mão-de-obra barata do nosso país, como acontece com as multinacionais. Mas, precisamente por isso, implica sérios riscos para o nosso país.

DEVERÁ deduzir-se do que fica dito que o contrato ora estabelecido está errado na sua base? Por certo que não. Tudo quanto se pretende fazer notar é que o momento não deve ser de euforia, mas sim de reflexão. Há que descontar os exageros de certa imprensa, mas considerando que a construção naval não está, no Mundo, a passar pelos seus melhores dias, a encomenda polaca é providencial.

A crise energética teve múltiplos reflexos sobre o tráfego marítimo: reduziu-o na medida em que as trocas comerciais se reduziram, na medida em que os fretes aumentaram por via dos encargos e, ainda, na medida em que os governos começaram a retrain-se nas suas aquisições de combustíveis. Esta última circunstância está, só por si, a determinar, no presente momento, a imobilização de dez por cento da tonelagem destinada ao transporte de petróleo, em todo o Mundo.

Acrescente-se que, perante tais perspectivas e perante a crescente dificuldade de obtenção de créditos, as encomendas de novas unidades estão a sofrer uma baixa muito acentuada, principalmente no que diz respeito aos grandes deslocamentos. A indústria espanhola de construção naval, que é actualmente a quarta do Mundo — depois do Japão, da Alemanha Federal e da Suécia — viu a sua carteira de encomendas reduzir-se, no plano da tonelagem bruta, de onze por cento quanto aos pedidos estrangeiros e de vinte e três por cento quanto aos pedidos de origem nacional, entre Abril de 1974 e Abril de 1975.

Acontece ainda que as consequências da reabertura do canal de Suez — que serão ampliadas pelo projectado alargamento —, ainda não começaram a ser sentidas. Ao que será de somar os efeitos que se adivinham da decisão, tomada por alguns países da O.P.E.P., de instalarem refinarias nos seus territórios.

Assim se compreende que a Eriksberg, a terceira maior empresa de construção naval sueca, esteja a enfrentar graves dificuldades, que se reflectem na indústria portuguesa, através do contrato assinado em 1972, entre aquela empresa e a Lisnave, pelo qual o estaleiro português forneceria, a partir de 1976, partes de navios compreendendo entre 45 e 90.000 toneladas de aço,

Toda a gente sabe que, em tempos, quando Zanzibar tocava flauta, a África a Este dos Grandes Lagos, dançava.



OS tempos hoje são outros. Zanzibar já não toca flauta e a África a Este dos Grandes Lagos já não dança assim tão facilmente.

Mas há coisas que importa saber.

Como vai comportar-se o mercado em face das profundas modificações das estruturas sociais do nosso país? Como poderá adaptar-se a produção às exigências do consumo? Em que medida o mercado estará receptivo a um aumento de produção?

TALVEZ seja bom, para esse efeito, proceder ao estudo do mercado. Saber o que é que os portugueses querem e o que podem comprar—parece indispensável a quem quiser levar a cabo uma programação de fabricos e investimentos.

Para o ajudar, nesse sentido, dispomos de uma equipa particularmente qualificada. Contacte connosco e dir-lhe-emos porquê. O estudo das reacções humanas, em tudo o que respeita a compras, vendas e alugueres, é o nosso forte.

Escreva para

UNITER

N.º 126 — «J. P. de Economia & Finanças»

Rua Aquiles Monteverde, 32, 3.º-D.

LISBOA

CACAU

● Foi adoptado, pelo Conselho Internacional do Cacau, reunido em Londres, um projecto preliminar do novo acordo internacional que servirá de documento de trabalho nas negociações que vão realizar-se em Genebra, entre produtores e consumidores, no Outono próximo. As principais modificações introduzidas pelo projecto preliminar no acordo de 1972, referem-se a preços, quotas e ao stock regulador do mercado.

CAFÉ

● A baixa de consumo do café nos Estados Unidos que se vem verificando desde 1962, foi de 1 lb. por pessoa em 1974 em relação a 1973, passando de lb. 13,8 por pessoa para lb. 12,8. Esta baixa, em 1974, apenas se verificou em relação ao café em grão, em que passou de lb. 11,1 para 10,1; o consumo de café solúvel manteve-se estável em lb. 2,7 por pessoa.

ESTANHO

● A Conferência das Nações Unidas sobre o estanho terminou por um acordo que mantém, em princípio, a manutenção do stock regulador em 25.000 toneladas, que, por força de medidas paralelas será elevado a um nível muito superior. O financiamento deste stock será feito com a participação dos países consumidores mas não da mesma forma que os países produtores.

PETROLEO

● O aumento do preço do petróleo fixado pelos países da O.P.E.P. deverá entrar em vigor no próximo dia 1 de Outubro sem possibilidades de condições suspensivas. Esta decisão, tomada em Libreville, foi posteriormente confirmada pelos grandes produtores árabes e pela Venezuela. Em Teherão, porém, admite-se que a Pérsia se mostre receptiva a proposta de um entendimento susceptível de evitar a aplicação imediata das decisões da 44.ª conferência da O.P.E.P., levada a cabo na capital gabonesa.

TRIGO

● As estimativas da produção de trigo, na presente campanha, nos Estados Unidos, são de 55 milhões de toneladas — contra 48,5 milhões de toneladas na campanha anterior. Estas estimativas, se se vierem a verificar, constituirão o «record» absoluto da produção de trigo norte-americana.

que haverá muito que improvisar, que inventar, que imaginar e que remediar.

Não se deve esquecer que, se da indústria foram expulsos muitos elementos de discutível competência, muitos outros, também, de competência indiscutível, se viram afastados, por duvidosos processos de saneamento.

Ao mesmo tempo talvez seja vantajoso, para produzir mais, utilizar na produção a energia que muitos trabalhadores aplicam hoje apenas no plano político. E limitar as reivindicações salariais em consideração do nível dos salários nacionais e das possibilidades de concorrência exterior. Aliás, no país em que vivemos, outros trabalhadores existem que, com não menos esforço e não menos necessidades, ganham bem menos.

O tempo dos bons negócios, das boas encomendas, dos bons lucros, dos bons prémios e dos bons salários já lá vai. De momento — não será de mais repeti-lo — há que aceitar todas as encomendas e, o que talvez seja mais difícil, há que saber satisfazê-las bem e a tempo e horas.



De 1969 a 1971 as remessas dos emigrantes compensaram, quase conta por conta, o saldo negativo da nossa balança comercial. Em 1969 foram, respectivamente, de 11.277.000 e 11.191.000 contos; em 1970 de 13.875.000 e 14.340.000 contos e em 1971 de 18.266.000 e 18.166.000 contos. Nos dois anos seguintes o volume das remessas dos emigrantes excede, largamente, o saldo negativo da balança comercial: em 1972 foram, também respectivamente, de 21.831.000 contos e 18.294.000 contos, e em 1973 de 25.569.000 e 21.875.000 contos.

Em 1974, porém, as remessas dos emigrantes baixaram de volume, embora não de forma significativa, e o saldo negativo da balança comercial elevou-se às alarmantes culminâncias de quarenta milhões de contos.

Atrair as remessas dos emigrantes tornou-se, assim, uma necessidade imperiosa da economia nacional. Para o efeito, foram a Paris vários membros do Governo.

Não parece, porém, que os esforços feitos tenham tido grande sucesso. As remessas para Portugal das economias dos emigrantes mantiveram-se baixas. Porquê? Por uma razão fundamental: porque se lhe fecharam todas as portas à sua colocação.

Bens imóveis ninguém os compra neste clima de incerteza em que há quem pretenda inscrever na Constituição o direito a ocupar prédios alheios; ninguém pensa, também, em montar negócios de que depois possa vir a ser saneado pelos empregados; acções e obrigações estão fora de questão. O que resta? Depósitos bancários? É pouco. E por isso as economias dos emigrantes não vêm.



«Depois das nacionalizações a nossa economia encontra-se em situação desastrosa», disse o Dr. Álvaro Cunhal, ao «Europeo». E o homem da rua que pensava que depois das nacionalizações — nacionalizada, nossa, do povo — pedidas pelo P.C.P., estava rico!

«D: Nos países de Leste essa exploração é contestada mediante a invocação dos méritos — e serviços ao partido! — dessas élites. Acrescenta-se, ainda, que os lucros provenientes da máquina produtiva nacional são orientados para a satisfação das necessidades do povo. No processo económico não se verificaria, deste modo, uma exploração das bases mas apenas uma redistribuição.

As coisas, porém, não se podem explicar assim de forma tão simples.

Os méritos dos burocratas do Estado são, em regra, menores do que os dos empresários capitalistas que, anteriormente, geriam os seus próprios negócios. Por outro lado os serviços prestados ao partido são largamente excedidos — à escala nacional — pelos prestados ao país por esses mesmos empresários com a criação de novas riquezas de que todos beneficiavam.

Pode objectar-se, no entanto, que a natureza privada dos lucros provenientes da produção no capitalismo, enquanto por um lado representa uma acumulação indevida de mais-valias, por outro destina-os a satisfazer necessidades privadas, enquanto no socialismo não se verifica a apropriação das mais-valias e os lucros da produção se destinam à satisfação das necessidades do povo. Esta diferença justifica, no entender de certos sectores políticos, a escolha do socialismo sobre o capitalismo.

A verdade, porém, é que no capitalismo, a acumulação de riquezas tem, sempre, um fim social. Visa, quase sem excepção, a melhorar e ampliar uma máquina produtiva que, necessariamente, tem por fim satisfazer as cada vez mais bem pagas classes trabalhadoras — tenha-se em consideração o que sucede nos Estados Unidos, na Suíça ou na Suécia — enquanto no socialismo a criação de novas riquezas é, muitas vezes — para não dizer quase sempre, desviada da satisfação das necessidades populares para a manutenção dos serviços públicos onde uma élite, pequena em relação à população, mas grande em números absolutos, vive parasitariamente da exploração do trabalho alheio.

A Rússia, mau grado os seus imensos recursos naturais tem, depois de quase sessenta anos de regime socialista, um produto nacional bruto per capita muito modesto em relação ao dos países da Europa Ocidental capitalista, todos sem excepção, muito mais pobres em recursos naturais e com populações muito mais densas.

DEMOCRACIA — para repetir Lincoln — é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Se assim é — e não parece que se possa sus-

tentar o contrário — o povo que diga, democraticamente, se quer a abundância e segurança num «socialismo em liberdade», ainda que burguês, ou as carências e insegurança numa chamada «democracia popular» de um socialismo sem liberdade, ainda que muito revolucionária.

Para ser um governo do povo, pelo povo e para o povo, tem de ser escolhido pelo povo. Ordenadamente, entenda-se. E nas urnas que o lugar próprio para escolher governos.

O dilema do P. C. I.

TODA a gente está de acordo. O sucesso do P.C.I. deve-se a uma orientação «actualmente inteligente, e humana.

Os comunistas italianos são cada vez mais pró-soviéticos. Defendem a liberdade de expressão para comunistas e não comunistas, o Mercado Comum e o Pacto do Atlântico. Mesmo a O.T.A.N. não é objecto das suas iras.

Em consequência deste realismo político a posição do P.C.I. no eleitorado italiano tem vindo a aumentar, regularmente, de consultoria eleitoral em consulta eleitoral. De 20 % nas eleições gerais, posteriores ao fim da guerra, para 34 % nas últimas eleições regionais.

O P.C.F. que se mantém, intransigentemente pró-soviético, não tem, naturalmente, obtido êxitos idênticos. Pelo contrário — a sua posição no eleitorado francês acusa um sensível recuo de 28 % finda a guerra para 20 % nas últimas eleições.

O anacronismo, mesmo entre comunistas, paga-se. E em geral muito caro.

A ascensão eleitoral do P.C.I. suscita, portanto, uma interrogação que preocupa a Itália e os restantes países da Europa Ocidental.

Se o P.C.I. vier, num futuro próximo, a obter a maioria nas eleições parlamentares, e for chamado a governar, como se comportará? E outras palavras: o que prevalecerá — o profundo comunista ou a sua estratégia democrática?

No primeiro caso, ainda que sem violências escusadas, eliminará todos os outros partidos e estabelecerá a ditadura do seu partido e a denominação clássica de «ditadura do proletariado». No segundo, deixará de ser comunista para ser socialista ou, se assim se preferir, para ser um sui generis partido comunista em liberdade. O que, a verificar-se, poderia modificar a história política da humanidade.

Breves notas políticas

Democracia, democracias populares e poder popular

PARA Lincoln «democracia era o governo do povo, pelo povo e para o povo». Entre as muitas definições de democracia não será esta, por certo, a mais rigorosa. Tem a vantagem, porém, de ser incisiva e tornar pleonástica a expressão «democracia popular» e estabelecer uma nítida distinção entre democracia e «poder popular».

Em democracia a soberania pertence sempre ao povo. O povo, todavia, pode ser dominantemente burguês, como sucede nos países ricos e altamente industrializados, ou de preferência proletária, como acontece nos países pobres e atrasados.

Reclamar a «democracia popular» contra a «democracia burguesa» representa, ao fim e ao cabo, uma confusão de posições que se situam em planos diferentes.

As «democracias populares», tal como funcionam na Europa de Leste, não são democracias. São governos autoritários de um só partido, onde o povo não delega o seu poder soberano nem governa. Apenas é chamado a confirmar as opções e as decisões dos governantes «revolucionários».

O poder, nestes países, concentra-se, exclusivamente, nas mãos dos membros do partido que detém, oficialmente, o monopólio da defesa dos interesses dos trabalhadores, ainda que nem todos os trabalhadores possam ser membros desse partido e nem todos os membros do partido se-

jam trabalhadores, na acepção «progressista» da palavra.

Os membros do partido constituem uma elite e os dirigentes e burocratas constituem uma elite dentro dessa elite. A distribuição do poder e das vantagens da usufruição dos bens nacionais — que no caso do socialismo sem liberdade se confundem com os bens do partido único — está limitado às elites da elite. Só as cúpulas partidárias podem participar do poder político (em nome dos trabalhadores) e do poder económico (em nome do Estado).

Nestes países o partido único invoca como legitimidade dos títulos em que assenta o seu poder, uma legalidade revolucionária que se diz entroncar na vontade do povo, em função de objectivos económicos (termo da exploração do homem pelo homem) ou sociais (construção de uma sociedade sem classes).

Em direito político moderno a «legalidade revolucionária» do partido único, é sinónimo de poder arbitrário de uma minoria sobre uma maioria. Se assim não fosse, o partido único teria, sem dúvida, preferência para subir ao poder pela escala legal das eleições.

Parece deslocado, nestas condições, invocar legitimidade democrática utilizando a expressão «democracia popular». O que na verdade se pretende significar é «poder popular». Não, em condições algumas, democracia.

A democracia pode ser implantada ou restaurada por meio de um movimento revolucionário. Mas apenas assim sucederá quando esse movimento se propuser proceder a eleições e respeitar os resultados saídos das urnas. Se se desviar desse caminho poderá, ou não, prosseguir a implantação de um regime de «poder popular». Jamais, porém, uma democracia. Em regra, na quase totalidade dos casos visa, e conduz, a um governo totalitário que, pela sua própria natureza minoritária, só pela violência se poderá impor no poder.

Os governos de partido único proclamam, sempre, inalaváveis propósitos de pôr termo à exploração do homem pelo homem e de construir uma sociedade sem classes. Ainda que irrealizáveis estes fins que se propõem têm grandes ressonâncias na alma humana e, mesmo quando se torna evidente a sua natureza utópica, conseguem sempre agitar as massas.

Numa sociedade em que a totalidade dos meios de produção pertence ao Estado e a administração e o governo são dominados por uma pequena elite que usufrui das benesses e privilégios que provêm de uma cumulação dos poderes político e económico, esta está a exercer uma exploração sobre os trabalhadores das bases do partido e, sobretudo, sobre os trabalhadores que não são membros do partido.

atitudes, no plano interno e no plano externo, correntes com esse programa. Como poderão ter conseguido uma parte dos votos dos defensores do socialismo em liberdade.

O apoio dado pelo P.C.I. ao Partido Socialista português (ainda que a descontento do P.C.P. integrou-se perfeitamente nessa tática que lhe permitiu obter centenas de milhar de votos que, de outro modo, teriam sido dados aos democratas-cristãos.

Mas o que importa não é propriamente esse ganho. Nem talvez o resultado das eleições, qualquer que seja o significado que se pretenda dar-lhe. O que importa é que o partido comunista italiano, para conquistar um maior número de votos, não hesitou em adoptar as ideias — e, objectivamente, a política — dos próprios adversários. O que além de demonstrar a democratização do comunismo italiano — que todos os democratas do Mundo louvam e os não italianos invejam — no que reside aliás a sua força, deixa supor que a maioria do povo italiano recusa, abertamente, o comunismo ortodoxo.

NÃO há dúvida, todavia, que o sucesso eleitoral das esquerdas italianas — consubstanciado nos ganhos comunistas — é significativo e, por certo, provocará sensíveis mudanças na ordem política. Os comunistas italianos, ainda que moderados e mais interessados na «comunismo histórico» do que na entrada para o governo, não deixarão passar em claro as oportunidades que o seu sucesso eleitoral lhe faculta — 33,4 % dos votos contra 35,3 % dos democratas-cristãos. Não há dúvida que Berlinguer é um grande homem!

Grécia.

A desagregação das esquerdas

QUANDO os centristas obtiveram uma vitória esmagadora nas eleições gregas, afirmou-se que Karamanlis beneficiara da convicção — que fizera espalhar — de que a única alternativa para a sua presença no poder era o regresso dos blindados. E da Junta Militar.

Assim as esquerdas teriam sido expoliadas de uma posição que, segundo André Papandreu — o irrequieto chefe do Partido Socialista Pan-helénico (PASOK) — não podia ser se não a dominante. De dois factos se esqueceu então aquele político: o de que as esquerdas,

na Grécia, estavam muito divididas, e o de que ele próprio contribuíra em não pequena parte para essa divisão, com a acção ambiciosa, desordenada e oportunista que desenvolvera imediatamente antes de os militares tomarem conta do governo, em 1967.

As eleições regionais, longe de conduzirem Papandreu a uma reflexão que lhe seria útil, foram certa de uma tremenda luta entre os partidos da esquerda, enquanto Karamanlis, muito habilmente, retirava da disputa o Partido Centro, alegando que a votação não se revestia de aspectos políticos. O resultado foi o corte total de relações entre os partidos comunistas «exterior» (obediente a Moscovo) e o «interior» (que defende um nacional-comunista), e entre o PASOK e as outras organizações esquerdistas.

Com a discussão da nova Constituição — em que Karomanlis fez uso abundante da maioria absoluta dos centristas, na Assembleia — a fragmentação das esquerdas acentuou-se, até ao ponto de só ter sido possível uma acção conjunta: o abandono da sala por todos os deputados da oposição quando se procedeu à votação final. Do mesmo modo quando da eleição do novo presidente da República — o professor Constantin Tsatsos — as esquerdas não puderam apresentar uma frente unida fora do abandono da sala.

Por muito espectaculares que sejam essas atitudes, não podiam deixar de conduzir as facções da esquerda a uma frustração ainda maior. Papandreu, como sempre, não soube compreender a verdadeira situação. Assim, no mesmo momento em que o PASOK decidia «desencadear uma campanha para a revisão da Constituição e para o saneamento do aparelho do Estado», a «política pessoalista» de Papandreu levou à demissão de 45 dos 89 membros da Comissão Executiva da PASOK.

Para Papandreu, tratou-se de «um efeito da polarização política do regime, que pretende, por todos os seus meios, destruir o PASOK». Mas a crise teve, naturalmente, uma origem bem diferente. Nasceu da expulsão, por «divisionismo», de 11 dirigentes, prestigiados pela acção desenvolvida durante a ditadura militar.

O PASOK, que se pretende apresentar como a mais coerente das organizações da esquerda grega, contém em si grande número de tendências. Ainda que afirmando se socialista, possui, entre os seus filiados, antigos militantes da ala «progressista» do Partido do Centro, bem como social-democratas, socialistas marxistas, comunistas desafectos com o seu partido e esquerdistas. Os representantes de todas essas correntes de opinião parecem mais interessados

Itália.

Quem ganhou as eleições?

A crer em certas notícias, o partido comunista italiano ganhou as eleições regionais. Pelo menos, foi o que se disse quando a contagem ia apenas no início, e houve quem não arredasse pé dessa posição, apesar de os números finais terem mostrado que o P.C.I., muito embora tivesse obtido ganhos substanciais, de modo algum passou a ser a principal força política italiana.

Sem dúvida o P.C.I. obteve ganhos sensíveis. Em 15 regiões italianas 4 serão, de futuro, governadas pelos comunistas — ainda que em nenhuma sejam majoritários — e noutras 2, a sua posição pode tornar-se dominante. Em 86 províncias o P.C.I. passa a controlar 33. Facto para meditar: é no Norte que se situam as províncias — que na realidade são distritos — controladas pelos comunistas; o Sul manteve-se fiel à Democracia-Cristã. Em face da carta política italiana, dir-se-ia que o país está dividido em dois.

Mas esta divisão, de certo modo preocupante, não é o único aspecto que deve ser considerado nestas eleições, depois do sucesso do P.C.I. Nenhum partido tem a maioria absoluta em nenhuma das regiões — o que, sem dúvida, é fonte de uma indubitável fraqueza por parte dos governos —; o P.C.I. obteve um ganho de 5% em relação às anteriores eleições locais, mas os neo-fascistas ganharam 20%.

Para defender a vitória P.C.I. compararam-se resultados destas eleições com os das eleições parlamentares de 1972. Não há, todavia, comparação possível entre as eleições parlamentares e as eleições regionais, uma vez que estas são normalmente influenciadas por factores que nada têm que ver com a política. Vota-se mais nos homens que nos partidos. Comparando os

resultados agora obtidos com os das eleições de 1970 — única comparação plausível — verifica-se que os democratas cristãos perderam 10 lugares nas assembleias regionais, num total de 720, enquanto os comunistas ganharam 47, o Movimento Social Italiano ganhou 6 lugares (tornando-se, assim, no quarto partido mais representado, a seguir aos democratas cristãos, aos comunistas e aos socialistas) e a extrema-esquerda perdeu metade dos 16 lugares que possuía.

Tudo somado, e tendo em conta que, na Itália, os sociais-democratas, os liberais e os republicanos independentes podem ser considerados como forças do centro ou da direita, verifica-se que estas conseguiram 53 por cento dos votos e 383 lugares. Ora se essas forças, ainda que por vezes divididas constituem um bloco, o partido comunista italiano, sem qualquer apoio efectivo de outros partidos (uma vez que os socialistas recebem uma aliança que lhes retiraria a sua liberdade de acção) apenas podem contar consigo.

Na verdade, não é segredo para ninguém que o partido socialista italiano está profundamente dividido, e se a sua ala esquerda — mais fraca — pretende uma aliança com os comunistas, a ala direita estaria disposta a continuar a colaborar com os democratas-cristãos, desde que estes adoptassem uma política mais abertamente inclinada para o centro-esquerda.

Acresce que a extrema-esquerda — que, de qualquer modo, se tem mostrado sempre a corrente política menos inclinada a qualquer acordo com o P.C.I. — está agora em luta aberta com os comunistas, aos quais não perdoa a atitude de aparente moderação, considerada oportunista.

É inegável que o partido democrata-cristão italiano está a passar por uma crise, a que não é estranha a cristalização da hierarquia. Os jovens — as eleições de agora foram as primeiras, desde que o limite de idade para o voto foi baixado para os 18 anos — ressentem-se do facto de a maioria dos dirigentes do P.D.C. estar há muito tempo nos seus cargos e não mostrar desejo algum de os abandonar, rejeitando ao mesmo tempo qualquer crítica, o que determina uma decepcionante ausência de dinamismo e permite uma corrupção recente — em particular ao nível municipal.

Uma parte do eleitorado democrata-cristão fez, por isso, opções de direita e de centro-esquerda, beneficiando, por um lado, o Movimento Social Italiano e, por outro, os socialistas. Os dirigentes comunistas, muito habilmente, propuseram um programa moderado — mais de centro-esquerda que de esquerda — e tomaram

O documento «secreto» publicado no «Jornal do caso República»

O «J. P. de Economia & Finanças faz, seguidamente, uma reprodução parcial, do que escreveu no número 342 publicado de 1 a 15 de Outubro do ano passado:

«Num artigo publicado no «World Marxist Review», em Junho, Ponomarev argumentou que «um futuro Allende só se poderá manter no poder se usar «os mais audaciosos» meios de luta». O analista soviético «foi cautelosamente vago» sobre a natureza de tais meios — primeiro, e evidentemente, para evitar que a sua doutrina fosse considerada como o reconhecimento da razão que assistiria à extrema-esquerda, e principalmente à esquerda revolucionária, mas também para «manter a imagem de moderação que os partidos comunistas da Europa Ocidental estão a cultivar». Outro membro do departamento internacional do Politburo, Kudachkin, deu, todavia, um indício da política proposta, ao insistir na necessidade da «rápida nacionalização do sector privado, sem compensação». O que, se por um lado significa que «os russos continuam apegados à concepção clássica marxista de que o poder económico é a base do poder político, e que, consequentemente, destruir o sector privado é destruir o fundamento da oposição democrática e da imprensa independente, significa também que o partido comunista soviético considera agora válida e indispensável uma das exigências fundamentais feitas pelo M.I.R. no já citado memorando de 30 de Junho de 1973 — o que pedia a entrega de armas — e que então foi considerada como irrealista: «nenhuma indemnização será concedida a entidades ou a particulares cujos haveres sejam expropriados».

QUANTO a Ponomarev, a sua principal preocupação diz respeito à imprensa e a todos os outros meios de informação. Consequentemente, seria indispensável conseguir o domínio desses meios, ou, para usar as próprias palavras de Ponomarev, «privar as classes inimigas dos meios de informação e propaganda de massa, tão depressa quanto possível». O que teria sido alcançado agora no Peru, ainda que sob uma orientação «corporatista». Isto é: semicomunista e semicomunista, ou muito confusionista.

No entanto, outros analistas soviéticos pensam que o domínio dos meios de informação não é bastante. O fomento da formação de

«centros de pressão extraparlamentar», parece indispensável, como na Rússia de 1917. Segundo A. Sobolev — um ideólogo destacado do partido comunista da União Soviética —, é de recomendar a criação de «organizações de massa com expansão ampla», mas sob domínio comunista. Isso porque «o dever dos partidos comunistas é desenvolver uma organização que possa compelir as classes exploradoras a inclinar-se perante a vontade do povo». E, para isso toda a resistência devia ser vencida, «pela força, se necessário».

Assim, seria de admitir uma «aliança» táctica, com certas instituições tradicionais, ainda que essa aliança não seja considerada bastante para evitar «uma eventual reacção conservadora». Ponomarev aconselha, consequentemente, que o domínio dessas instituições seja retirado aos seus chefes, de modo a permitir a sua «reconstrução» como «organismos revolucionários». Mais uma vez, a sua linguagem não é a de um ideólogo clássico do Kremlin, mas a da extrema-esquerda. De uma extrema-esquerda que seria pouco avisada, acrescente-se, porque as experiências recentes (e a chilena em particular) demonstram que qualquer tentativa para «a-near», sob um aspecto puramente político, os escalões superiores dessas instituições, ou para subverter os escalões inferiores, é, por norma, contraproducente, conduzindo ao género de golpe que se pretende evitar através da depuração.

Pode dizer-se, portanto, que a nova estratégia política russa se apresenta tão distante das realidades como a do tempo do Kominform. Ontem como hoje, ela está limitada pela dificuldade, que os eslavos têm, de compreender o que se passa na alma dos outros povos, sejam eles quais forem.

A ultrapassada concepção da «Frente Popular», foi substituída pela da «Frente Democrática» porque o povo já não vê no comunismo a única força sua defensora, e até porque o povo, hoje, não é apenas constituído por «operários e camponeses». A «unidade democrática», exprimindo uma aliança essencialmente política — servindo-se das ambições dos políticos menores — é um veículo mais eficiente. Pode evitar o recurso a um golpe semelhante ao da Tchécoslováquia, em 1948, evitando também o descrédito para a apregoada respeitabilidade democrática dos partidos comunistas europeus não governantes. Pode facilitar o acesso, por meios legais, a um poder, primeiro compartilhado, depois facilmente sonegado. Mas não pode eliminar a incapacidade psicológica dos dirigentes do Kremlin, transmitida pelo seu centralismo e pelo seu dogmatismo aos partidos locais.»

em lutar uns com os outros do que em conduzir qualquer acção política frente ao governo. Hoje, como em 1967, não se entendem — nem ninguém os entende. Nestas condições, acusar os dirigentes da PASOK de «divisionistas», não é difícil, mas só conduz a reforçar os antagonismos internos.

COMPREENDE-SE, assim, que os partidos do centro disponham de um apoio popular cada vez maior. A Grécia não tem tido muitas vezes um governo simultaneamente forte e democraticamente aceite, como agora. Os gregos apercebem-se disso e compreendem que a única possibilidade que o seu país tem de superar a crise actual e voltar a progredir, é a criada pela paz, pela ordem e pelo trabalho. Não parece, deste modo, que as esquerdas, com a sua esteril agitação, tenham grandes possibilidades de sucesso. O que pode ser um produto da inferioridade dos seus políticos, mas também pode ser o produto do bom senso da grande maioria do povo grego que não pretende enriquecer sem trabalho, nem por meio da destruição das fontes de produção.

Madagáscar.

Que socialismo?

O capitão-de-fragata Didier Ratsiraka, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Madagáscar, assumiu a presidência da República Malgaxe, assim como a chefia do governo, e declarou que o país seguirá a via do socialismo — depois do que determinou a nacionalização dos bancos.

Para muitos observadores, a notícia correpondeu a mais um passo no sentido do «Índico Vermelho», e apresentou-se como uma consequência lógica das notícias de origem norte-americana sobre a possível cedência de bases pela Frelimo à Rússia, assim como sobre a existência de uma base de manutenção de mísseis, para os submarinos soviéticos, na Somália. O que, em sequência à reabertura do canal de Suez e ao reacendimento da luta (por parte de guerrilheiros marxistas) na Eritreia, parece, na verdade, uma conclusão justificada.

Há, no entanto, que recordar que, desde que a ilha se tornou independente em 1960, e até ao golpe de Estado militar de Maio de 1972, o poder esteve nas mãos do Partido Socialista,

que, de resto, e segundo tudo indica, foi o responsável pelo assassinato do coronel Ratsiman-drava, em Fevereiro último — depois de aquele oficial ter ocupado durante seis dias a chefia do Estado. O julgamento dos implicados nesse atentado — que seriam perto de três centenas — terminou agora com a absolvição espectacular de quase todos eles, e com a condenação, a uma pena relativamente leve, de três homens considerados «únicos culpados».

Assim, em vez da adopção do socialismo, pelo novo governo malgaxe, seria melhor falar de um regresso a essa opção política. O facto, por sua vez, obriga a recordar que o golpe de Estado de 1972 fora determinado pela incapacidade do regime mostrara, de dominar as querelas tribais e, principalmente, de desenvolver a economia nacional.

As perspectivas não melhoraram, desde então, e a reabertura do canal de Suez, longe de as animar, veio anular as esperanças que se tinham centrado na construção de um estaleiro e uma doca seca gigantesca, na baía de Narinda, para servir os petroleiros na rota do Cabo. Compreende-se, por isso, que o capitão-de-fragata Ratsiraka tenha resolvido dar à economia uma estrutura acentuadamente rural, com base nas comunidades campesinas tradicionais — as «fokonolona» —, seguindo a ideia lançada pelo seu falecido antecessor.

O socialismo malgaxe parece, pois, ser, antes de tudo, uma expressão de nacionalismo. O que se compreende, dado que o novo chefe de Estado, quando ministro dos Negócios Estrangeiros, se tornou notado pela independência das suas atitudes.

COMO em tempos Ratsiraka visitou Moscou e outras capitais do bloco socialista há quem lhe atribua inclinações pró-soviéticas; mas também, porque antes tomara atitudes pouco favoráveis aos interesses franceses, lhe apontaram tendências pró-americanas. Num caso e noutro, quem assim pensa, esquece-se que os países pequenos e pobres não podem acolher-se à sombra de qualquer superpotência sem serem por ela esmagados.

Para que se mantenham independentes é necessário que criem a sua própria política — que defendam a política dos seus interesses e nenhuma outra. O que explica que, apesar da sua opção socialista, o novo chefe de Estado malgaxe tenha decidido manter a detenção do Monja Jaona, chefe do partido esquerdista Monima, e das 500 pessoas com ele aprisionadas depois do malogro da revolta no sul da ilha, em 1971.

concorrência dos transportes por estrada que, já anteriormente ao anunciado aumento das tarifas ferroviárias, eram, em muitos casos mais económicos.

meiro-ministro, esta apressou-se a declarar que não acederia ao pedido que lhe foi feito pela oposição não comunista e que não apresentaria a sua demissão.

★ As reivindicações da lavoura açoriana foram satisfeitas. Os preços nacionais, que os Açores exigiam, vão passar a ser praticados imediatamente para os adubos, ferro, gás e cimento.

★ O director do jornal italiano «Il Mondo» foi condenado a dois anos de prisão, não remível, por ter publicado o texto de um telegrama do embaixador do seu país em Lisboa, em que este expunha a sua opinião sobre a revolução. Toda a imprensa italiana se mostra alarmada com a dureza da sanção que foi aplicada. «Os jornalistas vão viver debaixo da ameaça de prisão?» pergunta um conhecido jornal de Milão.

★ Angola — a portentosa Angola dos anos passados — estará à beira de uma crise de fome? Tudo leva a crer que sem um verdadeiro entendimento entre os movimentos ditos emancipalistas a carência de alimentos deverá, em poucos meses, começar a fazer-se sentir. Em certas regiões pode dizer-se que os alimentos da população nativa começam já a escassear.

★ A produção de electricidade, em Espanha, totalizou, no ano passado, 80.939 milhões de kWh com um aumento de 4.667 milhões em relação a 1973. O consumo per capita elevou-se, de 1.776 kWh em 1973, para 1.889 kWh em 1974. A produção de energia hidroeléctrica foi de 31.482 milhões de kWh, a de energia termoeléctrica de 42.232 milhões de kWh, e a de energia termoeléctrica nuclear de 7.225 milhões de kWh.

★ Cinquenta e cinco trabalhadores de duas firmas alentejanas protestaram contra a ocupação pela força das herdades onde trabalham. Mil empregados da Molaflex manifestaram-se ruidosamente, no Porto, contra a prisão de um seu administrador. Nem tudo, neste país, é luta de classes.

★ Moscou enviou a Tokyo uma severa advertência contra a possibilidade do Japão se deixar arrastar, de uma forma ou de outra, para a órbita da política chinesa. Nas negociações para um tratado de paz entre a China e o Japão, Pekin pretendia incluir uma cláusula pela qual os dois países condenassem as pretensões hegemónicas de uma terceira potência na Ásia, e não escondia que essa cláusula visava directamente a Rússia, potência europeia com um vasto império colonial na Ásia, formado, em parte à custa de territórios habitados por povos amarelos que a China foi obrigada a ceder à Rússia, no século passado, pelos «Tratados Injustos». A nota de Moscou termina por uma clara ameaça: «É do interesse comum do Japão e da Rússia dar uma resposta merecida a todas as tentativas de terceiros potências que, baseando-se nas suas aspirações egoístas, procuram impedir, melhores relações russo-japonesas. A Rússia defende esta política e pensa que o Japão, seu vizinho, fará o mesmo.»

★ Nos quatro primeiros meses deste ano a Metrópole importou 2.840.000 toneladas de mercadorias no valor de 30.033.000 contos e exportou 1.008.000 toneladas de outras mercadorias no valor de 16.531.000 contos. Verificou-se, assim, um saldo negativo de 13.502.000 contos (média anual de 40.506.000 contos). Em virtude da restrição das importações o saldo negativo sofreu sensível redução nos últimos meses: 4.964.000 contos em Janeiro, 4.695.000 contos em Fevereiro, 2.921.000 contos em Março e 1.992.000 contos em Abril.

ESTRANGEIRO

★ A oposição não comunista indiana pediu a Indira Gandhi para apresentar a sua demissão. A sentença do tribunal de Allahabad está, naturalmente, na base deste pedido. Mas a alarmante situação económica do país justifica os termos enérgicos em que esse pedido foi feito. Presentemente há na Índia 30 milhões de desempregados; o nível de vida é baixíssimo (rendimento médio de \$50 anuais por habitante) e a inflação é galopante (aumento dos preços a retalho de 32 %, em 1974). Mas como o Supremo Tribunal, em face do recurso interposto, autorizou Indira Gandhi a continuar a ser pri-

★ Em França a revolta das prostitutas ganha formas novas, que meses atrás pareciam estar fora de questão. No primeiro «colectivo das prostitutas de França», realizado num cinema parisiense, foi feito o «ponto do movimento» e lançadas as bases dos «estados gerais da prostituição». Uma proposta para a sugestão de nacionalização da profissão provocou gerais gargalhadas. A presidente advertiu: «Nada de política».

PEQUENAS NOTÍCIAS

PORTUGAL

★ A Felrimo propõe uma sociedade arracial.

Todos os indivíduos, vivendo em Moçambique, qualquer que seja a sua raça, a sua cor e a sua religião, terão, em iguais circunstâncias, o mesmo tratamento. Por força desse princípio — cuja generosidade os jornais comunistas não deixaram de pôr em realce — os europeus presos, dos dois sexos, embora só por suspeita, terão de viver nas celas comuns, deitar-se sobre esteiras com uma manta de algodão, andarem descalços, com uns simples calções para os homens. Enquanto presos — tanto eles como elas — serão obrigados a trabalhos manuais — cavar e capinar, sobretudo. Nas escolas do Norte de Moçambique as crianças das escolas — sem distinção de raças como convém a um Estado generosamente arracial — são obrigadas a capinar dois dias por semana. Estas práticas já estão em uso de há dois ou três meses para cá. Dada a dureza do clima é de presumir que os europeus, sobretudo as crianças, não possam suportar esse regime durante muito tempo. Mas isso é encerrar a questão sob o ponto de vista particular dos cidadãos, o que um governo verdadeiramente democrático, como o de Moçambique — ainda que seja de partido único dentro das boas tradições africanas — não faz.

★ Desempregados na Metrópole: fim de 1970 90.800 (2,7 % da população activa), fim de 1972 90.500 (2,6 % da população activa), fim de 1973 86.000 (2,6 % da população activa), fim de 1974 177.000 (5,6 % da população activa), 7 de Abril de 1975 219.500, estimativa para fim de Junho — 269.500 desempregados.

★ «Senhor ministro os seus filhos, se é que os tem, não estão a morrer de fome, mas os do honrado trabalhador José Diogo esses sim, os motoristas progressistas portugueses e todo o povo exigem o imediato julgamento e que se faça justiça, ao honrado e valente trabalhador que é José Diogo» que está preso porquê? Apenas, diz o jornal «Alavanca», porque tendo sido despedido, «numa demonstração» mais do que firme de que nesta terra não têm lugar os latifundiários e os capitalistas, logo ali e por suas mãos fez justiça, matando o patrão explorador.»

★ Dada a garantia da evolução pluralista da política portuguesa, durante a visita do Presidente da República a Paris, e a viagem do Primeiro-Ministro a Bruxelas, ficou em estudo, por parte da C.E.E., de um volumoso auxílio financeiro ao nosso país. Os ministros da C.E.E., porém, fazem, ainda, uma nova exigência: necessidade de garantias dadas por Portugal aos investimentos estrangeiros.

★ O discurso de Samora Machel, no estádio de Nampula, que a imprensa estrangeira, sobretudo a da África do Sul e da Rhodesia, reproduz, ainda não foi desmentido. O de Montepuez, porém, já foi confirmado.

★ Em apoio das recentes decisões políticas do Conselho da Revolução o P.S. a que se juntou mais tarde o P.P.D. e o P.C.P. (M.L.) levaram a cabo uma impressionante manifestação que reuniu muitas dezenas de milhar de pessoas, se não mais de uma centena de milhar.

★ A Assembleia Constituinte concluiu a apreciação do projecto de Regimento no meio de um certo desinteresse, por parte dos deputados, e de um quase total desconhecimento por parte do país, dada a restrita importância — quando não nenhuma — dada pela imprensa aos debates. As Comissões vão ser nomeadas tendo o Presidente da Assembleia, dado os primeiros passos para esse efeito.

★ Afastada a hipótese de um referendun sobre o destino de Timor. Primeiro, porque suscitaria comentários amargos por parte dos naturais de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, onde as populações foram entregues a movimentos minoritários sem serem ouvidas, segundo, porque um voto favorável à manutenção dos laços políticos existentes com a Metrópole poderia criar situações embaraçosas.

★ A venda do «Príncipe Perfeito», recentemente autorizada pelo Governo Provisório, será, talvez, amargamente deplorada pela população europeia de Angola que pretende regressar à Metrópole — pelo menos 150.000 — e não têm meios de transporte de que possa servir-se.

★ Aumento nos preços dos bilhetes dos caminhos de ferro, de, em média, 50 %. Objectivo: fazer baixar o deficit que hoje é suportado pelo Orçamento Geral do Estado, mediante participações e empréstimos. É de recear, todavia, que o efeito desta medida seja negativo. A utilização dos caminhos de ferro sofre forte

FINAL

COM que vestes se entra na história? Com aquelas que os grandes homens querem vestir ou com aquelas com que os outros as vestem? Alexandre Herculanu era de opinião que raramente escrevem a história aqueles que o julgam fazer. E quando assim sucede, acrescentava, nunca é como julgam aqueles que o fazem.

Contava a esse respeito um episódio esclarecedor. Um dia, uma senhora muito apertada, chegou à porta de um colégio de gente rica e perguntou a dois rapazes que brincavam perto do portão: «Os meninos conhecem o D. Rui de Alarcão Meneses Coutinho de Vilhena e Sampaio?» «Não» responderam os dois em coro. «Nós cá crescidos só conhecemos os professores.» «Mas ele não é crescido» retorquiu a senhora «é um menino como vocês. É o D. Rui de Alarcão.» Nisto um dos rapazes interrompeu-a. «Sim, sim, já sabemos quem ele é.» «Então façam favor de lhes dizer que está aqui a mãe, com a caleche para o levar a almoçar.» E logo o rapaz partiu a correr pelo pátio fora a gritar: «Oh Batata, está aqui a tua velha com uma grande carroça para te levar à manjedoura.»

Alexandre Herculanu concluiu: o D. Rui de Alarcão Meneses Coutinho de Vilhena e Sampaio esbracejou a vida toda para entrar na história. E conseguiu. Mas entrou como Batata.

A BANCA NACIONALIZADA É DO POVO

O POVO VENCERÁ A BATALHA DA PRODUÇÃO

BANCO DO ALENTEJO



★ Em 1916, um ano depois de receber o prémio Nobel, Romain Rolland escreveu: «... metade da Europa combate a outra em nome da liberdade. E por essa causa, as duas metades da Europa, renunciaram à liberdade».

★ O «Tu-144» só entrará em serviço na linha Moscovo-Khabarovsk, muitos meses depois do «Concorde» na linha Paris-Rio de Janeiro, em virtude do sensível atraso em que o aparelho russo se encontra em relação ao franco-britânico.

★ As duas Coreias em números: Coreia do Norte — 15.400.000 habitantes, \$5.400 milhões de Produto Nacional Bruto, 467.000 homens nas forças armadas; Coreia do Sul — 35.000.000 habitantes, \$17.200 milhões de Produto Nacional Bruto e 625.000 homens nas forças armadas.

★ O presidente Amin Dada, presidente do Uganda, condenou à morte o súbdito britânico Denis Hills, por insultos que por este lhe teriam sido prodigalizados num livro ainda não publicado. Mau grado os pedidos de clemência que de todos os lados têm sido dirigidos a Amin Dada — incluindo do da rainha Isabel II — o presidente ugandês mantém-se disposto a executar Denis Hills a menos que o ministro dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan, não vá a Kampala, antes do dia 4 de Julho, suplicar-lhe, pessoalmente, a comutação da pena de morte.

★ A China e a Rússia disputam as boas graças do Japão. O primeiro-ministro Miki, sofreu, em consequência dessa dupla pressão, dois reveses seguidos: o da não aprovação pela Dieta do Tratado de paz e amizade com a China, que os pró-soviéticos combatiam, e a não ratificação do Tratado de não proliferação das armas nucleares, que tinha a oposição dos pró-chineses.

★ Cimeira da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, em Helsínquia, no próximo dia 22 de Julho, como pretende Brejnev, ou em Outubro como muitos países sugerem? E realizada esta cimeira — a Conferência em si está em plena realização há dois anos para cá, em Helsínquia e em Genebra — virá a constituir-se um secretariado da Conferência? Brejnev, que tanto empenho tem posto na sua realização não vê com muito bons olhos a sua institucionalização. O fim da Conferência parece ser para os russos a organização colectiva da sua retaguarda; os outros problemas poderão resolver-se bilateralmente.

★ A crise económica domina a 29.ª sessão do Comecon, reunida em Budapeste. A principal razão das dificuldades económicas dos países do bloco oriental é, sem dúvida, a alta dos preços do petróleo soviético (que passou de um preço correspondente a \$16 por tonelada de petróleo em bruto para \$37).

★ O governo de Madagáscar nacionalizou o cinema. Esta medida — que se pretendeu justificar pela necessidade de controle estatal na escolha de filmes para exibição no interior, onde as populações são atrasadas e, no dizer dos novos governantes, susceptíveis de fácil influência — atinge principalmente o Consortium Cinématographique de capitaís franceses.

★ Mau grado o plano de controle do aumento de salários, Harold Wilson concedeu aos ferroviários 30 % de aumento. Esta concessão governamental é tanto mais inesperada quanto é certo que Wilson, recentemente, se insurgira contra a recomendação de um aumento de 27,5 % da comissão de arbitragem.

★ Helmut Kohl foi de novo eleito presidente do partido cristão democrata e designado candidato da oposição à chancelaria. A U.C.S. bávara, porém, não aceitou a designação de Helmut Kohl sem reservas. No entender de Strauss, que é, presentemente, o verdadeiro chefe da direita alemã, o grande problema do partido é o de «assegurar uma Alemanha livre numa Europa livre»: E esse objectivo, Helmut Kohl pode alcançá-lo desde que se não afaste da linha tradicional do partido. Mas só nessas condições.

★ Morgan Guaranty Trust e a firma McGraw Hill Publications são de opinião que a reprise económica se desenha firmemente em todo o Mundo ocidental. No estudo da McGraw Hill Publications o crescimento económico norte-americano será de 5 % em 1976, em termos reais, com uma inflação de 9 %. O Morgan Guaranty Trust observa, contudo, que é de admitir uma certa subutilização das capacidades produtivas e um persistente desemprego durante uns anos.

★ O «Chefe genial e guia bem amado» da Coreia do Norte, o marechal Kim Il Sung, visitou várias capitais estrangeiras alinhadas — Bucareste e Sofia — e não alinhadas — Argel e Belgrado. Em todas Kim Il Sung pregou a política de não alinhamento. Talvez por isso não visitou Moscovo.

CONFIDENCIAL

AC/ASB/AL. 172, 175



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



ENCAMINHAMENTO Nº 2804/06/ASP/75

Data - 22 JUL 75
Assunto - PORTUGAL
Difusão - AC/SNI

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
013933 23.7.75
PROTOCOLO

-
1. Esta Agência encaminha, para conhecimento, encartes dos jornais "AVANTE" e "PORTUGAL SOCIALISTA", contendo projetos de Constituição idealizados pelos Partidos COMUNISTA e SOCIALISTA, respectivamente.

////////////////////////////////////

R.

87131

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO
DESTE DOCUMENTO (Art. 62 - Dec.
nº 6947/67 - Torna-se para Salva-
guarda de Assuntos Sig. (Secs).)

A Revolução de 64 é irreversível e
consolidará a democracia no Brasil.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

AC/ARGE/FL. 135

176



SERVICÓ NACIONAL DE INFORMACÓES



ENCAMINHAMENTO Nº 2806/06/ASP/75

Data - 22 JUL 75
Assunto - IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR
Difusão - AC/SNI

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
013935 237.75
PROTOCOLO

1. Esta Agência encaminha, para conhecimento, cópia de matérias publicadas em jornais e revistas portuguesas que, por estarem enquadradas na letra "M", Artigo 18 do Decreto-Lei 29.151/51, foram retidas pelo SETOR DE CONTROLE DO TRÁFEGO POSTAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS em SÃO PAULO.
- a. Matérias publicadas no jornal "AVANTE", Órgão Central do - PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.
 - b. Artigo intitulado "BRASIL-SILÊNCIO NUCLEAR", publicado na revista "VIDA MUNDIAL", nº 1868, de 03 JUL 75.

////////////////////////////////////

R.

87131

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA DECLASSIFICAÇÃO DO SIGLO
DESTE DOCUMENTO (Art. 62 - Dec.
n.º 24.642-00, Regulamento para Salva-
guarda de Assunto Sigiloso)

A Resolução de 64 é irreversível e
consolidará a democracia no Brasil.

CONFIDENCIAL

Internacional

- Jornalistas reunidos em Porto Alegre, no Brasil, na 10.ª Conferência Internacional de Jornalistas, pediram a imediata retirada da censura oficial nos órgãos de comunicação social onde existe. Por outro lado, o senador brasileiro Marcos Freire, que representa o Movimento Democrático Brasileiro (único partido da oposição permitido) — condenou a censura aplicada contra mais de 400 peças de teatro, filmes e composições musicais.
- O arcebispo de Olinda e Recife, do Brasil, D. Hélder Câmara, conhecido pelas suas posições a favor da paz, declarou recentemente a sua disposição de intensificar a campanha contra a miséria, a tortura e a violação dos direitos humanos, que se verifica sistematicamente no Brasil.
- Reafirmando o seu carácter profundamente anti-comunista, e o à-vontade com que se arroga o direito de actos discriminatórios e arbitrários, as autoridades norte-americanas recusaram a entrada nos EUA as delegações dos Partidos Comunistas que deveriam participar no 21.º Congresso do Partido Comunista dos Estados Unidos.

**«RUMO À VITÓRIA»
PROIBIDO
NO BRASIL**

Prosseguindo na sua escalada repressiva, o governo fascista do Brasil publicou um decreto pelo qual proíbe a venda em todo o território brasileiro do livro «Rumo à Vitória», da autoria do nosso camarada Alvaro Cunhal. O decreto determina também a apreensão de todos os exemplares existentes, mas essa iniciativa é puramente formal, pois a edição, da grande Editora «Civização» Brasileira, estava praticamente esgotada.

A medida do governo do general Geisel foi interpretada nos meios progressistas como provocação contra a Revolução Portuguesa. «Rumo à Vitória» é, desde 1969, o primeiro livro de um autor português proibido por decreto no Brasil.

BRASIL SILENCIO NUCLEAR



Ministro Azeredo da Silveira: um acordo "restrito a actividades nucleares pacíficas"

Preocupado com "as reacções negativas, surgidas no exterior", contra o acordo nuclear, que está a ser negociado com a Alemanha Federal, o Governo brasileiro decidiu que o assunto passaria a ser tratado em "segredo absoluto". Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Azeredo da Silveira, declarou que o acordo "será restrito a actividades nucleares pacíficas e conterá todas as salvaguardas determinadas pela Agência Internacional da Energia Atómica".

O acordo está a ser bem recebido por uma grande parte da opinião pública, no Brasil, uma vez que, pelo que se afirma, "permitirá resolver as necessidades urgentes de combustível do país" até ao fim do presente século. Ao que se soma a convicção de que a energia nuclear e o nível de desenvolvimento de um país estão estreitamente ligados. É certo que, numa economia em rápido desenvolvimento, como a do Brasil, a crise de energia é uma das preocupações principais. E o Brasil não é rico em combustíveis, dependendo, em grande parte, da energia hidroeléctrica — a qual, a partir de 1990 deixará de ser bastante para satisfazer as necessidades das indústrias concentradas no Sul.

A primeira central nuclear brasileira, de 630 megawatts, está já em construção, em Angra dos Reis, a cerca de 100 km ao sul do Rio de Janeiro, devendo entrar ao serviço em 1978. A empresa responsável é americana, e a instalação terá, consequentemente, "todos os elementos de comando e segurança determinados pela lei norte-americana". Mas a Comissão de Energia Atómica Brasileira tem ambições muito mais largas: os planos existentes prevêem a produção de 10 000 megawatts por via nuclear em 1990 e nada menos de 70 000 no fim do presente século. A despesa total será astronómica, somando 6000 milhões de dólares unicamente para o processamento do "combustível", além de 27 000 milhões para a construção, funcionamento e manutenção das centrais.

E aí que se baseiam as "reacções negativas", e que o Governo brasileiro aludiu. Até agora, só os Estados Unidos e a União Soviética dispõem de instalações industriais para o enriquecimento de urânio. Como os Estados Unidos não podem garantir o fornecimento de urânio enriquecido — ainda que façam todo o possível para deterem nas suas mãos a maior parte possível do comércio mundial desse "combustível" — os países europeus resolveram estudar a criação de instalações próprias, mas surgiram divergências entre a França, que apoia o enriquecimento por difusão gasosa (Eurodif) e outros países, como a Alemanha Federal, que apoiam o enriquecimento por ultracentrifugação, aparentemente mais económico, mas ainda não plenamente comprovado. A discussão tem sido acesa, as necessidades mundiais de "combustíveis" nucleares vão aumentando sem que sejam criadas as instalações de enriquecimento necessárias, e prevê-se já uma crise, semelhante à do petróleo, dentro de 5 a 7 anos. Entretanto, alguns países — como a Espanha — vão adquirindo urânio soviético, mas não parece que Moscovo possas,

por muito tempo, satisfazer as necessidades alheias sem sacrificar as próprias.

Consequentemente, a posse, pelo Brasil, de uma instalação industrial de enriquecimento de urânio, virá prejudicar muitos interesses — desde os americanos, que esperam beneficiar da prevista escassez do "combustível" nuclear, até aos franceses, que não desejariam ver desenvolvido e aplicado rapidamente o processo de enriquecimento por ultracentrifugação. Mas o que suscita maior controvérsia é o facto de a instalação permitir o processamento de

plutónio — que pode ser usado para o fabrico de armas nucleares. Ora o Brasil não assinou o tratado de não proliferação de armas nucleares, e tem amplo interesse em tornar-se numa potência nuclear. Em qualquer caso, pode fazê-lo, seguindo o exemplo indiano e afirmando que as bombas que experimentar e fabricar são para "fins pacíficos". O que, mesmo que fosse verdade, não deixaria de lhe permitir afirmar, directa e indirectamente o seu domínio sobre os países vizinhos — e sobre os países africanos do Sul do Atlântico.

178

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES CENTRAIS

INFORMAÇÃO

014133 25.7.75

PROTÓTIPO



CONFIDENCIAL

URGENTE

N.º - DSI/ 2078

Em 24 de JULHO

de 19 75.

87131

Assunto : Assessoria política de ALVARO CUNHAL. Ação de comunistas estrangeiros em PORTUGAL.

Referência :

VOLUME N.º 3

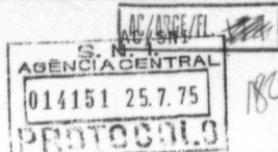
Difusão : SNI/AC - PA/EMFA - 2ª Sec. EME - 2ª Sec. EMA - 2ª Sec. EMAer
CIS - GENINAR - CISA - CI/DPF +

Segundo informações recebidas da Embaixada da ESPANHA em LISBOA o Secretário-Geral do PCP conta com a Assessoria Política permanente, em alto nível, de três cidadãos estrangeiros a saber: JUAN GARCEZ, CARLOS ELVIRA GONZALES e MICHEL MARIA GIACOMETTI. O primeiro deles, cidadão espanhol, nascido em VALENCIA, serviu no CHILE, como funcionário da UNESCO desde os fins do Governo FREI até à Revolução que derrubou Salvador Allende de que foi íntimo colaborador até os últimos momentos. Logo após a revolução. Refugiou-se na Embaixada da ESPANHA em SANTIAGO e, sob a proteção daquela Missão Diplomática, deixou o CHILE, fixando residência em CUBA, de onde partiu para LISBOA em companhia de CUNHAL. Lá chegando em 29 de abril de 1973. GARCEZ é casado com militante comunista colombiana, filha do falecido dirigente MANUEL GAYTAN, cujo assassinato provocou o célebre "BOGOTAZO".

2. CARLOS ELVIRA GONZALEZ é membro do COMITE CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA ESPANHOL. Estando em divergência com a linha moderada de SANTIAGO CARRILO. Cabem-lhes as ligações entre o KGB e o PCP.

3. MICHEL MARIA GIACOMETTI, que serve de enlace entre o PCP e as "CAMPAÑHAS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL DA V DIVISÃO DO EMGPA, é francês, nascido em AJACCIO (CORSICA) em 8 de janeiro de 1929. Sua companheira é a cidadã lusitana ISABEL RIBEIRO, antiga funcionária da Embaixada de PORTUGAL em PARIS.

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO

BRASÍLIA, DF, 24 de julho de 1975

CIE

INFORMAÇÃO N.º 1379 /S-102-A11-CIE

1. Assunto: "JORNAL DO EXÉRCITO" DE PORTUGAL
2. Origem: CIE
3. Difusão: EME, AC/SNI, CISA, CENIMAR, I, II, III, IV Ex, CMP, DEP, DGP, DGS, DMB, DEC, DSI/MRE, DSI/MJ, CI/DPF, DGEF
4. Difusão Anterior:
5. Referência: Info Nº 1254/75-CIE, de 22 Jul 75
6. Anexo: Cópias dos sumários dos Nº de Abr e Mai 75

87131

1. A revista mensal "JORNAL DO EXÉRCITO", de PORTUGAL, é editada como "órgão de informação, cultura e recreio do EXÉRCITO PORTUGUÊS", sendo de sua propriedade.

No momento, tem como finalidade precípua fazer a propaganda do MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, infiltrado e já conduzido pelos comunistas portugueses.

2. O Vice-Cônsul de PORTUGAL, em MANAUS/AM, Sr JACOB BENOLIEL re meteu ao Cmt do CMA três exemplares, anexando um cartão social que transmitia os "cumprimentos do Adido Naval, Militar e Aeronáutico junto à Embaixada de PORTUGAL no BRASIL".

3. Esta revista e outras publicações das FA portuguesas estão sendo distribuídas por várias OM, inclusive Colégios Militares, contendo propaganda do MCI através do PCP e MFA, com o objetivo fundamental de infiltrar-se em nossas FFAA.

4. As OM/EB solicita-se a remessa dessas publicações ao CIE.



CONFIDENCIAL

EXERCÍTO

ANO XVI No. 105

MENSÁRIO

MAIO DE 1975

SUMÁRIO

Monumentos da evocação militar	2
Editorial	4-5
Figuras e Factos	6 a 9
Conselhos a um futuro chefe de Unidade	10-11
As riquezas do Ermitage	12 a 15
Aconteceu Abril em Portugal	16-17
Vietname — Onde a guerra era antiga	18-19
Cultura e desporto	20
Os caminhos da fé dos povos	21 a 23
Serviços Sociais das Forças Armadas	24
Anedota	25
Uniformes militares	26-27
A pérola do Oriente	28-29
Livros	30-31
O tenis em doze lições	32-33
D. Francisco Manuel de Melo	34-35
Miramundo	36
Desporto	40-41
Para quem gosta de saber	42-43
Espananto	44-45
Ciência e técnica	46-47
Recreio	49
Tiro	50-51
Soluções do Recreio	52
Medalismo	53
Legislação	54-55
Cinema	57
Música	59
Numismática	60-61
Medalística	63
Das sete maravilhas do Mundo	64-65
Cooperação científica	66
Filatelia	67

ORGÃO DE INFORMAÇÃO CULTURA E RECREIO DO EXERCÍTO PORTUGUÊS

Director-geral:
CORONEL
ANTÓNIO DOS SANTOS

Chefe de Redacção:
CORONEL
JORGE P. DE CARVALHO

Chefe de Redacção-Adjunto
CORONEL
JOSE F. LEMOS

Orientação Gráfica:
Dr. GABRIEL FERRÃO

Propriedade do
MINISTÉRIO DO EXERCÍTO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Largo da Graça, 94
Lisboa-2
Telefone 67 03 35

DISTRIBUIÇÃO:
PORTUGAL CONTINENTAL, INSU-
LAR E ULTRAMARINO E NÚ-
CLEOS PORTUGUESES NO ES-
TRANGEIRO

PREÇO AVULSO

Portugal (Continente,
Ilhas e Ultramar) 7500
Brasil e Espanha 10500

ASSINATURAS ANUAIS (12 números)

Via normal:
Portugal
— Continente e Ilhas 60500
— Ultramar
(valor metropolitano) 75000
Brasil e Espanha 100500

NOTA — As despesas de cobrança no
domicílio — Continente e Ilhas — são
por conta do assinante.

Via aérea:
O preço da assinatura será acrescido da
despesa extra de porte por avião.

Estrangeiro (excepto Brasil e Espanha)

Consulte o "Jornal do Exército"

Execução Gráfica: União Gráfica, S. A. R. L.,
r. de Santa Maria, 43
Lisboa - 2

A nossa capa:



CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

AC/ARGE/FL. 153
S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
014312 29.7.75
PROTOCOLO

ENCAMINHAMENTO Nº 212 30 APA 75

87131

DATA : 25 JUL 75
ASSUNTO : PROPAGANDA ADVERSA
 - IMPRENSA DE PORTUGAL
ORIGEM : SC3/454/APA/75
DIFUSÃO : AC/SNI
ANEXO : CÓPIA XEROX DE RECORTES DE JORNAIS PORTUGUÊSES

Estamos encaminhando em ANEXO, vários recortes de notícias publicadas em jornais Portugêses, contendo críticas a autoridades e ao regime brasileiros.

* * * * *



CONFIDENCIAL

Carnaval — tradição que se mantém

Préste de gíças de 300 mil espectadores desfilaram, ontem, durante 17 horas, na Avenida Presidente Astúria Carlos, as 40 escolas de samba do Rio de Janeiro, reunindo 40 mil dançarinos. Acompanhados por instrumentos de percussão. Milhares de turistas, morçães, americanos e japoneses fotografaram e filmaram as paradas artísticas das 40 grandes escolas em sanha constituída.



Teletoto UPI — Telimprensa

na miséria, pelas redentes das «favelas», os bairros de lata. De acordo com informações não oficiais, nas últimas 36 horas morreram 20 pessoas, vítimas das rixas e de acidentes de viação, provocados na sua maioria por excesso de álcool, apesar de ter sido imposta, desde a manhã de sábado, no Rio de Janeiro e arredores, a lei seca. Na gravura, um exuberante «caricão» dá fôlego à sua alegria, dançando o samba.

Entretanto, e como contraste, enquanto uns se manifestam pela chigada do rei Momo — que ninguém conhece —, familiares de 29 prisioneiros políticos desaparecidos insistem que estes foram assassinados pelas autoridades ou permanecem presos, em fortes militares, apesar de o ministro da Justiça, Armando Falcão, ter desmentido que os mesmos se encontravam sob a sua alçada.

AG/ARCE/FL. 184

Prêso Político desaparecido

0 SÉCULO - 11 FEV 75

POLÍCIA BRASILEIRA ACUSADA DE TORTURAS

RIO DE JANEIRO — A mulher de um antigo deputado do Partido Comunista brasileiro, que na manhã ter desapparecido, anos ser presa pela Polícia de Segurança, queixouse ao presidente Ernesto Geisel de que o marido fora torturado.

Diz que Marco Antônio Coelho «desappareceu» em 17 de Janeiro, mas foi permitido à mulher vê-lo, na semana passada, no Departamento de Operação Interna de São Paulo, uma organização anti-subversiva.

A senhora Teresinha Tavares Coelho asseverou numa carta endereçada ao chefe de Estado que verifica que o marido sofrera mau trato.

A carta foi entregue anteriormente ao chefe da Cens. Civil do presidente por Célio Boria, presidente da Câmara dos Deputados.

Boria é membro do Partido Arena que oculta o poder, e observadores consideravam a sua atitude como significativa visto que, antes, fora quase sempre o movimento democrático brasileiro, da oposição, que tratara de casos de tortura de presos. — (R.).

Atribuídos espancamentos à Polícia Militar

SÃO PAULO — O «Estado de São Paulo», um dos principais jornais brasileiros, afirma que elementos da Polícia Militar espancaram 80 trabalhadores nesta cidade, a maior do país.

O jornal diz que a polícia foi chamada quando trabalhadores esfaumados assaltaram um armazém de vestes.

Chegando duas horas depois e armados com bastões e metralhadoras ligadas, os elementos da Polícia Militar foram à área onde os encontram em barracos em que vivem os trabalhadores, acordando-os e espancando-os desalmadamente, atirando com alguns deles pelas janelas. — (R.).

quais por razões doutrinárias, ou filosóficas não se encontram hoje à vontade nos respectivos partidos.

Segundo os observadores políticos, esta sugestão tem poucas possibilidades de ser ouvida em Brasília. Salienta-se que o presidente Ernesto Geisel já em Dezembro se opôs sem ambiguidade à ideia da multiplicação de partidos, declarando que o bipartidarismo actual era a solução melhor adaptada às necessidades e à situação do país. — (F. P.).

Um novo partido político?

RIO DE JANEIRO — O governador do Estado do Ceará, Adauto Bezerra, sugeria a criação de um terceiro partido político, de tendência pró-governamental.

Adauto Bezerra, cujo mandato começa em 15 de Março, criticou asperamente a «ausência de coesão e doutrina da ARENA, responsável — disse — da série derrota sofrida nas últimas eleições legislativas».

Na opinião do governador o novo partido poderia ser formado por membros dissidentes da ARENA (pró-governamental) e os da oposição (M.D.B.), os

JN 020 MAR 75

**ARCEBISPO DE S. PAULO
CONTRA AS PRISÕES
DE POLITICOS**

RIO DE JANEIRO, 4 — O arcebispo de S. Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, numa carta pastoral dirigida à sua diocese, ontem, denuncia a evasão de vaga de prisões políticas no Brasil e diz que a forma como são feitas viola a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a pugna à consciência cristã.

A mulher de um antigo deputado comunista queixou-se, na semana passada, ao presidente Ernesto Geisel, de que seu marido foi torturado com choques elétricos e espancamentos, naquele departamento policial.

A tomada de posição pública pelo arcebispo D. Paulo Evaristo parece reflectir o seu crescente descontentamento, por terem falhado, até agora, todas as diligências que fez para encontrar vários dirigentes sindicais, estudantes e trabalhadores que desappareceram, sem que as suas famílias tenham conseguido obter, das autoridades, a confirmação de que estão vivos ou mortos. — R.

O COMÉRCIO DO PORTO

Quarta-feira 05 MAR 75

INDIOS BRASILEIROS CONSTANTEMENTE ESPANCADOS

BRASILIA, 8 — Uma completa informação sobre a situação de miséria moral e física de três mil índios do Sul do Brasil, vai ser entregue à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo padre Egidio Schaden, secretário executivo no Conselho Indigenista Missionário — dis-
-se em Brasília.

Além de estarem sujeitos às imposições dos proprietários das terras, os indígenas do Sul do Brasil são, constantemente, espancados e torturados — afirma o sacerdote.

Outras deficiências que o padre Schaden vai apresentar à FUNAI são a escassa assistência médica que se presta aos índios e a ação de políticos que protegem os proprietários de terras, principalmente no Estado de Paraná, onde os apoiam na sua ação de invasão e destruição das plantações. — A.N.I.

O COMÉRCIO DO POVO
09 MAR 75

Descobertas tipografias clandestinas**JORNALISTAS E ADVOGADOS
FORAM DETIDOS NO BRASIL**

RIO DE JANEIRO, 21 — A polícia de segurança brasileira prendeu assim seis jornalistas e advogados, em ligação com as alegadas actividades do marginalizado Partido Comunista — foi ontem anunciado nesta cidade.

Essas prisões olavam para cerca de cem o numero de pessoas detidas nos últimos dois meses, após o desmantelamento de duas tipografias comunistas clandestinas.

Um jornalista da delegação no Rio de Janeiro do periódico «O Estado de São Paulo», Antonio Carlos de Carvalho

foi preso a noite passada — anunciou este jornal, enquanto na cidade de Porto Alegre, no Sul do Brasil, o redactor-chefe do jornal «Zero Hora», João Baptista Avilino, outro jornalista, Anibal Carlos Bondati, e três advogados, foram presos nas passadas 20 horas, por homens que disseram pertencer ao Comando das Operações de Defesa Interna (COODI), um grupo de segurança anti-subversiva.

Os nomes dos presos não foram publicados, oficialmente, pelo comandante do Terceiro Exército, com base na área de Porto Alegre, general Oscar Lins da Silva. O comandante disse, numa nota, que os órgãos de segurança tinham procedido a uma escalada nas suas investigações, e detido um certo numero de suspeitos, depois do desmantelamento de tipografias clandestinas.

A Ordem dos Advogados apresentou documentos de «habeas-corpus» a favor dos presos. Todos eles foram detidos nas suas residências, e levados para destinos que se desconhecem — disse a Ordem dos Advogados.

A mesma Ordem enviou, também, um telegrama ao ministro da Justiça, Armando Fátima, para este cuidar, simultaneamente, de localizar as pessoas presas.

Entre os detidos durante os passados dois meses há,

principalmente, muitos jornalistas, advogados, médicos, e pessoas com outras profissões liberais.

Cerca de cem nomes foram entregues pelas autoridades de segurança ao poder judicial, mas outros desapareceram, sem qualquer notificação, segundo declararam as respectivas famílias. — (R).

JUN 22 MAR 75

Espancamentos e choques eléctricos

MAIS CASOS DE TORTURA
DENUNCIADOS NO BRASIL

RIO DE JANEIRO, 22 — Um jornalista brasileiro da redacção do Rio de Janeiro do jornal «O Estado de São Paulo» disse, que foi espancado, ontem durante duas horas, por agentes da policia do Estado do Rio de Janeiro.

Este jornalista fora convocado, quarta-feira, pela policia por causa de um familiar da sua mulher acusado de «se entregar a actividades subversivas e, segundo disse, esteve 15 horas na policia politica. Os agentes desta policia espancaram-no com um capucho na cabeça de modo a não serem reconhecidos — acrescentou.

Sobretudo, por outro lado, que um general na situação de reserva, Silva Pereira, acusou a policia politica do Rio de Janeiro de ter torturado, seu filho, numa carta publicada também ontem, pelo «Estado de São Paulo».

O general Pereira afirma que o seu filho foi preso a três do corrente, devido a uma denuncia de um medico «que pertence ao «Comité Central do Partido Comunista Brasileiro».

Segundo Silva Pereira, o

seu filho foi vítima de «choques eléctricos em várias partes do corpo» enquanto não admitir a veracidade da acusação que lhe era feita. — (F. P.).

Avião atacado
por índios

BRASILIA, 22 — Frutos hostis, enforcados pelos projectos governamentais de construção de estradas na selva do Amazonas, atacaram com setas o avião de um categorizado funcionário, segundo foi revelado nesta capital.

Querreiros da tribo Waimir-Atrato, que têm morto, nos últimos meses, varios funcionarios governamentais, atiraram, dezenas de setas, contra o avião do general Ismar Araújo, presidente da Fundação Nacional dos Índios (Funai), que voava baixo. Nenhum dos projecteis acertou no aparelho.

O general Araújo seguiu para o local de um ataque, durante o qual os índios destruíram dois tractores de brigadas que estão a construir o último troço da auto-estrada Brasília-Caracas. — (R.).

JN 23 MAR 75

Escravatura de índios

vendidos
para a Colômbia

RIO DE JANEIRO, 2 — O jornal do Brasil denunciou a existência dum tráfico de escravos índios na fronteira entre o Brasil e a Colômbia.

Diz o jornal, que grupos de índios do vale superior do rio Negro, no Nordeste da Amazônia Brasileira, foram levados para a Colômbia, como escravos os homens, e como prostitutas as mulheres.

Este tráfico chegou ao conhecimento das autoridades através do etnólogo Giuseppe Craveiro, responsável de Conta da Funai — Fundação Nacional dos Índios por toda a região do curso superior do rio Negro. Craveiro também denunciou as vendas ilegais de álcool às tribos indígenas fixadas no longo da fronteira, tanto do lado brasileiro como do lado colombiano. — F. P.

A Polícia brasileira persiste na violação dos Direitos Humanos

RIO DE JANEIRO, 2 — A Ordem dos Advogados do Brasil, protestou contra o facto de muitos advogados terem sido raptados por agentes da Polícia, a fim de os obrigar a darem informações acerca do paradeiro de constituintes, procurados, aparentemente, por questões políticas.

Num relatório sobre o seu mandato de dois anos, o bastonário cessante da Ordem, dr. José Ribeiro de Castro Filho, denunciou o que disse ser uma violação sistemática de Direitos Humanos, incluindo a de advogados sob o regime militar.

Afirma ainda: «Vários advogados brasileiros foram raptados, obrigados a enfiar capuzes na cabeça e a manter-se acordados, não lhes dando comida e até mesmo água para os forçar a darem informações acerca dos seus constituintes».

O dr. Castro Filho declara também, que essa situação existia no princípio de 1974, e persistia hoje. Mais de uma dezena de advogados tinha sido novamente submetida às mesmas ilegalidades e violências.

Essa observação era uma referência ao descontentamento existente entre advogados por a política de liberalização gradual, preconizada no um ano pelo presidente Ernesto Geisel, não ter acabado ainda com violações de Direitos Humanos.

O presidente do Sindicato Nacional dos Pilotos, Daniel Barbosa Bonfim, foi preso na quarta-feira passada, na sua residência em S. Paulo, e levado para local desconhecido. Familiares disseram hoje nada saber acerca dele e que todas as tentativas para o localizar tinham falhado. — B.

03 ABR 75
O COMÉRCIO DO PORTO

EM SÃO PAULO

MEIO MILHÃO DE PESSOAS VIVEM EM BAIROS DE LATA

— refere Rádio Havana

HAVANA, 5 — A Rádio Havana comentou a crítica situação na cidade brasileira de São Paulo, onde mais de meio milhão de pessoas vivem em «bairros de lata» superpovoados.

Nesta cidade — salientou a emissora — «orgulho dos militares brasileiros por causa dos seus arranha-céus», só 50 por cento da população tem água canalizada e apenas um terço serviços de esgotos.

São Paulo é uma cidade que parece desenvolvida mas que encerra todas as contradições do sistema capitalista — observou ainda a Rádio da Havana, notando que, em 1974, mais de 3 000 crianças morreram ali de meningite, uma epidemia que não foi ainda completamente controlada.

A emissora referiu também declarações recentes de Václav Leseř, secretário de Saúde da cidade, sobre a precária situação médica aí existente: «A assistência médica é muito má, mas é muito pior no resto do país» — afirmou.

O Brasil encontra-se entre os países latino-americanos com as maiores taxas de mortalidade infantil.

As taxas de analfabetismo e desemprego são também altas, isto enquanto um quarto do orçamento nacional é usado na compra de armas e em fins repressivos.

A ditadura brasileira, que conta já onze anos, não fez nada para melhorar a crítica situação da população. Em vez disso, tem modificado os seus esforços à manutenção dos privilégios da oligarquia e à acentuação do fascismo — concluiu a Rádio da Havana. — (P. LATINA-ANL).

O PRIMEIRO DE JANEIRO - 06 ABR 75

O caso do Banco do Brasil

Falha no aparelho governamental brasileiro

RIO DE JANEIRO, 21. — Na edição de domingo, o jornal «Estado de São Paulo» que o ministro Alvaro Cunhal deu à ANI, acerca do momento político português, e de publicar na mesma página uma crítica do seu correspondente em Lisboa Santana Mota, na qual este afirma que os «pêres e s. políticos acanhadamente detidos nas prisões de Torres e Santarém estão a sofrer torturas sem precedentes que dizem que a PIDE infligia nos adversários do antigo regime, faz ainda uma referência à crise do Banco do Brasil.

Em artigo assinado por Ary Ribeiro de Brasília sob o título «Caso do Banco do Brasil», o «Estado» publica que «ficou no ar a vara magra ao de que a pequena crise se originou ou ao menos tomou maior vulto devi-

do a alguma falha não perfeitamente identificada, em algum ponto do aparelho governamental brasileiro».

«O acto de designação do delegado do Banco de Portugal para actuar junto à agência do Banco do Brasil não podia ser recebido com surpresa pois decorria de um decreto-lei, de 29 de Novembro do ano passado, disposto sobre a fiscalização ao sector bancario português».

«Rigorosas ou não, exageradas ou não, absurdas ou não, aceitáveis ou inaceitáveis — estavam todas ali no Decreto-Lei 671».

O delegado tinha por isso como missão exercer junto ao Banco do Brasil praticamente o mesmo tipo de fiscalização que aqui exerce também sobre todos os bancos, princi-

palmente nas operações de câmbio. Nada havia pois, de excepcional. Tudo não passava de um «mal-entendido», como diplomaticamente observou o embaixador Vasco Futscher Pereira».

Dando mostras da «distensão nos relações entre Brasil e Portugal» o «Jornal do Brasil», na sua primeira página, publica notícias veiculadas pelo correspondente da ANI, no Rio de Janeiro, sobre o conhecimento de bens do empresário Champalimaud, o encontro do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves com as empresas que pesquisam a plataforma submarina de Portugal e a decisão do Conselho de Ministros de não tolerar ocupações ilegais de terras por parte de agricultores. — (ANI)

**«O Estado
de S. Paulo»
«Portugal»
dá vitória
à esquerda
moderada»**

RIO DE JANEIRO, 27. — Os jornais de S. Paulo, nomeadamente, o «Estado de S. Paulo» e a «Folha de S. Paulo» dão grande ênfase (assim como a imprensa matutina carioca) no momento eleitoral decorrente em Portugal, com «manchetes» que salientam a vitória da «esquerda moderada» sobre o PC.

«O Estado de S. Paulo», com a «manchette» de primeira página, «Portugal dá vitória à esquerda moderada», e numa página interior, «Portugal vota pelo socialismo e a democracia», ressalta curiosamente as aparentes contradições ou diferenças de opinião quanto às eleições, reflectidas nas declarações feitas pela «área militar» do Governo. Aponha, por exemplo, as últimas afirmações de Costa Gomes e Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho, em contraste com as do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho.

O enviado especial desse jornal em Lisboa, Hermano Alves, dá também especial relevo às diferenças de interpretação, na área militar, das eleições de ontem. E vai mais além, observando que, apesar da campanha de elementos «radicais» do MFA e da Intersindical, a população portuguesa «pronunciou-se por uma linha política e económica socialista», rejeitando «as tendências paternalistas dos erupus mais radicais do MFA, que cometeram o erro estratégico de recomendar que se votasse em brancos».

A «Folha de S. Paulo», com «manchette» em primeira página, «PC sofre grande derrota em Portugal», localiza o seu noticiário numa descrição, com pormenor, do «ambiente festivo, com muita alegria» do momento eleitoral.

Quanto à informação dos resultados parciais das eleições, note-se o atraso na divulgação das percentagens de voto de cada partido, que se verificou nas edições dos dois jornais paulistas, em contraste com os números muito mais actualizados, fornecidos pelo «Jornal do Brasil» e «Tribuna da Imprensa», do Rio.

— (ANI)

Após prolongada greve da fome

Autorizada a transferência de cadeia a 33 presos políticos brasileiros

RIO DE JANEIRO, 21. — Os 33 presos políticos da ilha Grande, entre os quais se conta o padre português Alípio de Freitas, de 45 anos, condenado a trinta e cinco anos de prisão, resolveram suspender a greve da fome que mantinham há dezasseis dias, ao ser anunciada oficialmente pelo Governo do Estado a sua transferência para o continente. A data exacta da transferência ainda não foi fixada pela Secretaria da Justiça, mas os presos já começaram a alimentar-se de puré de batata.

O chefe do Serviço Médico do Departamento do sistema penitenciário constatou o estado de saúde dos presos diagnosticando que, embora

debilitados, todos estão bem clinicamente.

Como passaram 15 dias alimentando-se apenas de água com acúcia, terão que comer apenas no início

pastas, principalmente puré de batata e cenoura.

A transferência dos presos para o Rio de Janeiro, segundo informações colhidas em sectores oficiais, poderá demorar de duas a seis semanas, embora extra-oficialmente se julgue que até o final da semana eles já estejam alojados em presídios da policia Militar. De acordo com o director do sistema penitenciário, todos os 33 presos políticos serão transferidos para o continente, inclusive os cinco (não foram revelados os nomes) que são considerados de alta periculosidade. — (ANI)

O SÉCULO - 22 MAI 75

Novo partido brasileiro dirigido por um general reformado

RIO DE JANEIRO, 22 — Foi ontem anunciada no Rio de Janeiro a formação de um novo partido, o Partido Nacionalista Brasileiro, tendo sido eleito para presidente da respectiva Direção provisória o general reformado Nemo Carnevarro.

O manifesto do novo partido incita os Brasileiros a participarem na «emancipação nacional e popular do país».

Por seu turno, o general Carnevarro declarou aos jornalistas ter solicitado ao presidente da República a dissolução dos partidos, de modo a que estes possam constituir-se em base igualitária. Se o presidente Geisel recusar — disse o general — o novo partido ficará provavelmente impossibilitado de se inscrever nos registos eleitorais, visto a lei orgânica que fixa as condições de inscrição constituir obstáculo difícil de transpor.

O general declarou, ainda, que o Partido Nacionalista não é de esquerda, nem de direita, tão pouco do centro, apenas procurando a «independência política, económica e social, de acordo com os interesses nacionais brasileiros».

Recorda-se que já em 1971 fora criado um terceiro par-

tido, «Democrata Republicano», que se viu impossibilitado de participar nas listas eleitorais devido à lei orgânica. Aliás, o presidente Geisel já declarou várias vezes que o bipartidarismo restaurado desde 1966 constitui o sistema mais favorável ao desenvolvimento do país. — (F. P.).

O PRIMEIRO DE JANEIRO
23 MAI 75

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO - SEÇÃO CENTRAL

INFORMAÇÃO

014378 29.7.75

CONFIDENCIAL

URGENTE

PROTÓCOLO

CONFIDENCIAL - URGENTE



N.º - DSI/ 2098

Em 28 de julho de 19 75

Assunto : PORTUGAL. Política interna. Declarações de jornalista brasileiro HELIO FERNANDES a periódico português.

Referência :

Difusão : AC/SNI - PA-2/LEPA - 2ª LMS - 2ª LMA - 2ª LMAer - CIE - CISA - CI/DPF - CENMAR - DSI/MJ

1. O jornal lisboeta "A REPÚBLICA", em sua edição de 24 JUL 75, publicou que o jornalista brasileiro HELIO FERNANDES, Diretor da "TRIBUNA DA IMPRENSA", confirmara por telefone à redação do jornal português que SPÍNOLA estivera em PARIS, durante a semana anterior, em companhia de CARLOS LACERDA, havendo-se encontrado com tres emissários de MARIO SOARES.
2. Acrescenta "A REPÚBLICA" que, segundo ainda o telefonema de HELIO FERNANDES, SPÍNOLA seguira depois para MADRID, onde se entrevistara com o Comandante ALPOIM GALVÃO, um dos chefes do ELP.
3. Constatã-se que "A REPÚBLICA" se está utilizando de HELIO FERNANDES para comprometer a posição de MARIO SOARES e do PARTIDO SOCIALISTA e reforçar a tese oficial da existência de conluio para a derrubada do regime português, entre SPÍNOLA e os socialistas.

- - - -

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO

AGÊNCIA CENTRAL

014380 29.7.75

PROT. 0012

SECRETO - URGENTE

SECRETO

URGENTE

N.º - DSI/ 2102

Em 28 de julho de 19 75

87131

Assunto : PORTUGAL. Política interna. Publicação em LISBOA de artigo de HELIO FERNANDES sobre o General SPÍNOLA.

Referência : INFÃO/DSI/MRE/2098/28/07/75.

Difusão : AC/SNI - FA-2/EMFA - 2ª MA - 2ª MEME - 2ª EMACr - CIE - CISA - GENLAR - CI/DPF - DSI/MJ.

1. Os dois maiores matutinos de LISBOA, ambos sob o controle da esquerda radical reproduziram em 25 JUL 75 artigo de HELIO FERNANDES, que teria sido publicado na "TRIBUNA DA IMPRENSA", a respeito da recente viagem do General SPÍNOLA a países europeus, a fim de coordenar a contra-revolução portuguesa.
2. Segundo a Embaixada do BRASIL em LISBOA, o artigo, em certos pontos, poderia comprometer o Governo brasileiro na medida em que dá a entender que SPÍNOLA embarcou clandestinamente, com facilidades especiais para ingresso no avião e com "passaporte verde".
3. A matéria, tal como apresentada, é suscetível de ser explorada em PORTUGAL de forma contrária aos interesses brasileiros, segundo a Embaixada em LISBOA.
4. Os mesmos jornais noticiaram que o Ministério do Interior da FRANÇA desmentira oficialmente a passagem de SPÍNOLA por aquele país.

CONFIDENCIAL

AC/SNI

AC/ARGE/FL. 198

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

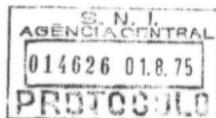
BRASÍLIA, DF, 31 de julho de 1975

CIE

INFORMAÇÃO N.º 1330 /S-102-A11-CIE

1. Assunto: PUBLICAÇÕES DE PORTUGAL ENVIADAS AO MEIO ESTUDANTIL
2. Origem: III EX
3. Difusão: AC/SNI, DSI/MEC, DSI/MRE, CI/DPF
4. Difusão Anterior:
5. Referência:
6. Anexo:

87131



1. A Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de UNIÃO DA VITÓRIA/PR, tem recebido, semanalmente, publicações de cunho político do Ministério da Comunicação Social de PORTUGAL - PORTUGAL HOJE:

- a. Publicação Notícias de PORTUGAL - nº 1405 e 1406, anteriores à Revolução Portuguesa;
- b. Publicação PORTUGAL HOJE - nº 31, 33, 34, 36, 50 e 51, posteriores à Revolução Portuguesa;
- c. Envelope do Ministério da Comunicação Social de PORTUGAL.

2. Essas publicações não foram solicitadas pela diretoria da referida Faculdade.



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO

S. N. J.
AGÊNCIA CENTRAL

015263 11.8.75

PROTÓCOLO



CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2.211

Em 07 de AGOSTO de 19 75.

Assunto : "O Fascismo brasileiro casou com o Social-Democracia".
Editorial do jornal "REPÚBLICA" de Lisboa. Protesto

Referência : brasileiro.

Difusão : SMI/AC - CIE - SEMINAR - CISA - DEI/MJ.

87131

O jornal de Lisboa " REPÚBLICA" sob Administração Governamental e dirigido por Oficial do Exército, nomeado pelo Conselho da Revolução, publicou dia 14 de julho o seguinte editorial:

"O fascismo brasileiro casou com a social-democracia".
Prenha: Armas atômicas. o Brasil sofre sob a "Pata" do Fascismo mais ditatorial da sua jovem história. O povo e os homens do futuro são assassinados e torturados, as mulheres violadas pelos "Pides" do Rio e São Paulo, os progressistas abatidos à traição pelo "Esquadrão da Morte". A repressão abate-se numa noite sem fim de governo anti-popular; e quem ajuda estes traidores do povo? Entre outros, os sociais-democratas da Alemanha Ocidental, com dinheiro aos "montes", com técnicos e homens. A última ajuda: o fornecimento de oito reatores e de uma fábrica de urânio enriquecido o que vai permitir por-se nas mãos dos fascistas brasileiros meios capazes de construir bombas atômicas e de hidrogênio! A Social-Democracia Alemã transforma um estado fascista numa potência nuclear. Como, no tempo do fascismo, participará até ao pescoço, no projeto colonialista e racista de CABORA BASSA. Não estes sociais-democratas que estão, pelos direitos do homem e pela felicidade dos povos? Não. Eles são pela perpetuação da injustiça, da miséria e da opressão. Os fatos comprovam-no".

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORME (B-2)

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
015264 11.8.75
PROTOCOLO

AC/ARGE/EL. 137



CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2.214

Em 07 de AGOSTO

de 1975.

Assunto : Partida de Costa Gomes para Helsinki.

Referência :

Difusão : SMI/AC - PA2/EMPA - 2ª Sec. EMS - 2ª Sec. EMA - 2ª Sec. EMAer
CIS - CENIMAR - CISA.

87131

O Presidente de Portugal partiu dia 01 de agosto para Helsinki. Seguiu sem o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que não existe, nem substituto legal daquele, que não foi até agora encontrado em virtude da demissão dos Secretários de Estado Jorge Campinos e Jorge Sampaio.

2. Embarcou igualmente sem política definida com referência à matéria constante da agenda da conferência de segurança europeia, visto como não houve tempo para que o governo português, acéfalo e desarticulado, pudesse formulá-la.

3. O Chefe de Estado partiu também sem discurso, que deveria ser escrito a bordo do avião. Ao preparar-se para embarcar, Costa Gomes, ao invés de passar suas funções a um dos seus colegas de triunvirato, preferiu fazê-lo a um personagem de segunda categoria, o Almirante Pinheiro de Azevedo, que aparece indicado no decreto como membro do Conselho da Revolução e depois, como Chefe do Estado-Maior Naval.

LLP/ALPR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORME (B-2)



S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
015265 11.8.75
PROTÓCOLOS

CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2.215

Em 07 de AGOSTO

de 1975.-

Assunto : Situação político-militar portuguesa.

Referência : Informe 2.214 de 07/08/75/DSI/MRE.

Difusão : SNI/AC - PA-2/EMPA - 2ª Sec. EME - 2ª Sec. EMA - 2ª Sec. EMAer
CIE - CENIMAR - CISA.

87131

Durante a ausência do Presidente de Portugal, por ocasião de sua viagem a Helsinki (1º/AGO/75), surgiram novos incidentes na área militar, com sargentos e soldados a exigir, de parceria com trabalhadores e sindicalistas, saneamento do primeiro e do segundo comandantes da mais adestrada tropa de choque do país: o REGIMENTO DE COMANDOS DA AMADORA.

2. Se tal não bastasse para inquietar o ambiente, o plenário de militares do REGIMENTO DE ARTILHARIA LEVE Nº 1 (RAL) pediu dia 1º de agosto o julgamento, por Tribunal Popular de Exceção, composto de soldados e trabalhadores, dos banqueiros da família Espírito Santo, recentemente colocados em liberdade provisória pela justiça regular.

CONFIDENCIAL



SERVICO NACIONAL DE INFORMACOES

S. N. I. AC/ARG/FL. 139
AGENCIA CENTRAL
015403 12.8.75
1302



ENCAMINHAMENTO Nº 3262/06/ASP/75

Data - 11 AGO 75
Assunto - CAMPANHA CONTRA O BRASIL NO EXTERIOR
Difusão - AC/SNI

87131

1. Esta Agência encaminha, para conhecimento, cópia de matérias publicadas no jornal "AVANTE", órgão central do PARTI DO COMUNISTA PORTUGUÊS, dos dias 10 3 17 JUL 75.

////////////////////////////////////

R.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
Pelo conteúdo das informações
Fornecidas e não se responsabiliza
pelo uso que for feito das mesmas.
Serviço de Assuntos Externos

A Revolução de 64 é irreversível e
trará a liberdade ao Brasil

CONFIDENCIAL

15
3-
e
25
la
li-
li-
a

3r
o
7a
10
li-
ci-
ra
m
n-
15-
u-
si-
35
7a
05
é
25
10-
n-
17-
17-
2a.
18-
m
10-
ja.
in-
da
ri-
35.
da

17a
10
05
12-
10-

Nova escalada repressiva no Brasil

A repressão intensificou-se no Brasil. E, mais uma vez, todo o furor antidemocrático da ditadura fascista foi dirigido contra o Partido Comunista Brasileiro. É o próprio aparelho de terror policial quem o confessa. Em nota oficial distribuída pela Sexta Região Militar, o major Hilton Portela informa que «os órgãos de segurança do país em operação conjunta» prenderam 17 pessoas que são acusadas de pertencer ao PCB. Eis os seus nomes: Sergio Veiga Santana, Carlos Marighela Filho, Marcelo Veiga Santana, Sebastião Amaral do Couto, José Ivan Dantas Puglisi, Ademar Sato, Roberto Argolo, Luís Contreiras de Almeida, Marco Medeiros, Heitor Casais e Silva, Alirio Feliciano Pimenta, Oswaldina Dias Pimenta, Gezi Sato, Euricles dos Santos, Moisés da Mota, Maria Lima de Couto e Paulino Vieira.

Os torcionários brasileiros vangloriam-se de ter «eficazmente» a organização do PCB no Estado da Bahia. E uma brava! Quando meses atrás invadiram duas tipografias do PCB no Rio e em São Paulo afirmaram que haviam destruído o aparelho de informação do PCB. E, contudo, dias depois, a «Voz Operária» órgão do Comitê Central daquela partido irmão era distribuída, clandestinamente, em todo o Brasil em desafio à ditadura fascista. Mas a escalada re-

pressiva, essa, sim, é uma realidade. Muitos dos patriotas agora presos na Bahia estão a ser submetidos a espancamentos e torturas. A tortura, no Brasil, como no Uruguai e no Chile, é uma rotina. É sabido que os professores dos carrascos da Pinochet e Bordaberry foram membros da polícia política brasileira. Um dos casos mais chocantes de tortura é o que envolve o nome de Oswaldo Pacheco, ex-dirigente do Comando-Geral de Trabalhadores. Apelos da família e de companheiros, com o relato das violências a que tem sido submetido, correm hoje pelo Mundo.

Os fascistas brasileiros estão enganados ao supor que a actual escalada repressiva conseguirá quebrar o espírito de luta da classe operária do Brasil e da sua vanguarda revolucionária, o PCB. O total fracasso económico da política imposta à nação pelo golpe militar de 1964 não pode mais ser ocultado. E o esclarecimento das massas populares e a sua mobilização para a luta contra a ditadura não teriam sido possíveis sem o heróico trabalho desenvolvido nas mais duras condições de clandestinidade pelos comunistas brasileiros.

O actual surto de violência policial reflecte a agudização de contradições internas cada vez mais explosivas. O próprio núcleo mais reaccionário das forças que desencadearam o golpe de 1964 dividiu-se. Uma ala vê no endurecimento do regime e na aplicação dos dispositivos fascistas do Acto Institucional n.º 5, isto é numa violência mais ampla e intensa contra as forças democráticas, a solução para a sobrevivência do sistema. Outra ala, mais realista, procura manobrar e confundir a oposição, atrair sectores descontentes das classes dominantes e, através de algumas concessões, alargar as estreitas bases sociais e políticas da ditadura. Assim, o Congresso é tratado com maior «respeito» aparente. Com a grande imprensa burguesa é feito um acordo visando à sua liberalização controlada. Por outro lado, o Governo tenta atrair e neutralizar a Igreja. A política salarial é corrigida, embora o operariado industrial brasileiro seja um dos mais explorados da América Latina. As teorias da «distensão» e do «aprimoramento do regime» são largamente difundidas. Procura-se apresentar o general Geisel, presidente da República, como um «liberal».

No essencial o regime não mudou. E uma ditadura fascista. O Governo do general Ernesto Geisel é um Governo antiooperário, de traição nacional, que serve os interesses dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais. E é contra essa situação que o Partido Comunista Brasileiro se levanta como vanguarda revolucionária.



10 • 10/7/75

Avante!

● Américo Tomás e Marcelo Caetano almoçaram pela primeira vez juntos no Rio de Janeiro. A imprensa brasileira não indicou a data do encontro e nada informou a respeito dos assuntos discutidos entre ambos. Os colunistas mundanos aludem, contudo, com frequência à vida luxuosa que um e outro levam.

● Elementos da reacção portuguesa refugiados no Brasil decidiram fundar dois jornais fascistas, em São Paulo, e no Rio de Janeiro. As equipas redactoriais serão formadas por jornalistas reacçãoários de Lisboa e de Luanda. Para organizar o projecto teria sido contratado — segundo se informa no Rio — José Manuel Pereira da Costa, ex-chefe de redacção do «Diário de Notícias», e ex-director adjunto do «Diário de Luanda». Pereira da Costa tem publicado artigos injuriosos para a revolução portuguesa e o MFA no diário brasileiro «O Estado de São Paulo».

10 • 17/7/75

Globe! 

- Acusados de exportação ilegal de capitais e de crime contra a economia nacional, foram presos vários administradores da Editora Verbo. A fraude — subfaturamento de livros exportados para o Brasil — ascende a 10 000 contos.
- A polícia política brasileira começou a apreender jornais e revistas portuguesas aos passageiros que desembarcam no Rio ou São Paulo, procedentes de Lisboa. A medida, pelo seu carácter profundamente reaccionário e provocatório, suscitou críticas até dos próprios órgãos da Imprensa brasileira.
- O Ministério da Comunicação Social proibiu a entrada em departamentos públicos ao jornalista Douglas Ferreira da Silva, da revista «O Cruzeiro», do Rio de Janeiro. Motivo: atitudes provocatórias e insultuosas desse repórter brasileiro.
- O Partido Democrata Cristão do Paraguai denunciou a existência de um organismo de «segurança» fantasma na empresa encarregada da construção da grande barragem de Itaipu, controlada pelo subimperialismo brasileiro. O organismo é uma máquina de corrupção. Uma nora do general Aguirre, apesar de ser cidadã brasileira, desempenha as funções de «assessora de segurança e inteligência» pelas quais recebe 25 contos mensais.
- Mais de 730 jovens de 65 países graduaram-se este ano na Universidade Patrice Lumumba, de Moscovo.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO



CONFIDENCIAL

URGENTE

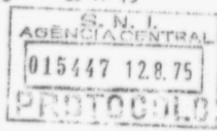
N.º - DSI/ 2238

Em 11 de agosto de 1975

Assunto : PORTUGAL. Política interna.

Referência :

Difusão : SNI/AC- FA-2/EMPA- 2ª Sec.EME- 2ª Sec.EMA- 2ª Sec.EMAEr



87131

Segundo Informação transmitida pela Embaixada do BRASIL em LISBOA, em 11/AGO/75 esgota-se o prazo para a aposição de as sinaturas na "carta aberta" ao Presidente da República, suscri ta originalmente por MELO ANTUNES e outros oficiais considera dos "moderados".

2. O Chefe do Estado-Maior da Força-Aérea, Brigadeiro MO RAIS E SILVA, proibiu a circulação daquele documento nas unida des da arma; contudo, sabe-se que a ordem não tem sido cumprida e parte expressiva dos Oficiais da Aeronáutica vem aderindo ao mesmo. Há particular interesse em conhecer os resultados do Re gimento de Caçadores Paraquedistas (TANCOS), de grande mobilida de operacional e importantes efetivos.

3. Na Marinha, o seu Chefe-de-Estado-Maior, Almirante PI NHEIRO DE AZEVEDO, autorizou fosse o documento em apreço consi derado e votado nas unidades a ele subordinadas, o que consti tui apoio implícito a seu conteúdo. E, entre os oficiais da Ar mada, está sendo bastante significativo o apoio àquele documen to, embora se tenham registrado algumas reações negativas impor tantes (Fuzileiros Navais, de VILA FRANCA DE XIRA).

4. No Exército, não tomaram ainda posições, quanto ao con teúdo da "carta-aberta", os Generais SARAIVA DE CARVALHO e FA BIÃO, tendo o primeiro apenas contestado sua inoportunidade. No entanto, o documento está sendo apreciado e votado a nível de unidade. Nas das Regiões do Norte e do Centro, verificou-se a adesão maciça dos oficiais e, nas da Região Militar do Sul, não houve até a manhã de 11/AGO/75, o tempo necessário para a ade quada consideração do documento.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO

CONFIDENCIAL

URGENTE

N.º - DSI/ 2238/2

Em 11 de agosto de 1975

Assunto :

Referência :

Difusão :

5. Resta conhecer as inclinações das unidades da Região Militar de LISBOA, que, pelo seu maior poder de fogo e valor operacional, terá influência decisiva no desenvolvimento da presente crise político-militar. Desde já, se julga provável a adesão ma ciça dos Oficiais da Escola Prática de Cavalaria (SANTARÉM), Es cola Prática de Infantaria (MAFRA), Regimento de Comandos (LADORA) e Centro de Instrução do Quadro Complementar (CALDAS DA RAINHA). Porém, é possível que se pronunciem contra a "carta-aberta" o Regimento de Artilharia de LISBOA (RALIS), o Regimento de Infantaria (QUELUZ) e o Regimento de Engenharia 1 (PONTILHA).

6. Na definição do quadro muito pesará a pre núncia da mu dança de posição de COSTA GOMES, que autorizou ao Capitão VASCO LOURENÇO, um dos signatários originais da "carta-aberta", reve lar por nota escrita, na imprensa, que ele não repudiara o documento, mas concordara com a quase totalidade de seu conteúdo, cri ticando tão somente a inoportunidade da divulgação pública.

7. Com a exceção do "JORNAL NOVO" e do "JORNAL DO COMÉRCIO", bem como do semanário "EXPRESSO", todos os demais órgãos da imprensa portuguesa, controlados pelo Estado e dominados por comunistas e criptocomunistas, não divulgaram o texto integral da quela "carta-aberta". Limitaram-se a criticar o documento, quali ficando-o sobretudo de "divisionista", e, ao mesmo tempo, desfe charam ampla campanha de apoio a VASCO GONÇALVES.

8. Contudo, é curioso notar, desta feita o PCP e seus sa télites evitaram compromissos demasiados profundos de apoio a VASCO GONÇALVES, e seus militantes, habitualmente mobilizados

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO

URGENTE

CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2238/3

Em 11 de agosto de 1975



Assunto . :

Referência :

Difusão :

mobilizados em ocasiões semelhantes para grandes manifestações de rua, permaneceram em suas residências. Essa atitude parece confirmar ter o PCP e seus seguidores resolvido abandonar VASCO GONÇALVES, talvez mesmo para apoiar MELO ANTUNES, marxista convicto, inteligente e hábil, favorável a pessoas moderadas e prudentes para a revolução socialista portuguesa.

9. Na manhã de 11/AGO/75 correu em LISBOA rumores de que os novos signatários originais da "carta-aberta", além de terem sido suspensos do Conselho da Revolução e mandados se apresentarem aos respectivos Estados-Maiores, já estariam detidos. Outros rumores anunciam o sequestro daqueles Oficiais, por grupos de extrema-esquerda. De qualquer modo, a decisão de suspendê-los, e não exonerá-los daquele Conselho, é mostra de o Diretório não considerar como encerrado o episódio em apreço. Reforça essa interpretação ter o COPCON determinado que permanecessem nos seus postos militares os Generais PEZARATH CORREIA e FRANCO CHARAIS, Comandantes das Regiões Militares do Sul e do Centro.

10. Todas essas informações e rumores, alimentados pela tensão da última semana, contribuem para a formação de quadro bastante nebuloso e instável, em que todas as soluções são admissíveis, até mesmo a prolongada continuação de VASCO GONÇALVES como Primeiro-Ministro.

AB/ACS

.../

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
015448 12.8.75
PROTÓTIPO

N.º - DSI/ 2239

Em 11 de agosto de 19 75

87131

Assunto : PORTUGAL. Política interna.

Referência :

Difusão : AC/SNI - FA-2/EMPA - 2ª EME - 2ª EMA - 2ª EAer.

1. Em longas e confusas cartas endereçadas ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro, o General PINTO SOARES solicitou exoneração das funções de Comandante da Academia Militar, por discordar dos rumos imprimidos ao país.
2. Trata-se de um Capitão, graduado em General para exercer aquele cargo, que pouco antes do "25 de abril" fora transferido para a reserva por razões de saúde (desequilíbrios nervosos, segundo alguns; epilepsia, de acordo com outros).
3. Nos primeiros tempos da revolução portuguesa, notabilizou-se por haver expurgado o próprio pai das Forças Armadas.
4. Embora, por todos esses motivos, não possa ser considerado chefe de prestígio no meio militar, é membro do Conselho da Revolução, o que poderá conferir a seu pedido de exoneração algumas conseqüências, fortalecendo os oficiais ditos "moderados", reunidos em torno de HELO ANJUNES e VITOR ALVES, isso apesar de PINTO SOARES, por razões obscuramente alinhavadas naquelas cartas, se ter recusado a firmar a "carta aberta" ao Presidente da República.

- - - -

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL

015678 14.8.75

PROTOCOLO

Em 12 de agosto de 19 75

AC/ARGE/FL. 209



210

87131

CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2.258

Assunto : ALÍPIO DE FREITAS. Ataques ao Brasil e a seu Embaixador em Lisboa.

Referência :

Difusão : SNI/AC - FA-2/EMFA - 2ª Sec. EME - 2ª Sec. EMA - 2ª Sec. EMAer - CIE - CENIMAR - CISA - CI/DPF - DSI/MJ.

Em sua edição de 06/AGO/75, o vespertino "DIÁRIO DE LISBOA", cujo controle acionário é detido pelo Estado, publicou uma "CARTA DE PRISÃO", do EX-PADRE ALÍPIO DE FREITAS, com data de setembro de 1974.

2. Nessa missiva, cognominada - depoimento - denúncia - são apontados dois objetivos para a sua elaboração: (A) alertar o povo português para "a absoluta impossibilidade de qualquer tipo de conciliação com o inimigo de ontem, simbolizado e encarado em todos os elementos e facções de direita"; e (B) denunciar ao povo português e a todos os povos livres "a situação atual dos presos políticos que ainda sobrevivem nos cárceres e masmorras da ditadura que, em abril de 1964, foi imposta ao povo brasileiro".

3. Descrevem-se as repressões exercidas desde 1964 sobre os líderes revolucionários e sobre as massas populares, tentando destruir os movimentos operário, campones e estudantil". Todos os métodos de repressão foram usados, impedindo-se qualquer forma de atuação ou vida política; todos os métodos que o nazismo e o fascismo criaram ou puseram em prática foram editados aqui; todos os antigos quadros repressivos do estado novo de Vargas foram desenterrados e postos em ação e inúmeros outros começaram a ser formados, a fim de tornar a repressão política eficiente". Assim prossegue o documento para, em seguida, definir o ato institucional nº 5, qualificado de elemento de pressão política capaz de "fazer inveja a HITLER ou ao próprio SALAZAR". Faz breve referência ao período 1969-1972, recordando que, diante da luta armada da esquerda revolucionária, "a dita-

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

AC/ARGE/FL. 



CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2.258/2

Em 12 de agosto

de 19 75

Assunto :

Referência :

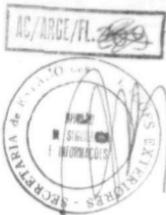
Difusão :

"a ditadura respondeu com atividade revolucionária: da tortura, com todos os requintes de barbárie, ao assassinato puro e simples, passando pela destruição psíquica e moral". Situa em mais de mil o número dos "companheiros assassinados", "a quase totalidade na tortura, pouquíssimos em ação". "Os que continuam presos, esses, dia e noite, estão a merce da máquina de destruição física e mental da ditadura", continua essa carta.

4. Com o subtítulo "Fontoura, UM HITLER BRASILEIRO", é feita alusão ao Embaixador do Brasil em Lisboa da seguinte forma: "e já que esta denúncia é dirigida ao povo português, ela deve ser completada com uma outra que é que o atual Embaixador do Governo brasileiro (não do povo brasileiro), o General Fontoura, é ou foi o criador de todo o atual sistema de repressão política vigente no Brasil. Durante o GOVERNO MÉDICI, foi ele o Chefe do SNI, do qual dependem, de um modo ou outro, todos os órgãos repressivos do país; é um como que HITLER brasileiro organizador de uma GESTAPO não menos eficiente e criminosa do que a nazista. Só como um ato de afronta ao povo português e ao glorioso movimento revolucionário de abril pode ainda manter-se esse indivíduo como Embaixador em Portugal". Conclui sua carta com longa descrição de sua "luta revolucionária" no Brasil, em especial da forma de tortura que lhe teria sido inflingida.

5. O mencionado vespertino transcreve ainda a seguinte "NOTA DA REDAÇÃO": "a volta de ALÍPIO DE FREITAS, há meses organizado, tem vindo a mobilizar a opinião nacional e internacional para a solução deste caso de lesa-humanidade. Um outro português se encontra nas mãos dos coronéis gorilas brasileiros: o

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES



CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2.258/3

Em 12 de agosto de 19 75.

Assunto :

Referência :

Difusão :

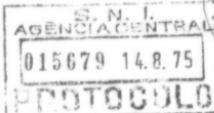
o cidadão JOSÉ DUARTE, livreiro e editor que, desde a sua ativi
dade como militante do MUD, tem sido um devotado e conseqüente
antifascista".

ASM/ILS.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO



CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2261

Em 12 de agosto de 1975

Assunto : PORTUGAL. Política interna. V Governo Provisório.

Referência :

Difusão : SNI/AC- FA-2/EMFA- 2ª Sec.EME- 2ª Sec.EMA- 2ª Sec.EMAer

87131

Constituído vinte e cinco dias após a queda do anterior elenco ministerial, o V Governo Provisório de PORTUGAL foi anunciado como de natureza transitória, com tarefas sobretudo administrativas, enquanto o Diretório prossegue nos seus esforços para reestruturar o Executivo e determinar diretrizes para a revolução portuguesa. Assim, como primeira constatação, aparece sua extrema debilidade política agravada pelas ameaças sobre a estabilidade de VASCO GONÇALVES nas funções de Primeiro Ministro.

2. Na organização do V Governo Provisório, são notadas duas modificações de menor importância:

a) criação de dois cargos de Vice-Primeiros-Ministros, entregues a JOAQUIM TEIXEIRA RIBEIRO (ex Reitor da Universidade de COIMBRA, especialista em Direito Fiscal, ex-Membro do Conselho de Estado) e ARNÃO METELO (Major de Engenharia, ex-Ministro da Administração Interna);

b) a extinção do Ministério da Coordenação Interterritorial, com a consequente instituição da Secretaria de Estado da Descolonização, dentro da estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3. Na sua composição, foram excluídos todos os vinculados a partidos políticos, com a exceção de PEREIRA DE MOURA, do MDP /CDE, ex-Ministro dos Assuntos Sociais. Contudo, esse mesmo partido conseguiu manter em posições-chave os seus simpatizantes, representados sobretudo pelo Ministro do Planeamento e Coordenação Económica MÁRIO MURTEIRA, e demais integrantes da equipe ministerial da área económica. Fundamentalmente é um Gabinete resultante da combinação de militares e tecnocratas, sem vinculações partidárias definidas, mas com claras inclinações esquer

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO



CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2261/2

Em de

de 19

Assunto :

Referência :

Difusão :

esquerdistas.

4. Embora apresente maior homogeneidade do que os anteriores Governos Provisórios e, conseqüentemente, encerre melhores condições de funcionalidade e eficiência, foi desprovido de relevância já na cerimônia da posse de seus integrantes. Por isso, não parece ter meios para resolver os graves e prementes problemas com que se confronta o país, notadamente nas áreas econômica (estagnação da produção, deterioração das relações externas e aceleração da inflação) e social (aumento do desemprego e ampliação da insatisfação popular).

5. Consta estar sua duração prevista para um período de 45 a 60 dias, embora se considere possível sua reformulação em prazo bastante mais breve.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO



CONFIDENCIAL

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
015680 14.8.75
PROTOCOLO

N.º - DSI/ 2262

Em 12 de agosto de 19 75

Assunto PORTUGAL. Política interna.

Referência :

Difusão SNI/AC- FA-2/EMFA- 2ª Sec.EME- 2ª Sec.EMA- 2ª Sec.EMAer.

87131

A DSI/MRE transcreve, a seguir, avaliação feita pela Em baixada do BRASIL em LISBOA, em 11 AGO 75, sobre a situação política em PORTUGAL:

1. "Nos últimos quinze dias, reforçaram-se consideravelmente a força e o prestígio de COSTA GOMES, tendo contribuído para tanto a conjugação dos fatores principais seguintes:

- A) discurso proferido na última assembléia do MFA, em que pregou passos prudentes e moderados para a revolução portuguesa poder superar os obices internos e externos;
- B) os Conselho de Prudência e Comedimento, recebidos em HELSINKI, que coincidiram com suas recomendações em favor da moderação;
- C) a atitude de aparente distância e imparcialidade, assumida quando das gestões para a formação do V Governo Provisório, que lhe possibilitaram, sem hostilizar VASCO GONÇALVES, não compartilhar do ônus da penosa escolha de seus Ministros e Secretários de Estado;
- D) o comportamento dos dois principais partidos (PS e PPD) que, concentrando as suas críticas sobre o Primeiro Ministro, pouparam o Presidente da República, que foi mesmo apontado pelos seus líderes como o único militar capaz de constituir um "Governo de Salvação Nacional";
- E) A "carta-aberta", que lhe foi endereçada pelos nove

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
INFORMAÇÃO



CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2262/2

Em 12 de agosto de 1975

Assunto :

Referência :

Difusão :

nove integrantes do Conselho da Revolução, com críticas à política do Primeiro-Ministro e apoio à posição do Presidente da República, em particular na última Assembléia do MPA.

2. Por outro lado, os propósitos de marchar para o socialismo pluralista e democrático, capaz de respeitar os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, mediante o desenvolvimento harmonioso e tranquilo da revolução portuguesa, sem quebra dos laços especiais com o Ocidente, que estão no substrato de todos os pronunciamentos de COSTA GOMES, coincidem com as aspirações da grande maioria do povo português, e, bem assim, de seus partidos políticos mais significativos.

3. Ao mesmo tempo, saiu abalada da crise a figura de VASCO GONÇALVES, que ora conta com a oposição da maioria de seus camaradas militares e do povo em geral, bem como a antipatia de todos os partidos políticos, inclusive o PCP e seus satélites. A própria decisão de conferir-lhe a chefia de Governo não apenas "provisório" mas também "transitório", é mostra da deterioração de seu prestígio. Retem o Governo, mas não o poder.

4. O terceiro triúmviro, SARAIVA DE CARVALHO, teve a habilidade de não aceitar função no V Governo Provisório, tendo preferido guardar a margem de manobra e o poder militar que lhe confere o cargo de Comandante do COPCON. Contudo, se desgastou:

- a) no episódio do Coronel JAYME NEVES, por ele exonerado e readmitido em menos de 100 horas no cargo de Comandante do Regimento de Comandos (AMADORA);

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO



CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 2262/3 Em 12 de agosto de 1975

Assunto :

Referência :

Difusão :

- b) nos contatos com a oficialidade da Região Militar do Norte, quando não logrou minorar suas oposições ao atual estado-de-coisas; e
- c) na decisão de não apoiar, de início, a "carta-aberta" de MELO ANTUNES e outros oito membros do Conselho da Revolução, que parece contar com a adesão da maioria do MFA.

5. Em suma, COSTA GOMES aparece, cada dia em contornos mais nítidos, como possível traço de união e conciliação nacional, com gregando militares e civis, debaixo de um MFA supra-partidário e no rumo de socialismo moderado e democrata. Já SARAIVA DE CARVALHO, além de não contar com a credibilidade externa do atual Presidente da República, reflete as disputas e contradições do meio militar, onde o processo da radicalização de posições assume alarmantes proporções. Isso não significa, contudo, que SARAIVA DE CARVALHO esteja às vésperas de ser eliminado da cena política; pelo contrário, embora abalado por recentes episódios, continua ele a merecer o apoio de parte expressiva dos militares.

RESERVADO



Ministério da Aeronáutica
Estado-Maior da Aeronáutica
Subchefia de Coordenação
Seção de Informações

Em. 14 AGO 1975

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
015700 14.8.75
PROTOCOLO

- 1. Assunto..... Relatório Mensal
- 2. Difusão..... FA2/EMPA - SNI/AC
- 3. Difusão Ant..... .-.-.-.-
- 4. Referência..... .-.-.-.-

87131

PNI	ENCAMINHAMENTO Nº 328 /EMAER
S/N	

Esta Seção encaminha cópia do Relatório Mensal referen-
te ao período de 20/6 a 20/07/75, remetido pelo Adido da Aeronáuti-
ca e do Exército junto à Embaixada do Brasil em Portugal, abrangen-
do os Campos Psicossocial, Político, Econômico e Militar.

RESERVADO

RESERVADO



M. N. AER
EMAER
2.ª SEÇÃO
ENT. 01/08/75
PROT. 2269/75

AC/ARCE/FL. 219

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ADIDO DO EXÉRCITO À EMBaixADA DO BRASIL EM PORTUGAL

-:- RELATÓRIO MENSAL -:-

(Referente ao período de 20/6 a 20/7/1975)

1 - CAMPO POLÍTICO

1. Política Interna

O período foi marcado por uma série de pequenos problemas que somados configuraram a crise política que vive PORTUGAL.

Dentre os principais fatos destacam-se:-

- a. A tomada de posição do Partido Socialista em oposição ao Governo.
- b. A assembleia do MFA que decidiu pela aliança MFA-Povo.
- c. A exploração da situação política pelo Partido Comunista / Português.

2. Política Externa

Continuou o apoio do MCI ao Partido Comunista Português e à / política seguida pelo atual Governo cuja garantia é dada pelo MFA.

APRECIACÃO

1. A Assembleia do MFA, que decidiu sobre a aliança MFA-Povo, surpreendeu os partidos políticos (exceto ao PCP) que não esperavam tal inflexão do Governo em direção à esquerda.

No dia imediato, a reação a projetada Aliança teve início / e cresce a medida que os erros políticos e os desmandos de militares e populares se acumulam.

Nesse particular parece existir uma desorganização planejada.

Esta desorganização, que tem âmbito nacional, está orientada pelo PCP que a denomina de "organização de bases".

Este partido, minoritário como acontece nos países ocidentais, desenvolve uma febril atividade no sentido de conquistar adeptos em todas as regiões do país. A tarefa é difícil, particularmente porque o povo português não sente avançar politicamente e sim constata a desordem e o retrocesso político.

ATENÇÃO

ESTE DOCUMENTO

CONTINUA NA PRÓXIMA MICROFICHA